

**CONTRATO DE GESTÃO N° 01/2017  
ANO III**

# **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA VI**

**2020**



# COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA LAGOS SÃO JOÃO

LEANDRO COUTINHO DE MATTOS  
Presidente do CBH

EDUARDO GOMES PIMENTA  
Vice-Presidente

ANA PAULA RODRIGUES DE SOUZA  
Secretária Executiva

MÁRIO FLAVIO MOREIRA  
Diretor do Subcomitê Lagoa de Araruama

GILTON DE LUNA  
Diretor do Subcomitê do rio Una e Cabo de  
Búzios

EDNA FERREIRA CALHEIROS SARAIVA  
Diretora do Subcomitê Lagoa de Saquarema

GUILHERME MOURA  
Diretor do Subcomitê do rio São João



# CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL LAGOS SÃO JOÃO

**ADRIANA MIGUEL SAAD**  
Secretária Executiva

**CLÁUDIA MAGALHÃES SILVA**  
Coordenadora Técnico-Administrativa

**MARIANNA RODRIGUES GULLO CAVALCANTE**  
Coordenadora de Projetos

**GUILHERME BOTELHO MENDES**  
**LUIS FERNANDO FAULSTICH NEVES**  
Analistas Técnicos

**BIANCA DA SILVA CARVALHO**  
**JÉSSICA CAVALCANTE BERBAT**  
**ROBSON JOSÉ OLIVEIRA SOUZA**  
**THIAGO JEFFERSON DA SILVA CARDOSO**  
Assistentes Administrativos

**SAMARA MIRANDA**  
**VANESSA RANGEL**  
Estagiários

**HIEGO FELIPE**  
Jovem Aprendiz

**ALINE ARAÚJO**  
**VICTOR HUGO DE ANDRADE**  
Assessores Jurídicos

**ELIANE WENCESLAU**  
Assessora Contábil



## **Sumário**

|          |  |            |
|----------|--|------------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>2</b>   |
| 1.1      | Equipe Técnica.....  | 3          |
| <b>2</b> | <b>DESCRIÇÃO DOS INDICADORES PARA AVALIAÇÃO.....</b>   | <b>3</b>   |
| 2.1      | Indicadores utilizados para avaliar o desempenho.....  | 4          |
|          | Indicador 1 - Disponibilização e atualização de informações.....   | 4          |
|          | Indicador 2 - Instrumentos de Gestão.....  | 4          |
|          | Indicador 3 - Reconhecimento Social.....   | 4          |
|          | Indicador 4 - Acompanhamento da aplicação dos recursos do FUNDRHI.....   | 4          |
|          | Indicador 5 - Finalístico.....   | 4          |
| <b>3</b> | <b>RESULTADOS.....</b>   | <b>6</b>   |
| 3.1      | INDICADOR 1: Disponibilização e atualização de informações.....  | 6          |
| 3.2      | INDICADOR 2: Instrumentos de Gestão.....   | 8          |
| 3.3      | INDICADOR 3: Reconhecimento Social.....  | 9          |
| 3.4      | INDICADOR 4: Acompanhamento da aplicação dos recursos do FUNDRHI.....  | 12         |
| 3.5      | INDICADOR 5: Finalístico.....  | 15         |
|          | <b>Anexo I - Avaliação dos indicadores do Contrato de Gestão nº 01/2017.....</b>   | <b>17</b>  |
|          | <b>Anexo II - Boletins Informativos Mensais do CBH Lagos São João.....</b>   | <b>18</b>  |
|          | <b>Anexo III - Revista Água em Cena.....</b>   | <b>88</b>  |
|          | <b>Anexo IV - Sinopses das Reuniões do GT Cobrança Realizadas em 2020.....</b>   | <b>120</b> |
|          | <b>Anexo V - Distribuição Estatística das Respostas ao Formulário de Avaliação do Trabalho Desempenhado pelo CILSJ ao Longo de 2020.....</b> | <b>127</b> |



## 1. INTRODUÇÃO

O Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ) foi reconhecido pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI-RJ) em sua resolução nº 185, de 25 de outubro de 2017, como Entidade Delegatária das funções de Agência de Água do Comitê das Bacias Hidrográficas das lagoas de Araruama, Saquarema e dos rios São João e Una – Região Hidrográfica VI do Estado do Rio de Janeiro.

Fundamentado na Lei Estadual nº 5.639, de 06 de janeiro de 2010, concretizado pelo Processo Administrativo nº E- 07.002/7455/2015, e em concordância com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, o INEA e o CILSJ celebraram o Contrato de Gestão nº 01/2017 com a interveniência do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João – CBHLSJ para o exercício das funções de Agência de Água em sua jurisdição. Este documento estabelece, ainda, as metas a serem atingidas pela Entidade Delegatária da Região Hidrográfica VI.

Como critério de avaliação, o Contrato de Gestão tem por objetivo o alcance pela Entidade Delegatária, das metas constantes no Programa de Trabalho – Metas e Indicadores do Contrato de Gestão, no exercício de funções de competência da Agência de Água na Região Hidrográfica VI do Estado do Rio de Janeiro.

O Programa de Trabalho contempla o detalhamento dos objetivos estratégicos, metas e resultados a serem alcançados pelo CILSJ, mensurados por meio de indicadores de desempenho, conforme descritos no Anexo I do Termo Aditivo INEA nº 65/2019 - Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 01/2017, e visualizado na Tabela 2.

## 1.1 Equipe Técnica

A equipe responsável pela execução das atividades contempladas aqui é composta pelos colaboradores do CILSJ e pelos colaboradores selecionados por meio de seleção pública, para atendimento do CBHLSJ, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Equipe Técnica do Consórcio Intermunicipal Lagos São João

| <b>EQUIPE CILSJ</b>            |                                       |
|--------------------------------|---------------------------------------|
| <b>Adriana Miguel Saad</b>     | Secretária Executiva                  |
| <b>Cláudia Magalhães</b>       | Coordenadora Técnica - Administrativa |
| <b>Marianna Cavalcante</b>     | Coordenadora de Projetos              |
| <b>EQUIPE CBHLSJ</b>           |                                       |
| <b>Luís Fernando Faulstich</b> | Analista Técnico                      |
| <b>Fernanda Couto</b>          | Assistente Administrativa             |
| <b>Jéssica Berbat</b>          | Assistente Administrativa             |
| <b>Samara Miranda</b>          | Estagiária                            |

## 2. DESCRIÇÃO DOS INDICADORES PARA AVALIAÇÃO

O Contrato de Gestão nº 01/2017 celebrado entre o INEA e o CILSJ, em Dezembro de 2017, tem por objetivo o alcance pela Entidade Delegatária, das metas constantes no Programa de Trabalho – Metas e Indicadores do Contrato de Gestão, no exercício de funções de competência da Agência de Água na Região Hidrográfica VI do Estado do Rio de Janeiro – Região Hidrográfica Lagos São João.

O Programa de Trabalho contempla o detalhamento dos objetivos estratégicos, metas e resultados a serem alcançados pela CILSJ, mensurados por meio de indicadores de desempenho, assim como o efetivo cumprimento dos contratos celebrados para a execução dos programas de investimentos em serviços técnicos, pesquisas e obras de interesse dos recursos hídricos, conforme aprovação e destinação de recursos pelo CBHLSJ em reunião plenária, cujos resultados são verificados posteriormente.

## **2.1 Indicadores utilizados para avaliar o desempenho**

O Plano de Trabalho, Anexo I do Contrato de Gestão INEA n.º 01/2017, é composto de cinco indicadores descritos abaixo, que se desmembram em subindicadores, aos quais se associam metas a serem atingidas.

### **Indicador 1 - Disponibilização e atualização de informações**

Compreende a disponibilização de informações atualizadas sobre o cadastro de usuários, cobrança pelo uso dos recursos hídricos, estudos e projetos, investimentos na RH VI, monitoramento hidrometeorológico, reservatórios, qualidade da água, legislação sobre recursos hídricos e sobre o Contrato de Gestão no site do CBHLSJ.

### **Indicador 2 - Instrumentos de Gestão**

Compreende as ações relacionadas a apoio ao sistema de informações, atualização do Plano de Recursos Hídricos, estudos ou proposta sobre cobrança.

### **Indicador 3 - Reconhecimento Social**

Compreende a avaliação realizada pelos membros do Comitê sobre as atividades exercidas pelo CILSJ, considerando os aspectos técnicos e administrativos, e a implementação do plano de comunicação do Comitê.

### **Indicador 4 - Acompanhamento da aplicação dos recursos do FUNDRHI**

Compreende os índices de desembolso dos recursos repassados ao CILSJ, sendo o primeiro baseado no Plano de Aplicação Plurianual do CBHLSJ, considerando o volume de recurso arrecadado no ano, e o segundo referente ao saldo repassado até 31 de Dezembro do ano (exercício) anterior.

### **Indicador 5 - Finalístico**

Compreende o acompanhamento da evolução de um componente, subcomponente ou programa do Plano de Aplicação Plurianual do CBHLSJ ao longo da vigência do contrato de Gestão.

A cada indicador estão associados seus subindicadores e metas. Aos subindicadores estão associados pesos, estabelecidos como indicação de sua relevância para o indicador correspondente. As metas estão associadas aos subindicadores, de maneira que, em função do desempenho conseguido e dos pesos atribuídos a cada subindicadores, obtém-se uma nota final para o desempenho dos respectivos indicadores. Isso permite definir uma nota final para o desempenho do CILSJ em cada indicador. Essa estrutura está aplicada à planilha que constitui o Anexo I do Contrato de Gestão e permite que seja estabelecido um conceito para o desempenho conseguido em cada indicador, dependendo da nota calculada, sendo considerado: Ótimo (nota maior ou igual a 9); Bom (nota maior ou igual a 7 e menor que 9); Regular (nota maior ou igual a 5 e menor que 7) e insuficiente (nota menor que 5).

Tabela 2 - Indicadores, subindicadores, critérios de avaliação e metas (ANEXO I do Contrato de Gestão 01/2017).

| INDICADORES |   | CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO  | BASE LEGAL   |
|-------------|---|---|--|
| 1           | Disponibilização e Atualização de Informações       | Conteúdo Disponibilizado e Atualizado de forma contínua   | Inciso V, Art 55 da Lei 3239, de 1999.   |
|             |   | Elaboração e Publicação de Informativo Digital  |  |
|             |   | Elaboração e Divulgação de Relatório Digital sobre o cenário ambiental da bacia                               |  |
| 2           | Instrumentos de Gestão                              | Sistema de Informações  | Incisos X - sobre o plano de recursos hídricos e XIb - sobre os valores a serem cobrados, Art 59 da Lei 3239, de 1999. |
|             |   | Plano de Recursos Hídricos  |  |
|             |   | Estudos ou Proposta sobre cobrança  |  |
| 3           | Reconhecimento Social                               | Pesquisa de satisfação a ser capitaneada pelo GACG  | Art 41 - Secretaria Executiva do Comitê, Lei 9433, de 1997.  |
|             |   | Meios de Comunicação Social   |  |
| 4           | Acompanhamento da aplicação dos recursos do FUNDRHI | Índice de desembolso dos recursos repassados à delegatária no ano   | Art 41 - Secretaria Executiva do Comitê, Lei 9433, de 1997.  |
|             |   | Índice de desembolso dos recursos acumulados  |  |
| 5           | Finalístico   | Evolução da execução de componente(s) ou subcomponente(s)/programa(s) do PAP ao longo da vigência do contrato | Art 41 - Secretaria Executiva do Comitê, Lei 9433, de 1997.  |

### **3. RESULTADOS**

Aqui estão apresentados os resultados obtidos para cada indicador, referentes ao Ano III (janeiro a dezembro de 2020), aplicando as metas estabelecidas pelo Contrato de Gestão nº 01/2017.

#### **3.1 INDICADOR 1: Disponibilização de informações**

##### **Subindicador 1.1: Conteúdo disponibilizado e atualizado**

**Previsto:** Disponibilização e atualização de informações no endereço eletrônico do CILSJ e do Comitê relativas aos 11 itens discriminados abaixo:

1. COMITÊ: Decreto de Criação, Regimento Interno e suas alterações, Composição, Deliberações, Moções e Atas de reuniões;
2. CILSJ: Resolução de Delegação, Estatuto e suas alterações, associados;
3. CADASTRO DE USUÁRIOS: Relação dos usuários cadastrados no INEA com nome, coordenadas geográficas, usos, corpo de água, se a informação for disponibilizada pelo Inea;
4. RECURSOS HÍDRICOS: Balanço quantitativo e qualitativo dos recursos hídricos da região hidrográfica, se as informações forem disponibilizadas pelo INEA;
5. COBRANÇA E ARRECADAÇÃO: Valores cobrados, arrecadados e transferidos para a entidade delegatária, se forem disponibilizados pelo INEA;
6. ESTUDOS E PROJETOS: Estudos e projetos sobre a região hidrográfica, inclusive, o Plano de Recursos Hídricos em vigência;
7. INVESTIMENTOS NA BACIA: Investimentos aprovados e contratados no ano oriundo da cobrança estadual na Região Hidrográfica;
8. MONITORAMENTO HIDROMETEOROLÓGICO: Estações de monitoramento hidro meteorológico com tipo; coordenadas geográficas corpo d'água e operador, se as informações forem disponibilizadas pelo INEA;
9. SITUAÇÃO E OPERAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS: Boletim de monitoramento anual dos reservatórios da Bacia;
10. LEGISLAÇÃO SOBRE RECURSOS HÍDRICOS: Legislação especial;
11. CONTRATO DE GESTÃO: Contrato e seus aditivos, Relatório de Gestão e Relatórios de Avaliação.

**Realizado:** Os 11 (onze) itens acima foram mantidos e atualizados ao longo do ano de 2020 no site do CBHLSJ, e podem ser acessados por meio do endereço [www.cbhlagossaojoao.org.br](http://www.cbhlagossaojoao.org.br), na aba Gestão da Bacia.

**Grau de alcance: META ATINGIDA**

### **Subindicador 1.2 - Elaboração e Distribuição de Informativo impresso.**

**Previsto:** Elaboração e Publicação de 01 (um) boletim informativo.

**Realizado:** Elaboração e Publicação de boletins informativos mensais (Anexo II), divulgados em meio digital, por meio das redes sociais do CBH Lagos São João (facebook e instagram) e do site [www.cbhlagossaojoao.org.br](http://www.cbhlagossaojoao.org.br), na aba Comunicação.

**Grau de alcance: META ATINGIDA**

### **Subindicador 1.3 - Elaboração e Divulgação de Relatório Digital sobre o Cenário Ambiental da Bacia.**

**Previsto:** Elaboração e Divulgação de 01 (uma) Revista, contemplando os assuntos abaixo relacionados:

- 1) Balanço Quantitativo e Qualitativo
- 2) Informações sobre os Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos
- 3) Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
- 4) Investimentos na Bacia

**Realizado:** Elaboração da Revista Água em Cena Edição 01 - Ano 2020 (Anexo III) e divulgação por meio das redes sociais do CBH Lagos São João (facebook e instagram) e do site [www.cbhlagossaojoao.org.br](http://www.cbhlagossaojoao.org.br), na aba Gestão da Bacia.

**Grau de alcance: META ATINGIDA**

## **3.2 INDICADOR 2: Instrumentos de Gestão**

### **Subindicador 2.1 – Sistema de Informações**

**Previsto:** Contratação do Sistema (2020).

**Realizado:** No ano de 2020, esta meta precisou ser desconsiderada , pois em 06 de Novembro de 2020, por meio da Resolução nº 132/2020, o CBHLSJ aprovou o montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para o Sistema de Informações sobre os Recursos Hídricos da RH VI, sendo o repasse do recurso realizado em 11 de dezembro de 2020, o que impossibilitou a publicação de Edital e Contratação ainda em 2020.

**Grau de alcance: META NÃO CONSIDERADA**

### **Subindicador 2.2 – Atualização do Plano de Recursos Hídricos**

**Previsto:** Elaboração do Termo de Referência para revisão do Plano de Bacia e Elaboração do Manual Operativo e a consequente contratação (2020).

**Realizado:** Em 16 de Janeiro de 2020, por meio da Resolução nº 107/2020, o CBHLSJ aprovou o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para a Revisão do Plano de Bacia. Contudo, o repasse do recurso foi realizado em 11 de dezembro de 2020. Paralelo a isto, em 26 de Outubro de 2020, a equipe técnica do CILSJ finalizou a minuta de Termo de Referência para a revisão do Plano de Bacia. Em 06 de Novembro de 2020 foi criado o Grupo de Trabalho para Revisão do Plano de Bacia (GT Plano) no âmbito do CBHLSJ, aprovado pela Resolução nº 146/2020. A primeira reunião do GT para apresentação da minuta de TdR foi agendada para 25 de Novembro de 2020, sendo necessário, no entanto, o adiamento. Desta forma, ficou definido pelo GT que a primeira reunião será realizada após a eleição da Plenária do CBHLSJ para o biênio 2021-2023, na qual será analisada a minuta de TdR para revisão do Plano de Bacia.

**Grau de alcance: META ATINGIDA**



## **Subindicador 2.3 – Estudos ou proposta sobre cobrança**

**Previsto:** Estudo de impacto dos valores praticados na cobrança sobre os diferentes segmentos usuários (2020).

**Realizado:** Em 04 de Julho de 2020 foi criado o Grupo de Trabalho para Revisão dos Mecanismos e Valores da Cobrança (GT Cobrança) no âmbito do CBHLSJ, aprovado pela Resolução CBHLSJ nº 119/2020. A primeira reunião do GT Cobrança foi realizada em 19 de Agosto de 2020, onde a equipe do CILSJ realizou uma apresentação sobre o instrumento de gestão ao colegiado, reunindo as informações acerca da atualização do Preço Público Unitário do m<sup>3</sup> de água para a Região Hidrográfica VI, por meio da Resolução CBHLSJ nº 68/2017 e da Resolução CERHI-RJ 197/2018. Na ocasião, houve discussões introdutórias sobre a defasagem inflacionária do PPU, a iniciação da cobrança sobre outros segmentos usuários, a padronização do PPU para todos os usos e propostas da alteração da parcela de lançamento da fórmula da cobrança, com intuito de refletir as particularidades do corpo receptor. A segunda reunião do GT Cobrança foi realizada em 18 de Novembro de 2020, quando foram abordados a defasagem inflacionária do PPU da RH VI e a possibilidade de padronização do PPU para os diferentes segmentos usuários. O grupo analisou os impactos da possível padronização, chegando à conclusão que os usuários dos segmentos Agricultura e Aquicultura não sofreriam impactos econômicos significativos com a padronização, considerando o mesmo valor do PPU praticado na cobrança aos outros usuários. Assim, o GT decidiu encaminhar à Plenária em 2021 uma proposta de atualização e padronização do PPU para os diferentes segmentos.

**Grau de alcance: META ATINGIDA.**

### **3.3 INDICADOR 3: Reconhecimento Social**

**Subindicador 3.1 - Avaliação pelos Membros Titulares do Comitê (ou por votantes na plenária) sobre a atuação do CILSJ.**

**Previsto:** Realização de avaliação pelos membros titulares e/ou suplentes do Comitê (ou por votantes na plenária) sobre as atividades exercidas do CILSJ, com o objetivo de aferir de forma periódica e objetiva o reconhecimento social do Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ) pelo Comitê que o indicou para exercer funções de Agência de Águas. Em outras palavras, a finalidade é aferir a percepção do Comitê quanto à eficiência técnica e administrativa do CILSJ, inclusive no cumprimento das funções de Secretaria Executiva.

**Realizado:** Foi aplicado um formulário online, constituído por 10 (dez) perguntas para avaliação, por parte dos membros do CBH LSJ, do trabalho desempenhado pelo CILSJ ao longo do ano de 2020 e um espaço para avaliação dissertativa da entidade delegatária. Para cada questão objetiva foi atribuído um valor entre 1,0 (um) e 10,0 (dez), onde o valor 1,0 (um) referia-se a “Muito Insatisfeito” e o valor 10,0 (dez) a “Muito Satisfeito”.

O formulário foi preenchido por 15 (quinze) membros, de um universo de 32 (trinta e duas) instituições ativas na Plenária do CBH Lagos São João no ano de 2020, o que corresponde a 47% (quarenta e sete por cento). A aferição do resultado final da avaliação do CILSJ ocorreu por meio do cálculo da média simples.

A meta prevista para este subindicador era 35% (trinta e cinco por cento) de avaliadores do universo de vagas preenchidas no Comitê e de 7 (sete) pontos, sendo a conversão entre a média das notas da avaliação e a pontuação feita por meio da Tabela 3.

Tabela 3 - Conversão de notas em pontos.

| <b>Avaliação do desempenho institucional do CILSJ pelos membros do Comitê</b>  |   |
|--|---|
| O Resultado será apurado por período de avaliação. A avaliação será realizada pelos membros titulares do Comitê ou votantes na plenária. | Pontos                                    |
| Nota maior ou igual a 9  | 10  |
| Nota maior ou igual a 8  | 9   |
| Nota maior ou igual a 6  | 7   |
| Nota inferior a 6  | Valor apurado será igual à nota calculada |

A média das notas obtidas por meio da avaliação do CBH Lagos São João sobre o trabalho do CILSJ como entidade delegatária no ano de 2020 foi igual a 8,7 (oito vírgula sete), o que corresponde a 9 (nove) pontos de acordo com a conversão das notas em pontos.

Tabela 4 - Resultado da avaliação do CILSJ

| <b>AVALIAÇÃO DO CILSJ FEITA PELOS MEMBROS DO CBH LAGOS SÃO JOÃO – Ano III - 2020</b>  |              |
|---|--------------|
| <b>QUESTÕES OBJETIVAS RELATIVAS AO CILSJ</b>  |              |
| <b>TEMA: COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA</b>   |              |
|   | <b>MÉDIA</b> |
| 1. As solicitações do CBH Lagos São João são atendidas de forma satisfatória pelo CILSJ?  | 8,9          |
| 2. A estrutura organizacional do CILSJ favorece a resposta adequada ao CBH Lagos São João?  | 8,7          |
| 3. As convocações e a documentação referente às reuniões são enviadas com a antecedência satisfatória?  | 8,9          |
| 4. O trabalho de mobilização social para as reuniões (Plenárias, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho, etc.) tem ocorrido de forma satisfatória?                    | 8,9          |
| <b>TEMA: COMPETÊNCIA TÉCNICA</b>  |              |
|   | <b>MÉDIA</b> |
| 5. Os documentos são tecnicamente bem elaborados e de fácil compreensão?  | 8,7          |
| 6. Os documentos são produzidos e distribuídos nos prazos adequados?  | 8,9          |
| 7. O CILSJ demonstra capacidade técnica para resolver os problemas demandados e de superar os obstáculos?   | 8,6          |
| 8. Os recursos da cobrança são administrados com transparência?   | 8,4          |
| 9. Os recursos da cobrança são investidos na bacia com eficiência pelo CILSJ?   | 8,3          |
| 10. A equipe do CILSJ demonstra confiança e habilidade para resolver os problemas e orientar tecnicamente os membros do Comitê e os tomadores de recursos em geral? | 9,0          |
| <b>MÉDIA FINAL</b>  | <b>8,7</b>   |

No Anexo IV do presente Relatório, são apresentados os gráficos de distribuição estatística das notas conferidas pelos membros do CBH Lagos São João a cada pergunta do formulário de avaliação, assim como as sugestões para melhoria da atuação do CILSJ como Entidade Delegatária das funções de Agência de Água da RH VI.

**Grau de alcance: META ATINGIDA**

### **Subindicador 3.2 – Meios de Comunicação Social**

**Previsto:** Elaboração de um Plano de Trabalho sobre Comunicação Social.

**Realizado:** No ano de 2020, esta meta precisou ser desconsiderada, pois o CBHLSJ aprovou em 20 de Outubro de 2020, por meio da Resolução nº 131/2020, a destinação de R\$ 102.603,63 para o Plano de Comunicação Social do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João, sendo o recurso repassado ao CILSJ em 11 de Dezembro de 2020, o que inviabilizou a elaboração do Plano de Comunicação ainda para o referido ano.

**Grau de alcance: META NÃO CONSIDERADA**

## **3.4 INDICADOR 4: Acompanhamento da aplicação dos recursos do FUNDRHI**

### **Subindicador 4.1 – Índice de desembolso dos recursos repassados à delegatária no ano**

**Previsto:** Mínimo de 60% de execução dos recursos repassados à entidade delegatária no ano de 2020.

**Realizado:** No ano de 2020, esta meta precisou ser desconsiderada, uma vez que os repasses ao CILSJ foram realizados apenas em 27/11/2020 e 11/12/2020, totalizando o montante de R\$ 7.995.297,19 (sete milhões, novecentos e noventa e cinco mil, duzentos e noventa e sete reais e dezenove centavos), como detalhado na Tabela 5, o que inviabilizou a execução dos recursos durante o exercício estabelecido.

Vale ressaltar que, durante as reuniões para revisão das metas e indicadores dos Contratos de Gestão, realizadas em 2018 e 2019, houve consenso sobre o período a ser considerado para a meta dos subindicador 4.1, ficando definido que apenas os recursos repassados até o mês de Setembro seriam considerados para a mesma. Isto explica-se pela não-viabilidade de superar todas as etapas para publicação de editais, contratações e desembolsos, seguindo a Resolução INEA 160/2018, em um intervalo de apenas 03 (três) meses.

Tabela 5 - Repasses Realizados ao CILSJ no ano de 2020

| Repasses Realizados em 2020 |                |
|-----------------------------|----------------|
| Data Repasse                | Montante (R\$) |
| 27/11/2020                  | 300.000,00     |
| 27/11/2020                  | 162.362,00     |
| 27/11/2020                  | 28.736,97      |
| 11/12/2020                  | 230.000,00     |
| 27/11/2020                  | 60.000,00      |
| 27/11/2020                  | 70.000,00      |
| 27/11/2020                  | 70.000,00      |
| 27/11/2020                  | 150.000,00     |
| 27/11/2020                  | 230.000,00     |
| 27/11/2020                  | 716.605,51     |
| 27/11/2020                  | 500.000,00     |
| 27/11/2020                  | 980.000,00     |
| 27/11/2020                  | 957.261,02     |
| 27/11/2020                  | 927.572,15     |
| 27/11/2020                  | 768.026,93     |
| 27/11/2020                  | 414.251,72     |
| 27/11/2020                  | 124.000,00     |
| 27/11/2020                  | 100.000,00     |
| 27/11/2020                  | 172.000,00     |
| 27/11/2020                  | 30.000,00      |
| 11/12/2020                  | 394.877,26     |

|                    |                     |
|--------------------|---------------------|
| 11/12/2020         | 300.000,00          |
| 11/12/2020         | 145.000,00          |
| 11/12/2020         | 102.603,63          |
| 11/12/2020         | 62.000,00           |
| <b>TOTAL (R\$)</b> | <b>7.995.297,19</b> |

**Grau de alcance: META NÃO CONSIDERADA**

#### **Subindicador 4.2 – Índice de desembolso dos recursos acumulados**

**Previsto:** Mínimo de 20% de execução dos recursos repassados à entidade delegatária até 31 de Dezembro do ano de 2019 (exercício anterior).

**Realizado:** O montante repassado ao CILSJ até 31 de dezembro de 2019 totalizava R\$ 3.992.083,89 (três milhões, novecentos e noventa e dois mil, oitenta e três reais e oitenta e nove centavos), como expresso na Tabela 6.

Durante o ano de 2020, foi realizada seleção de propostas para grande parte dos projetos aos quais corresponde o montante acima mencionado. No que diz respeito aos projetos de Saneamento, cujos valores representam mais de 50% (cinquenta por cento) do total recebido, foram publicados editais de seleção de propostas e contratados os projetos básicos e executivos, que antecedem a contratação da execução das obras, etapas de maior desembolso. A elaboração destes projetos de engenharia, assim como os projetos de monitoramento, contratados durante o ano de 2020 estão em execução e, portanto, somente parte dos recursos foram desembolsados.

Deste modo foram executados completamente R\$ 235.457,53 (duzentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos), conforme apresentado abaixo e detalhado no Relatório de Progresso, que correspondem a 6% (seis por cento) do total acumulado.

Vale ressaltar que o CILSJ enfrentou diversas dificuldades, especialmente no que diz respeito à etapa de pesquisa de mercado, que antecede a publicação dos editais de seleção

de propostas. Tais dificuldades são compreensíveis, considerando instabilidade no fornecimento de materiais e a insegurança na prestação de serviços devido à pandemia da COVID-19, fatores que guardam relação direta com a dificuldade para emissão das propostas comerciais por parte dos fornecedores e prestadores de serviço.

A situação acima mencionada comprometeu o índice de desembolso, durante o ano de 2020, dos recursos acumulados, mas o CILSJ procurou manter efetividade do trabalho realizado, dando andamento às etapas internas para todos os recursos repassados até 31 de dezembro de 2019, conforme expresso no Relatório de Progresso.

Tabela 6 - Repasses Realizados ao CILSJ até 31 de dezembro de 2019

| <b>Repasses Anteriores a 2020 (acumulado)</b> |                       |
|---|-----------------------|
| <b>Data Repasse</b>                           | <b>Montante (R\$)</b> |
| 27/09/2018                                    | 35.592,00             |
| 06/12/2018                                    | 26.000,00             |
| 18/12/2018                                    | 1.478.282,48          |
| 18/12/2018                                    | 35.521,28             |
| 18/12/2018                                    | 71.113,28             |
| 17/06/2019                                    | 42.000,00             |
| 17/06/2019                                    | 270.000,00            |
| 29/07/2019                                    | 980.000,00            |
| 29/07/2019                                    | 1.053.574,85          |
| <b>TOTAL (R\$)</b>                            | <b>3.992.083,89</b>   |

|   |                   |
|---|-------------------|
| <b>Montante Total Executado em 2020 (R\$)</b> | <b>235.457,53</b> |
|---|-------------------|

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Percentual de Execução em 2020 do Montante Acumulado</b> | <b>6%</b> |
|---|-----------|

**Grau de alcance: META PARCIALMENTE ATINGIDA**



### **3.5 INDICADOR 5: Finalístico**

#### **Subindicador 5.1 – Evolução da execução de componente(s), subcomponente(s) ou programa(s) do PAP ao longo da vigência do contrato.**

**Previsto:** Eleger um componente, subcomponente ou programa para acompanhar a evolução da melhoria ao longo da vigência do Contrato de Gestão.

**Realizado:** Para o ano de 2020, o componente eleito pelo CBHLSJ para acompanhamento foi o Saneamento da RH VI. Neste sentido, apenas durante o ano de 2020, foram aprovadas seis Resoluções que destinaram recursos da rubrica Saneamento, do Plano Plurianual de Investimentos para os anos 2019-2021, para intervenções em quatro diferentes municípios da RH VI. O montante total aprovado em 2020 para ações em Saneamento foi de R\$ 4.361.601,78 (quatro milhões, trezentos e sessenta e um mil, seiscentos e um reais e setenta e oito centavos), conforme Tabela 7. Deste total, R\$ 1.748.026,93 (um milhão, setecentos e quarenta e oito mil, vinte e seis reais e noventa e três centavos) foram repassados ao CILSJ em 27 de Novembro de 2020.

Considerando os valores repassados em anos anteriores, referentes à rubrica Saneamento, em 2020 foi publicado o Edital de Coleta de Preço nº 02/2020 para a contratação de empresa para elaboração dos projetos de engenharia para as obras de saneamento dos Municípios da RH VI. O valor do referido contrato foi de R\$ 109.200,00, sendo executados R\$ 48.600,00, o equivalente a 44,5 %, ainda em 2020.

Tabela 7 - Montante aprovado pelo CBHLSJ em 2020 para ações em Saneamento

| <b>Resolução</b> | <b>Finalidade</b>   | <b>Montante (R\$)</b> |
|------------------|---|-----------------------|
| nº 111/2020      | Obra de Esgotamento Sanitário no Município de Armação de Búzios     | 980.000,00            |
| nº 122/2020      | Obra de Esgotamento sanitário no município de Saquarema             | 768.026,93            |
| nº 123/2020      | Obra de Esgotamento Sanitário no Município de Cabo Frio             | 780.000,00            |
| nº 135/2020      | Complement. Obra de Esgotamento Sanitário no Município de Saquarema | 400.000,00            |
| nº 136/2020      | Complement. Obra de Esgotamento Sanitário no Município de Cabo Frio | 500.000,00            |
| nº 137/2020      | Obra de Esgotamento Sanitário no Município de Casimiro de Abreu     | 933.574,85            |
|                  | <b>Total</b>  | <b>4.361.601,78</b>   |

**Grau de alcance: META ATINGIDA**

## Anexo I - Avaliação dos indicadores do Contrato de Gestão nº 01/2017

| INDICADOR 1 - DISPONIBILIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES   |      |   |           |           |           |
|---|------|---|-----------|-----------|-----------|
| Avaliação   |      |   | 2020      |           |           |
|   |      |   | Meta      | Resultado | Nota (NP) |
| 1.1 Conteúdo Disponibilizado e atualizado de forma contínua   | Peso | 2 | 11        | 11        | 10        |
| 1.2 Elaboração e Publicação de Boletim Informativo Digital  |      | 3 | 4         | 4         | 10        |
| 1.3 Elaboração e Divulgação de Relatório Digital sobre o cenário ambiental da bacia e Elaboração e Distribuição de 01 (uma) Revista Digital |      | 5 | 4         | 4         | 10        |
| <b>NOTA FINAL (NF)</b>  |      |   | <b>10</b> |           |           |

| INDICADOR 2 - INSTRUMENTOS DE GESTÃO          |      |   |           |           |           |
|---|------|---|-----------|-----------|-----------|
| Avaliação                                     |      |   | 2020      |           |           |
|   |      |   | Meta      | Resultado | Nota (NP) |
| 2.1 Sistema de Informações                    | Peso | 0 | 0         | 0         | 0         |
| 2.2 Atualização do Plano de Recursos Hídricos |      | 3 | 1         | 1         | 10        |
| 2.3 Estudos ou Proposta sobre cobrança        |      | 3 | 1         | 1         | 10        |
| <b>NOTA FINAL (NF)</b>                        |      |   | <b>10</b> |           |           |

| INDICADOR 3 - RECONHECIMENTO SOCIAL                    |      |   |          |           |           |
|--|------|---|----------|-----------|-----------|
| Avaliação  |      |   | 2020     |           |           |
|  |      |   | Meta     | Resultado | Nota (NP) |
| 3.1 Pesquisa de satisfação a ser capitaneada pelo GACG | Peso | 7 | 35%      | 47%       | 9,0       |
| 3.2 Meios de Comunicação Social                        |      | 0 | 0        | 0         | 0         |
| <b>NOTA FINAL (NF)</b>                                 |      |   | <b>9</b> |           |           |

| INDICADOR 4 - ACOMPANHAMENTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDRHI     |      |   |          |           |           |
|---|------|---|----------|-----------|-----------|
| Avaliação   |      |   | 2020     |           |           |
|   |      |   | Meta     | Resultado | Nota (NP) |
| 4.1 Índice de desembolso dos recursos repassados à delegatária no ano | Peso | 0 | 0        | 0         | 0         |
| 4.2 Índice de desembolso dos recursos acumulados                      |      | 5 | 20%      | 6%        | 3,0       |
| <b>NOTA FINAL (NF)</b>  |      |   | <b>3</b> |           |           |

| INDICADOR 5 - FINALÍSTICO   |      |    |           |           |           |
|---|------|----|-----------|-----------|-----------|
| Avaliação   |      |    | 2020      |           |           |
|   |      |    | Meta      | Resultado | Nota (NP) |
| 5.1 Evolução da execução de componente(s) ou subcomponente(s)/programa(s) do PAP ao longo da vigência do contrato | Peso | 10 | 1         | 1         | 10        |
| <b>NOTA FINAL (NF)</b>  |      |    | <b>10</b> |           |           |

| PLANILHA DE AVALIAÇÃO                                   |      |            |            |                |  |
|---|------|------------|------------|----------------|--|
| CBH Macaé e das Ostras                                  |      |            |            |                |  |
| INDICADORES   | Peso | Nota Final | Nota Geral | Conceito Geral |  |
| 1 - Disponibilização e Atualização de Informações       | 1    | 10,0       | 8,4        | Bom            |  |
| 2 - Instrumentos de Gestão                              | 1    | 10,0       |            |                |  |
| 3 - Reconhecimento Social                               | 1    | 9,0        |            |                |  |
| 4 - Acompanhamento da aplicação dos recursos do FUNDRHI | 1    | 3,0        |            |                |  |
| 5 - Finalístico   | 1    | 10,0       |            |                |  |

**Anexo II - Boletins Informativos Mensais do CBH Lagos São João**

# BOLETIM INFORMATIVO

Informativo / CILSJ / CBH Lagos [ Janeiro - 2020 ]

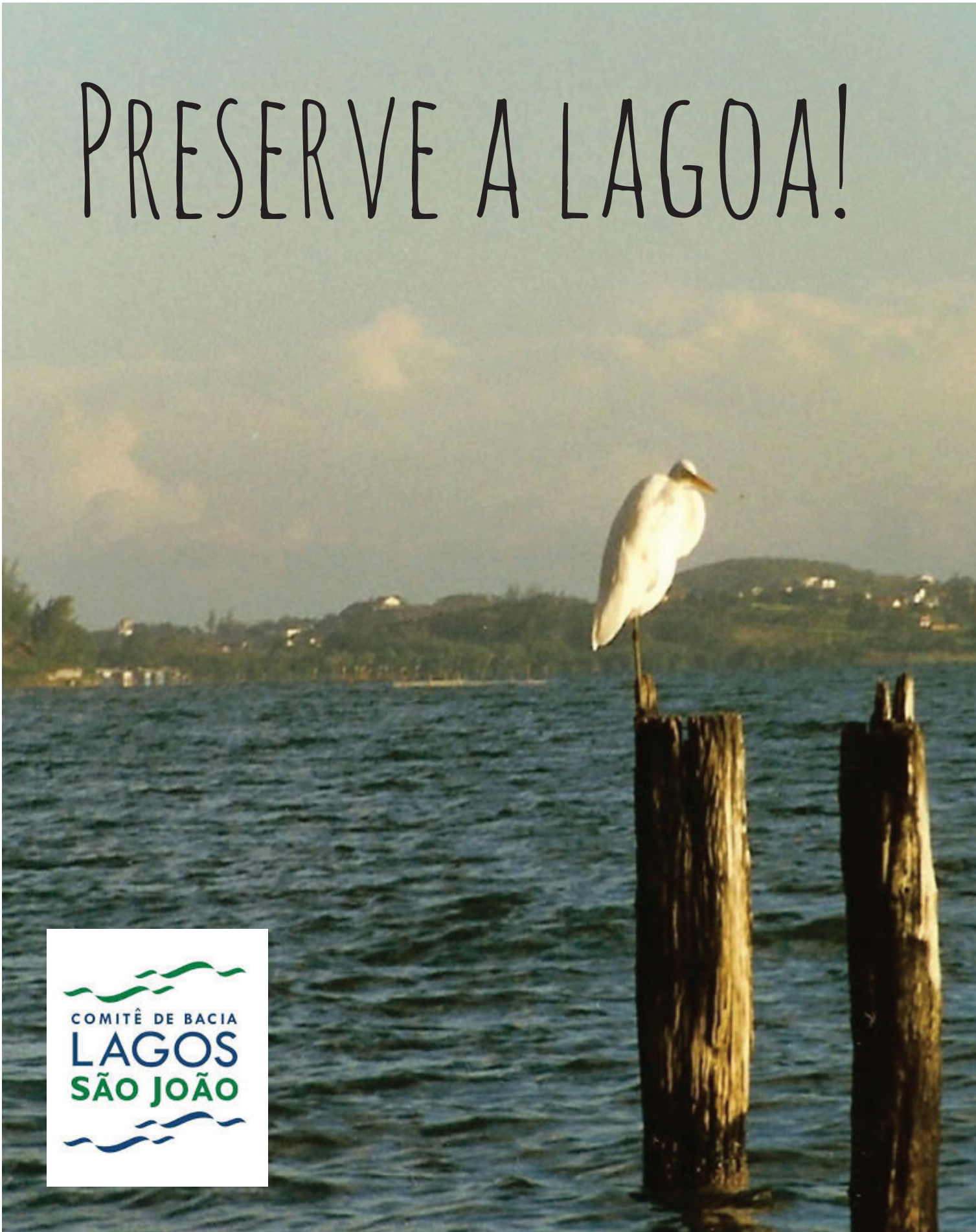


**Nova lei  
pode  
prejudicar  
gestão das  
águas no  
Estado  
do Rio**

TIREM AS  
MÃOS  
DO MEU  
LUNDRAI



# PRESERVE A LAGOA!



# Comitês contra desmonte da política de recursos hídricos

## Projeto de Lei retira dinheiro da gestão das águas

Os Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro, junto a organizações públicas e privadas, universidades, entidades de classe e outras representações da sociedade, se uniram contra o Projeto de Lei 1.713/2019, que foi aprovado na Assembleia Legislativa do Estado (Alerj). A nova lei desvincula receitas e muda regras do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI).

Na prática, a medida proposta pelo Governo do Estado desmonta o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos.

A nova lei desvincula 16 Fundos Estaduais, entre eles o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI) e o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), abrindo a possibilidade para que os recursos, que devem ser empregados exclusivamente na gestão das águas e na conservação do meio ambiente, sejam usados para outros fins.

Segundo o presidente do Comitê de Bacia Lagos São João, que abrange 12 municípios da Região dos Lagos e da Baixada Litorânea, Leandro Coutinho, a proposta compromete as políticas públicas em andamento.

– Isso compromete todas as ações dos Comitês, principalmente porque o Estado do Rio é uma referência em gestão de recursos hídricos. A retirada de recursos vai complicar muito os Comitês e vai afetar todos os projetos – considera ele, reclamando que não houve debate sobre o tema antes da votação.

– O pior de tudo é que, sempre quando se propõe algo que vai alterar a dinâmica de todo um setor, esse se-



**Adriana Saad e Leandro Coutinho representaram o Comitê na Alerj**

tor participa de um debate e manifesta suas opiniões. Desta vez, não teve nada disso. Foi algo de cima para baixo, sem nenhum debate e que pegou a todos de surpresa – diz ainda.

Já para o presidente do Comitê de Bacia dos rios Macaé e das Ostras, que abrange seis cidades das regiões Norte, Serrana e Baixada Litorânea, Rodolfo Coimbra, a situação dos re-

curso hídricos no estado, que já é preocupante em relação aos próximos anos, poderá ficar “definitivamente comprometida”.

– Creio que o futuro, que já é incerto em relação aos recursos hídricos do Estado do Rio, pode ficar definitivamente comprometido em curto prazo, uma vez que não haverá recursos necessários para gerir o sistema - declara.





**Nos Comitês da Bacia, sociedade se reúne em fóruns para tomar decisões sobre os recursos hídricos**

Os Comitês da Bacia são fóruns que reúnem a sociedade na tomada de decisões sobre a gestão de recursos hídricos. As políticas aprovadas nos Comitês são financiadas pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos, que, por sua vez, é munido com uma parcela da cobrança pelo uso da água. Ou seja, o sistema obriga que parte do valor arrecadado com a cobrança da água volte à sociedade em forma de investimentos em saneamento, tratamento de água, projetos de educação ambiental e outras finalidades.

– Com essa lei, o dinheiro destinado para a gestão das águas e do saneamento poderá ser usado em qualquer outra área, até mesmo em pagamento de funcionários do governo. Isso fere todos os princípios legais apontados pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – afirma Adriana Saad, secretária executiva do Consórcio Intermunicipal Lagos São João.

O Consórcio é a entidade delegatária do Comitê Lagos São João e do Comitê de Bacia dos rios Macaé e das

Ostras. Como os Comitês são fóruns da sociedade, eles não podem realizar a contratação de serviços. Por isso, as políticas definidas nos Comitês são executadas por uma entidade delegatária, que é o caso do Consórcio. Segundo Adriana, a medida desestrutura todo o sistema.

– Basta dizer que, do valor arrecadado em saneamento, 70% precisa ser aplicado em novos projetos de saneamento. Todos conhecem a enorme necessidade de novos projetos de saneamento nos municípios do interior do Rio. Essa nova lei poderá desestruturar todo o sistema e impedir novos projetos – explica Adriana.

Segundo nota técnica do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas, “inúmeros projetos e obras de engenharia para conservação e restauração das águas são planejados e aprovados pelos Comitês de Bacia em curto, médio e longo prazos e são financiados com recursos do FUNDRHI”. Diz ainda que “para isso é necessária uma garantia financeira de

médio e longo prazos, através de um fundo de recursos, a fim de sustentar a continuidade dos projetos e obras”.

– Na última experiência de crise hídrica (2014/2015) vivida pelos estados da região sudeste, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, a articulação dos órgãos gestores de Recursos Hídricos desses estados foi fundamental para a convergência de soluções que minimizaram os impactos da escassez hídrica para a população que dependem do rio Paraíba do Sul, principal fonte de abastecimento para a população fluminense. A quebra do financiamento pelo FUNDRHI de obras de saneamento terão impactos irreversíveis na questão da saúde pública, alertando-se para um recrudescimento dos índices de doenças de vinculação hídrica (diarréias, hepatites, etc) além da proliferação das arboviroses como dengue, chikungunya e zika, que assolam várias regiões do estado e a nossa população – diz ainda a nota do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas.



## FOTOLEGENDA



**PANORAMA E PLANEJAMENTO** – Membros do Comitê Lagos São João participaram do Encontro sobre Saneamento Básico da Região Hidrográfica. A programação foi na sede da Prolagos, em São Pedro da Aldeia. Na ocasião, as concessionárias Prolagos e Águas de Juturnaíba demonstraram o panorama do serviço de saneamento nos municípios da bacia e falaram sobre o planejamento futuro.

# 20 ANOS DE CONSÓRCIO

Há 20 anos, uma verdadeira união da sociedade mudava os rumos da política ambiental no Estado do Rio de Janeiro

**H**á 20 anos, uma verdadeira união da sociedade mudava os rumos da política ambiental no Estado do Rio de Janeiro. O Consórcio Intermunicipal Lagos São João é um divisor de águas. A entidade foi criada em 1999 com a missão de promover políticas públicas de forma compartilhada entre o Governo do Estado e os 13 municípios consorciados.

Uma das principais missões foi a de promover ações para a recuperação da Lagoa de Araruama, que, na época, se encontrava intensamente contaminada.

Após 20 anos de atuação, os índices mostram que as políticas implementadas foram essenciais para a recuperação do ecossistema.

Além disso, desde 2012, o Consórcio atua como parte do Sistema Estadual de Gestão dos Recursos Hídricos, no papel de Entidade Delegatária, com funções de agência de água, atendendo ao Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João e ao Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras.

Desta forma, a atuação do Consórcio compreende a Região dos Lagos e partes da Baixada Litorânea e da Região Serrana.

Em sua abrangência estão as bacias hidrográficas do Rio São João, do Rio Una, da Lagoa de Araruama e da Lagoa de Saquarema, que compõem a Região Hidrográfica Lagos São João (RH VI do Estado do Rio), assim como as bacias hidrográficas



**Entidade foi criada em 1999 e teve eleição de diretoria (foto) em junho**

do Rio Macaé, do Rio das Ostras e da Lagoa de Imboassica, que compõem a Região Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras (RH VIII do Estado do Rio).

Entre as atuações do Consórcio estão:

- Secretaria executiva de Comitês de Bacia Hidrográfica
- Apoio técnico às prefeituras para gestão ambiental municipal;
- Apoio a implementação das Políticas de Recursos Hídricos;
- Representação regional na Agência Reguladora de Energia e Saneamento;
- Apoio à gestão das unidades de conservação inseridas em sua área de atuação;

- Articulação institucional para o desassoreamento de canais e lagoas costeiras;

- Fomento a estudos e projetos técnicos científicos;

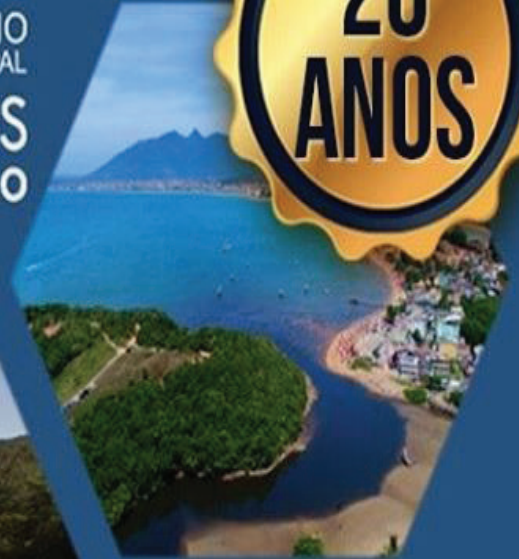
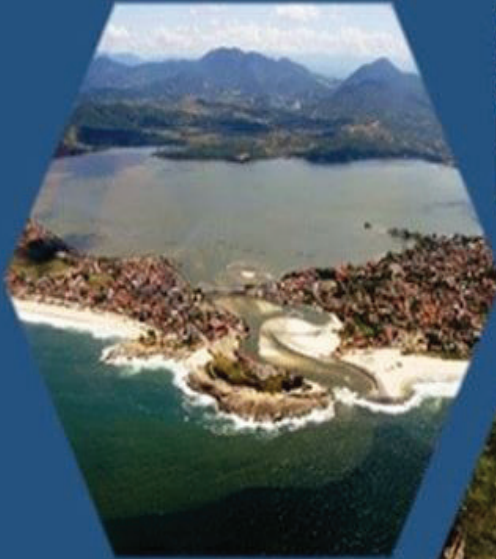
- Apoio aos Planos Municipais de Saneamento Básico;

- Apoio aos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica;

- Monitoramento da Qualidade da Água em sua área de atuação

Municípios consorciados: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Maricá, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim.







# Comitê na internet

Acesse o nosso site!

<http://cbhlagossaojoao.org.br/>

<https://www.facebook.com/CBHLSJ.Oficial/>

# BOLETIM INFORMATIVO

Informativo / CILSJ / CBH Lagos [Fevereiro - 2020]



## Comitê promove encontro para combater enchentes em Silva Jardim



# Comitê realiza reunião aberta para ações de combate às enchentes em Silva Jardim

Objetivo é destinar verba para intervenções emergenciais e realizar um estudo hidrológico para o médio prazo

O Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João realizou uma reunião aberta sobre o problema das enchentes em Silva Jardim no começo de fevereiro. O objetivo é aprovar a destinação de uma verba para ações emergenciais, em virtude das últimas inundações na cidade. Além disso, está programada a realização de um estudo hidrológico para a diminuição do problema a médio e longo prazo.

Produtores rurais e moradores de Silva Jardim participaram da audiência e relataram os problemas enfrentados. Estiveram no encontro a secretária executiva do Consórcio Intermunicipal Lagos São João, Adriana Saad, a procuradora de Justiça Denise Tarin, do MPRJ, o prefeito de Silva Jardim, Jaime Figueiredo, além dos vereadores Vivaldo Magalhães e Liés Abide, secretários do governo municipal, representantes do Inea, ICMBio, CREA e ONGs locais.

Em sua fala, Adriana Saad explicou que existe a possibilidade de aprovação de uma verba do Comitê de aproximadamente R\$ 100 mil, proveniente do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI), para as ações emergenciais. O prefeito Jaime Figueiredo se comprometeu em alocar mais R\$ 200 mil para as intervenções imediatas.

“Pedimos aos produtores rurais e moradores atingidos que se reúnam com a Defesa Civil o quanto antes para a elaboração de uma lista de



**Além de produtores rurais, moradores também participaram da reunião**

prioridades para as ações emergenciais. Vamos receber esse relatório até o dia 10 de março e dar andamento na aprovação da verba e na contratação dos serviços mais urgentes”, informou Adriana Saad.

A coordenadora de Projetos do Consórcio, Marianna Gullo, apresentou o escopo de um estudo amplo para identificar as áreas críticas e propor soluções em médio e longo prazo para o problema crônico das inundações na cidade.

“Existe a necessidade de elabora-

ção de um amplo Estudo de Controle de Inundações, para direcionar todas as ações necessárias para resolver o problema. Trata-se de um relatório longo e caro, com custo estimado de aproximadamente R\$ 1 milhão. Por isso, estamos focando neste momento em uma das etapas deste relatório, que será o estudo hidrológico, que tem custo estimado de R\$ 270 mil e pode ser feito em até seis meses a partir da contratação”, explicou Marianna.



**Debate reuniu representantes da sociedade civil organizada para planejamento estratégico**

Segundo a procuradora de Justiça Denise Tarin, o debate ampliado irá possibilitar uma melhor tomada de decisões sobre o problema.

“O projeto ‘Segurança Humana’ vem sendo executado pelo Ministério Público no município de Silva Jardim há três anos. Estamos muito satisfeitos com a participação da sociedade nesta reunião. Esta ampla participação irá fundamentar uma atuação consensuada e colaborativa, sobretudo porque precisamos ter em mente que os recursos são poucos. A contribuição do Comitê de Bacia é decisiva no processo de articulação com todos os atores. Entendemos que esta é uma arena legítima, e vamos continuar, Ministério Público, Comitê e sociedade, buscando soluções para a segurança territorial, econômica e comunitária”, disse a procuradora, que é coordenadora do projeto “Segurança Humana”, do

MPRJ.

De acordo com o prefeito Jaime Figueiredo, a destinação de verbas para ações emergenciais irá amenizar o problema enfrentado atualmente por produtores rurais e moradores.

“Esta reunião convocada pelo Comitê foi muito importante porque vimos uma verdadeira união da sociedade. Tivemos uma representatividade enorme. O poder público está à disposição, buscando resolver o problema, e esta união certamente vai ajudar muito a nossa população”, afirmou Jaime Figueiredo.

Para o ambientalista Luis Paulo Ferraz, da Associação Mico Leão Dourado, a reunião simboliza uma retomada do planejamento estratégico para resolver o problema das inundações na cidade. “Há mais de dez anos eu não via uma união tão grande da socieda-

de em torno deste tema. O Comitê está de parabéns, bem como todas as entidades envolvidas. Este encontro renova as nossas esperanças e traz projetos concretos para essa questão”, disse ele.

### **Limpeza de rios**

Em uma reunião posterior, realizada no dia 12 na sede da Defesa Civil, ficou definido que a verba para ações emergenciais será utilizada na limpeza e remoção de vegetações dos rios que cortam a cidade. Participaram representantes da Prefeitura, da Defesa Civil, da sociedade e do Consórcio. Para isso, a Prefeitura irá enviar um relatório com os pontos que precisam da limpeza, de forma a melhorar o fluxo da água e colaborar para a diminuição dos alagamentos..



# Lagoa de Araruama deve receber dragagem nos próximos meses

## Reunião na Secretaria Estadual do Ambiente definiu estratégias para ações emergenciais e de longo prazo

Representantes do Consórcio Lagos São e do Comitê de Bacia Hidrográfica estiveram na Secretaria Estadual do Ambiente para dar andamento às ações de recuperação da Lagoa de Araruama. O encontro com o subsecretário de Saneamento, Marcelo Dalaroli, no fim de janeiro, traçou metas para ações emergenciais e de longo prazo.

– A primeira ação emergencial, que será a dragagem no trecho do Canal Itajuru, em Cabo Frio, está em fase adiantada de contratação da empresa que irá realizar o serviço. A dragagem é importante para desassorear o Canal e facilitar a renovação da água da lagoa com o mar – disse a secretária-executiva do Consórcio Intermunicipal Lagos São João, Adriana Saad.

De acordo com os trâmites burocráticos necessários para a contratação da empresa, a previsão é de que a dragagem tenha início em cerca de quatro a seis meses.

Participaram da reunião, além de Adriana Saad, a assessora jurídica do Consórcio, Aline Araújo, o presidente do Comitê de Bacia, Leandro Coutinho, o secretário de Meio Ambiente de Cabo Frio, Mário Flávio Moreira e o secretário de Meio Ambiente de São Pedro da Aldeia, Luciano Silva.

Por parte do Governo do Estado, além do subsecretário Delaroli, participaram o diretor de Recuperação Ambiental, Armando Costa, e o dire-



**Dragagem é importante para facilitar renovação da água da lagoa**

tor de Fiscalização Ambiental, Fábio Pinto.

– Foi uma reunião muito importante. Estamos vendo um empenho grande da nova equipe da Secretaria Estadual do Ambiente. Estamos lutando há muito tempo pela dragagem da lagoa e sabemos que agora isso está próximo de acontecer – declara o presidente do Comitê de Bacia Lagos São João, Leandro Coutinho.

Além da dragagem, o Consórcio e o Comitê de Bacia forneceram à equipe técnica do Governo do Estado documentos e estudos sobre as alternativas para a despoluição da Lagoa de Araruama em médio e longo prazo.



**Subsecretário recebeu comitiva**

# CBH-LSJ abre espaço para “Gênero, Água e Saneamento”

Apresentação em plenária realizada em Silva Jardim foi uma ampliação da que aconteceu no XXI ENCOB



**Projeto aponta para a necessidade de empoderamento das mulheres na defesa da água e do saneamento**

O CBH-LSJ abriu espaço para o projeto “Gênero, Água e Saneamento”, apresentado pela AMEAS (Associação de Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema). A apresentação feita pela jornalista Dulce Tupy na plenária realizada em Silva Jardim, foi ampliada no XXI ENCOB (Encontro Nacional dos Comitês de Bacia), realizado em Foz do Iguaçu, em outubro do ano passado.

Convidada a participar do Simpósio Águas, Floretas e Cidades mais Verdes, promovido pela Rede Águas e Sustentabilidade, Dulce apresentou o projeto no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), em novembro no Rio e, no mês seguinte, em dezembro, na Confe-

rência Municipal das Mulheres, em Saquarema, demonstrando o grande interesse que o tema vem despertando nos eventos sobre água e saneamento.

Concebido a partir das cartilhas sobre “Gênero e Água”, elaboradas pela GWA (Gender and Water Alliance), uma ONG com sede na Holanda que atua mundialmente em parceria com a ONU, o projeto retoma a necessidade de empoderar as mulheres na defesa da água e do saneamento.

Agora, após mais de 20 anos da criação da Lei das Águas (janeiro de 1997), finalmente a incorporação da questão de gênero começa a ser relevante nos debates sobre água, saneamento e sustentabilidade.



**A jornalista Dulce Tupy**



# Membros de Comitê participam de programa de televisão

Dalva Mansur e Eduardo Pimenta falaram sobre projetos do comitê durante o programa Bem Assim

A professora Dalva Mansur, coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Comunicação (CTEACOM) do Comitê Lagos São João, falou no dia 12 de fevereiro no programa Bem Assim com Andréa Morais sobre os projetos de educação ambiental e outros temas.

Na semana anterior, o biólogo Eduardo Pimenta, vice-presidente do Comitê, participou do mesmo programa e frisou a importância do Comitê e do Consórcio nos avanços conquistados na recuperação ambiental da Lagoa de Araruama. Ele também explicou sobre o sistema de tratamento em tempo seco e os planos para o futuro. Foi a segunda participação de Pimenta no programa Bem Assim com Andréa Morais. Na entrevista anterior, ele explicou a diferença entre o Comitê e o Consórcio, e falou sobre outros assuntos relacionados ao tema.



**Eduardo Pimenta e Dalva Mansur foram os entrevistados do programa Bem Assim com Andréa Morais**

# CT Pesca debate regulamentação de apetrechos na Lagoa de Araruama

Uso de ganchos de peixe e camarão e a pesca de correnteza do camarão estão entre as práticas analisadas pela equipe



**Foi decidido que membros da Secretaria Federal de Aquicultura e Pesca serão convidados para encontro**

A Câmara Técnica de Pesca do Comitê se reuniu nesta quinta-feira no dia 6 de fevereiro e debateu o pedido de regulamentação de artes e apetrechos de pesca utilizados na Lagoa de Araruama. Entre as práticas para as quais se busca a regulamentação estão o uso de ganchos de peixe e camarão e a pesca de correnteza do camarão.

Esteve presente para debater o assunto o chefe da Divisão de Aquicultura e Pesca da Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio, Gilberto Alencar.

Também foi deliberado que o Comitê fará um convite a membros da Secretaria Federal de Aquicultura e Pesca, de Brasília, para um encontro aqui na região, com o ob-

jetivo de abordar o pedido dos pescadores de separação do defeso da Lagoa de Araruama em dois períodos distintos, sendo um para peixes e outro para camarão, diferente do que ocorre atualmente, com um único período de defeso para todas as espécies. A reunião da CT Pesca foi no auditório da Universidade Veiga de Almeida, em Cabo Frio.



# Prefeitos se reúnem com secretário do Ambiente por metas para ecossistemas

## Recuperação ambiental da Lagoa de Araruama esteve na pauta do encontro

Prefeitos da Região dos Lagos e da Baixada Litorânea e representantes do Consórcio Intermunicipal Lagos São João se reuniram no fim de janeiro com o secretário estadual do Ambiente, Altineu Côrtes, em Iguaba Grande. Na pauta do encontro esteve a recuperação ambiental da Lagoa de Araruama e da Lagoa Imboassica, entre outros temas relacionados ao setor.

O encontro, convocado pelo Consórcio Lagos São João, foi na sede campestre da Associação Profissional dos Instrutores de Aprendizagem, Treinamento, Formação e Orientação Profissional do Estado do Rio de Janeiro (Apierj).

Estiveram presentes a prefeita de Araruama, Livia de Chiquinho, e os prefeitos de Cabo Frio, Adriano Moreno; Iguaba Grande, Vantoil Martins; São Pedro da Aldeia, Cláudio Chumbinho; e Silva Jardim, Jaime Figueiredo; além de secretários e representantes dos municípios de Araraial do Cabo, Búzios, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba, Macaé, Rio das Ostras, Saquarema e Silva Jardim.

Também participaram o presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João, Leandro Coutinho, o presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras, Rodolfo Coimbra, e a secretária-executiva do Consórcio Intermunicipal Lagos São João, Adriana



**Secretária-executiva do Consórcio, Adriana Saad, participou do encontro**

Saad.

Na ocasião, os prefeitos tiveram uma reunião de trabalho com o secretário estadual do Ambiente, Altineu Côrtes, e o subsecretário da pasta, Marcelo Delaroli. Na sequência, o grupo acompanhou uma apresentação feita por Adriana.

– Nos últimos 20 anos tivemos

avanços no saneamento. No entanto, a retirada do efluente tratado que cai na Lagoa de Araruama e a finalização do cinturão de proteção contra o despejo de esgoto, juntamente com a dragagem do canal, é fundamental para Lagoa prosseguir na sua recuperação – disse a secretária-executiva do Consórcio.

O presidente do Consórcio Lagos São João e prefeito de São Pedro da Aldeia, Claudio Chumbinho, explicou que, entre as ações solicitadas ao Governo do Estado, a mais urgente é a dragagem da Lagoa, essencial para a renovação da água com o mar.

– A dragagem, sem dúvida, é a questão mais urgente. Também existe a possibilidade de abertura de um segundo canal, além do Canal Itajuru, que é o único que faz a troca da água da lagoa com o mar. Esse segundo canal poderia ser em Praia Seca (Araruama). Além disso, o secretário Altineu Côrtes se comprometeu em analisar minuciosamente o contrato da concessionária de abastecimento de água e tratamento de esgoto, para checar se todas as obrigações estão sendo cumpridas. Precisamos interromper qualquer despejo de esgoto que ainda possa ocorrer na lagoa – afirmou Chumbinho.

Em sua fala, Altineu Côrtes disse entender que a recuperação da Lagoa é fundamental para a economia da região.

– Todos são responsáveis por esse problema. Agora a gente vai achar, tecnicamente, o resultado possível. Existe uma licitação em curso para desassorear o canal, que é o primeiro grande passo, mas nosso objetivo é ter um projeto que contemple as cidades para resolver o problema da balneabilidade, e recuperar as praias da Lagoa para recuperar a economia da região, tirando a Lagoa dessa falta de oxigênio – disse o secretário estadual do Ambiente, completando:

– As soluções já existem no papel. Elas precisam ser reunidas, orçadas, e a participação dos municípios é fundamental. Também vamos cobrar da concessionária que explora os serviços de água e esgoto, se ela anda cumprindo o contrato, se os investimentos foram feitos. É uma situação que a gente vai cobrar de uma forma bastante incisiva – disse ainda.

O anfitrião do encontro, o prefeito de Iguaba Grande, Vantuil Martins, agradeceu a presença de todos e se disse esperançoso com o novo momento. A prefeita de Araruama, Lívia de Chiquinho, comprometeu-se em destinar R\$ 5 milhões, com re-



**Leandro Coutinho e Altineu Côrtes: importância da Lagoa em debate**

ursos da Prefeitura, para colaborar com o desassoreamento na área da Lagoa que fica dentro do município.

Já o prefeito de Cabo Frio, Adriano Moreno, que também é vice-presidente do Consórcio Lagos São João, afirmou estar confiante com a postura do Governo do Estado em relação às demandas ambientais da

região.

– Estamos à disposição, junto com os amigos prefeitos e o governo do estado, para solucionar esse problema gravíssimo, e fazer da despoluição da Lagoa de Araruama um caso de sucesso não só para o estado do Rio de Janeiro, mas quem sabe para o mundo – declarou Adriano.



# Comitê na internet

Acesse o nosso site!

<http://cbhlagossaojoao.org.br/>

<https://www.facebook.com/CBHLSJ.Oficial/>

# BOLETIM INFORMATIVO

— Informativo / CILSJ / CBH Lagos [Março - 2020] —



**Comitê aprova projeto  
de saneamento  
em comunidade  
de Saquarema**



22 DE MARÇO

# Dia Mundial da água

*Nossa vocação é cuidar.*

Foto: Barragem  
de Juturnaíba



# Comitê aprova projeto de saneamento para distrito de Saquarema

Sampaio Corrêa vai receber construção de biodigestor para tratamento do esgoto



Verbas do Fundo Estadual de Recursos Hídricos serão usadas em projeto de tratamento de esgoto



**A aprovação foi comemorada, pois se trata do primeiro projeto de esgotamento sanitário no local**

O Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João realizou uma reunião extraordinária do Subcomitê da Lagoa de Saquarema, em conjunto com a Câmara Técnica de Saneamento e Dragagem, no dia 13 de março, em Saquarema.

No encontro foi aprovada

a destinação de verba do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI) para a implantação de rede de esgoto em Charqueado, no distrito de Sampaio Corrêa, com construção de biodigestor para tratamento do esgoto no próprio bairro.

A aprovação foi bastante

comemorada pela comunidade local, pois se trata do primeiro projeto de captação de esgoto na localidade.

Além de membros do Comitê e do Consórcio Lagos São João, estiveram presentes a secretária municipal de Obras, Priscilla Barroso Poubel, o secretário de

Urbanismo, Danilo Goretti Villa Verde, e o diretor da concessionária Águas de Juturnaíba, Carlos Gontijo.

O encontro foi no Teatro Municipal Mário Lago. Após a aprovação, será feito um estudo em Charqueado para dimensionar a obra e realizar a captação do recurso.



# Reunião em Brasília aborda marco regulatório para o Plano de Gestão dos Camarões no Brasil

Comitê Lagos São João foi representado pelo vice-presidente, biólogo Eduardo Pimenta



Comitê representou as regiões Sudeste e Sul durante uma oficina sobre legislação relativa à pesca de camarões





**Durante o encontro, foram debatidas, elaboradas e aprovadas propostas para captura dos camarões**

Nos dias 11 e 12 de março, o Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João representou as regiões Sudeste e Sul em Brasília, durante uma oficina participativa de avaliação da legislação relativa à pesca de camarões, através da preparação de um novo enquadramento jurídico e do marco regulatório para o Plano de Gestão dos Camarões do Brasil.

Foram debatidas, elaboradas e aprovadas propostas para captura dos camarões nas regiões Sudeste e Sul. A representação foi feita pelo

biólogo Eduardo Pimenta, vice-presidente do Comitê Lagos São João.

– Tendo em vista a intenção do governo de alterar o período do defeso do camarão, foi proposto estabelecer o defeso para todas as espécies de camarão em mar aberto, nas Regiões Sudeste e Sul, no período de 15 de dezembro a 15 de março, condicionado ao monitoramento da pesca e das populações de camarão, com a participação do setor pesqueiro, avaliação dos efeitos do defeso no prazo até cinco anos, condição

que deverá estar explícita na norma para esse novo período de defeso – explicou Eduardo Pimenta após o encontro.

Segundo ele, já que não houve consenso no debate entre os pescadores, foi proposta a realização de um seminário específico para discutir, a revisão do período de defeso, envolvendo o setor pesqueiro, especialistas e pesquisadores do tema

A oficina realizada em Brasília foi resultado do chamamento da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento, em ação articulada com o Projeto FAO REBYC II-LAC (Manejo Sustentável da Fauna Acompanhante na Pesca de Arrasto na América Latina e Caribe), que reuniu interessados e criou um grupo técnico de trabalho com objetivo de ordenar a pesca do camarão sete barbas e do camarão rosa.

O objetivo é promover o compartilhamento de recursos pesqueiros e regulamentar a pesca de arrasto de fundo de camarões e peixes, gerando emprego, renda e segurança alimentar.



## FOTOLEGENDA

A secretária executiva do Consórcio Intermunicipal Lagos São João, Adriana Saad, falou sobre as ações de recuperação da Lagoa de Araruama em entrevista ao programa Bem Assim, na Cabo Frio TV, na edição especial do Dia da Mulher, celebrado em 8 de março. Adriana explicou sobre a próxima dragagem que será feita na lagoa e lembrou o histórico de avanços ambientais na região. Ela foi entrevistada no segundo bloco.



# Dia Mundial da Água



Represa de Juturnaíba

Foto: Marcelo Figueiredo

A gestão sustentável, democrática e participativa das águas é vital para o planeta. Para colocar o tema em debate, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o dia 22 de março como Dia Mundial da Água.

Na Região dos Lagos e Baixada Litorânea do estado do Rio, o Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João tem participação fundamental para a

conservação dos recursos hídricos.

Em tempos de crise sanitária, fica ainda mais evidente que, além de beber e cozinhar, precisamos da água para reforçar a higiene pessoal e evitar o contágio de doenças virais. O fornecimento de água em boa qualidade e em quantidade suficiente é uma questão de cidadania.

Sendo assim, é prioridade para o Comitê o

monitoramento da Lagoa de Juturnaíba, de onde sai a água consumida pela população local, visando o cumprimento das normas de segurança da barragem e de qualidade da água fornecida.

O reservatório de Juturnaíba é o principal manancial de abastecimento da Região Hidrográfica Lagos São João.

Formada pelo represamento dos rios São João,

Bacaxá e Capivari, na década de 1980, a Lagoa de Juturnaíba, na época com 8 km<sup>2</sup> de espelho d'água, passou a ser chamada de Represa de Juturnaíba, totalizando uma área média de 43 Km<sup>2</sup>.

São diversos os usos da água neste manancial, desde a prática de esportes, pesca, agropecuária, mas principalmente o abastecimento humano.

# Comitê na internet

Acesse o nosso site!

<http://cbhlagossaojoao.org.br/>

<https://www.facebook.com/CBHLSJ.Oficial/>

Foto: Lagoa  
de Araruama



# BOLETIM INFORMATIVO

———— Informativo / CILSJ / CBH Lagos [Abril - 2020] ————



## Videoconferências dão andamento aos trabalhos do comitê



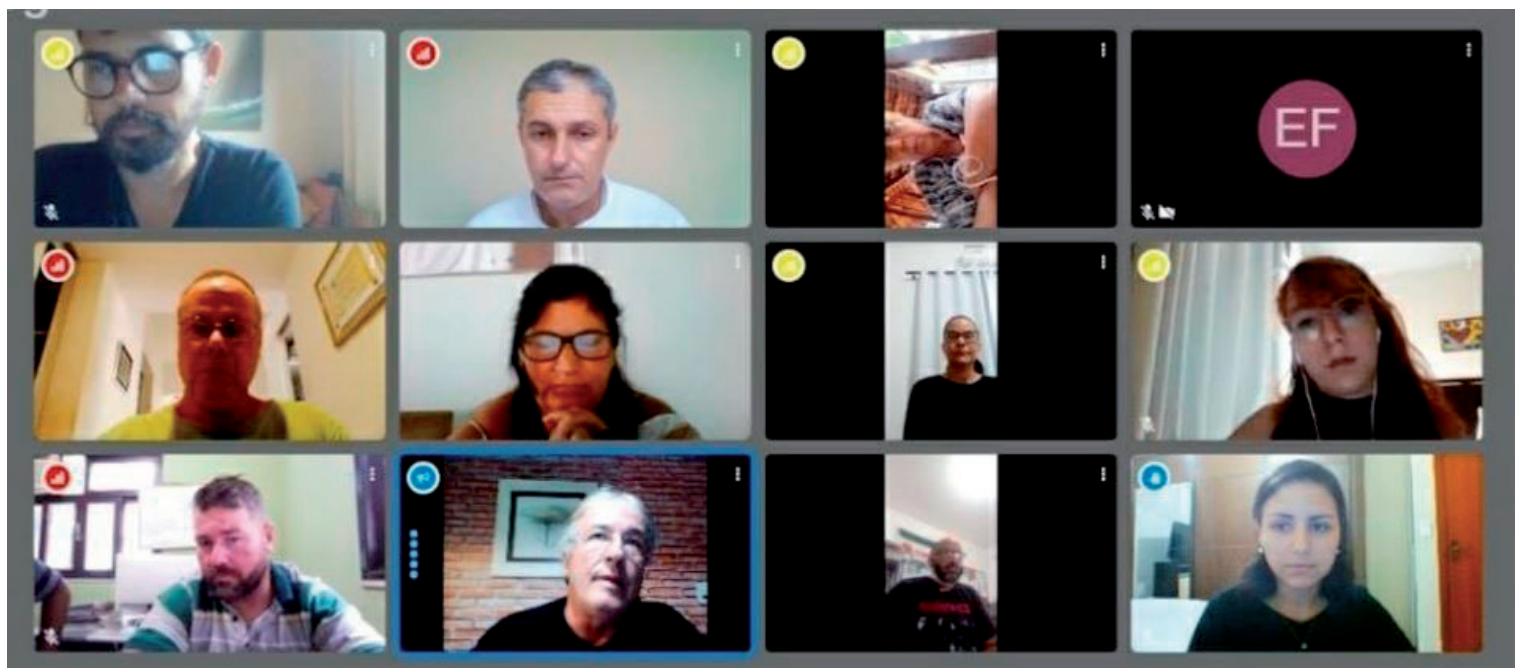
# SALVE A MÃE TERRA

22 DE ABRIL. DIA DA TERRA.



COMITÊ DE BACIA  
**LAGOS**  
**SÃO JOÃO**

# Reuniões online dão andamento aos trabalhos do comitê em quarentena



A necessidade de isolamento social, em virtude da pandemia do novo coronavírus, se tornou um problema a ser enfrentado por empresas e organizações em geral. Atento ao problema e com a necessidade de dar andamento aos projetos de conservação dos recursos hídricos, o Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João se modernizou rapidamente para enfrentar as mudanças.

Em um grande esforço de adaptação dos membros voluntários, o Comitê Lagos São João se tornou um dos pioneiros na realização de reuniões por videoconferência.

Desta forma foram realizadas reuniões administrativas com a entidade delegatária, o Consórcio Lagos São João, reuniões das Câmaras Técnicas e reunião da Diretoria Colegiada. Nem mesmo a plenária que

estava marcada para abril precisou ter a data alterada. O pioneirismo do Comitê foi destacado pelo presidente Leandro Coutinho.

– Estamos nos adaptando muito bem. O trabalho não pode parar, pois diversos projetos voltados para os recursos hídricos da nossa região dependem destas ações – declara Leandro..

A secretária-executiva do Consórcio Lagos São João, pensou, de início, que seria

um grande desafio reunir tantas pessoas e dar andamento aos trabalhos, mas se surpreendeu com os resultados.

– Pensávamos que as pessoas pudessem ter mais dificuldade, muitos ainda não tinham feito uma videoconferência. Mas deu super certo. Ficamos satisfeitos porque, no meio deste grande problema, o trabalho está fluindo bem – acrescentou Adriana.





Mais  
juntos  
do que  
nunca.



# Comitê realiza planejamento administrativo por videoconferência

Novo modelo de reuniões virtuais começou a ser experimentado no dia 8 de abril

No dia 8 de abril, o Comitê Lagos São João experimentou o novo modelo de reuniões em um encontro virtual da Diretoria Colegiada com a entidade delegatária, o Consórcio Lagos

São João. No encontro virtual, foram discutidos assuntos administrativos para viabilizar a continuidade das ações técnicas que envolvem a gestão das águas.

Já no dia 17, foi realizada

a primeira reunião com toda a plenária por videoconferência. A plenária encaminhou as últimas deliberações da Diretoria Colegiada e realizou o planejamento administrativo

para os próximos meses, levando em consideração as mudanças impostas pelo isolamento, com o objetivo de dar andamento aos projetos de gestão dos recursos hídricos no período.

“

*No dia 17, foi realizada a primeira reunião com toda a plenária por videoconferência. A plenária encaminhou as últimas deliberações da Diretoria Colegiada e realizou o planejamento administrativo para os próximos meses*

## CONHECENDO A BACIA

A Lagoa de Saquarema é um dos mais belos e importantes patrimônios da nossa região hidrográfica

Parte significativa da população de Saquarema obtém o seu sustento através da pesca artesanal.

Com cerca de 6 Km<sup>2</sup> de área, é própria para banho e de grande importância para os esportes náuticos, além da pesca.

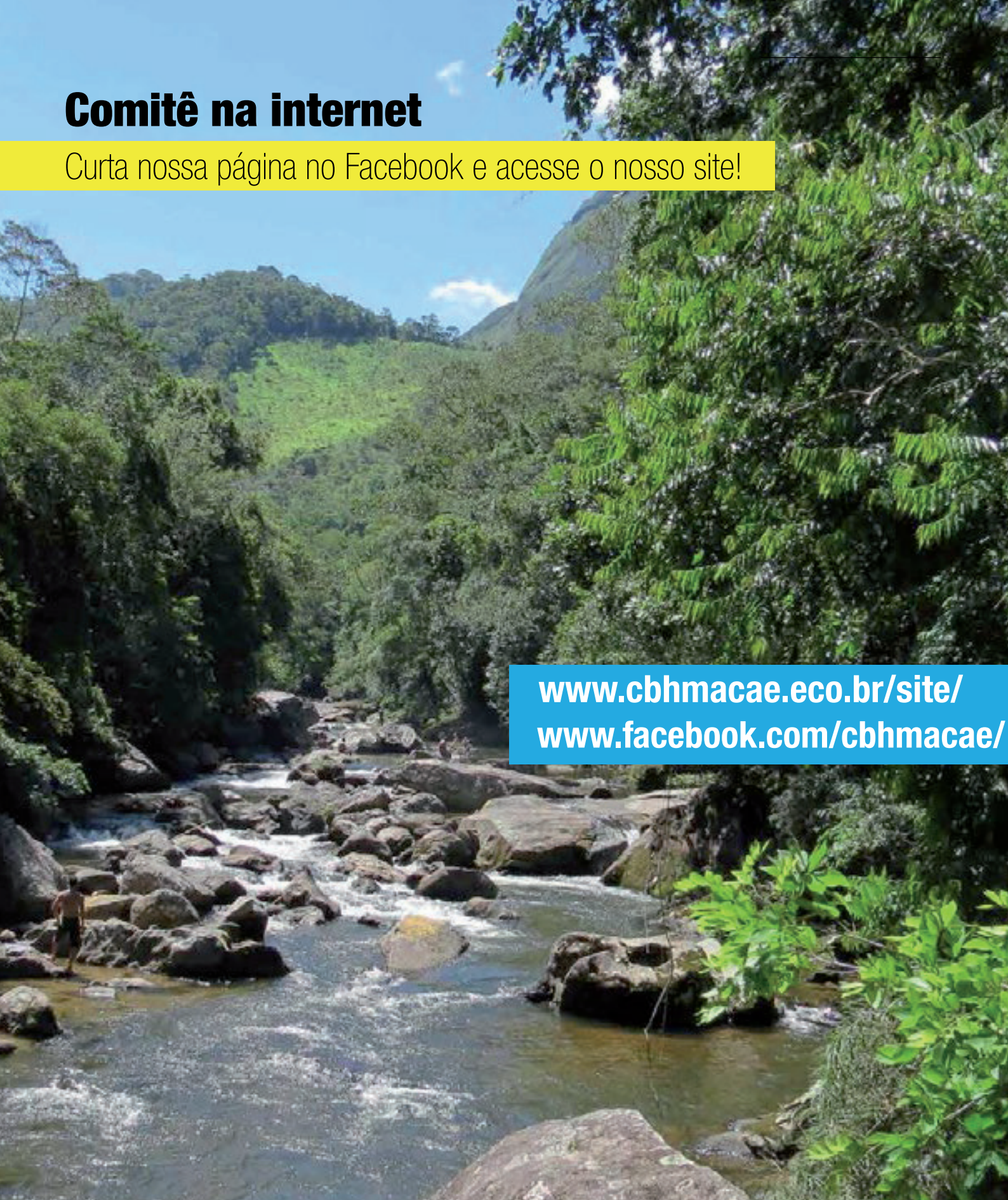




# Comitê na internet

Curta nossa página no Facebook e acesse o nosso site!

[www.cbhmacae.eco.br/site/](http://www.cbhmacae.eco.br/site/)  
[www.facebook.com/cbhmacae/](https://www.facebook.com/cbhmacae/)





# BOLETIM INFORMATIVO

— Informativo / CILSJ / CBH Lagos [Maio - 2020] —



**Nova embarcação vai dar suporte na fiscalização da Lagoa de Araruama**





AMO A MATA ATLÂNTICA  
E VOU DEFENDÊ-LA



ME AJUDA A SEGURAR ESSA  
BARRA QUE É GOSTAR DE VOCÊ.



AMO A MATA ATLÂNTICA  
E VOU DEFENDÊ-LA



QUANTAS CURTIDAS  
ESSA PRINCESA  
MERECE?



AS ARVERES  
SOMOS NOZES!



27 DE MAIO  
DIA DA  
MATA ATLÂNTICA



# Comitê vai adquirir embarcação para dar suporte à fiscalização na Lagoa de Araruama



**Comitê também aprovou a realização de um projeto de monitoramento da qualidade do pescado da lagoa**

A aquisição de uma embarcação para fiscalização da Lagoa de Araruama foi aprovada durante a reunião plenária do Comitê Lagos

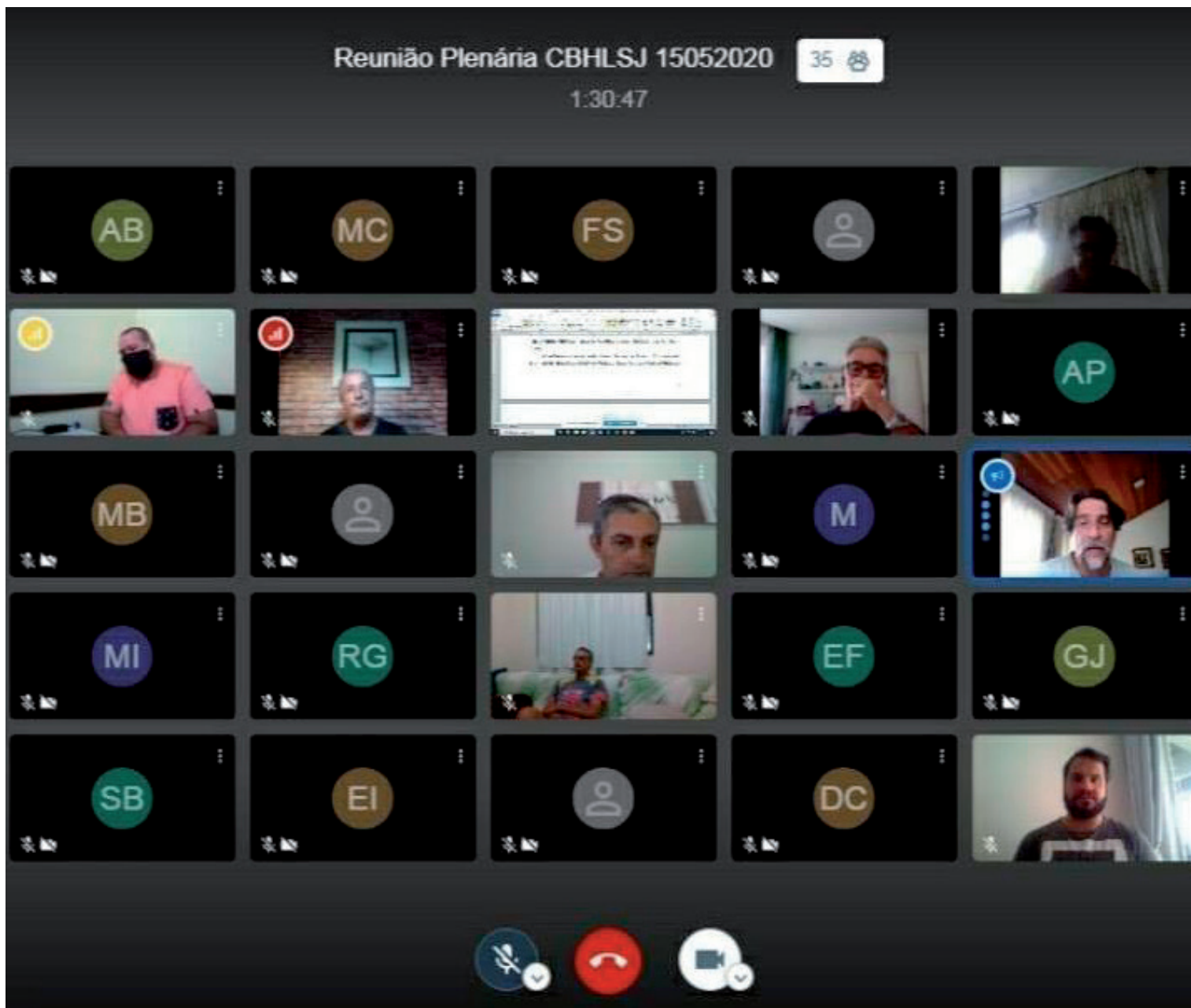
São João no dia 15 de maio. A embarcação dará suporte às equipes que fiscalizam a lagoa e será adquirida com recursos do Fundo

Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI).

Também foi aprovada a realização de um projeto de monitoramento da

qualidade do pescado da Lagoa de Araruama. O encontro foi realizado por videoconferência.

Outra resolução aprovada



**Reuniões através de videoconferência são realizadas pelo comitê durante o período de pandemia do Covid-19**

deu andamento ao projeto de estudo hidrológico para o município de Silva Jardim, visando a diminuição das enchentes. O estudo deverá identificar as áreas críticas e servir de base para ações de prevenção e mitigações das inundações

por parte da Prefeitura Municipal de Silva Jardim.

Em fevereiro, o Comitê Lagos São João realizou uma reunião aberta sobre o problema das enchentes em Silva Jardim. Produtores rurais e moradores de Silva Jardim participaram

da audiência e relataram os problemas enfrentados.

Estiveram no encontro a secretária executiva do Consórcio Intermunicipal Lagos São João, Adriana Saad, a procuradora de Justiça Denise Tarin, do MPRJ, o prefeito de Silva Jardim,

Jaime Figueiredo, os vereadores Vivaldo Magalhães e Liés Abide, a vice-presidente do GT Alerta do Comitê, Dalva Mansur, além de secretários do governo municipal, representantes do Inea, ICMBio, CREA e ONGs locais.





## Região Hidrográfica VI - Estado do Rio de Janeiro-

O Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João foi criado em 2004 e sua área de atuação abrange inteiramente os municípios de Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim, e parcialmente os municípios de Cachoeira de Macacu, Casimiro de Abreu, Maricá, Rio Bonito e Rio das Ostras. A área, que compreende as bacias do Rio São João, do Rio Una, da Lagoa de Araruama e da Lagoa de Saquarema, é chamada de Região Hidrográfica Lagos São João, com 3.640 Km<sup>2</sup> de extensão, equivalente a 8% do território do Estado do Rio de Janeiro.



# CT Pesca vai reformular projeto de sinalização náutica na Lagoa de Araruama e Canal Itajuru



**Em reunião online, a Câmara Técnica de Pesca deliberou como o Comitê auxiliará pescadores na crise**

A Câmara Técnica de Pesca do Comitê Lagos São João decidiu reformular o projeto de balizamento e sinalização de trechos da Lagoa de Araruama, em São Pedro da Aldeia e Cabo Frio, e do Canal Itajuru, em Cabo Frio, com o objetivo de reduzir custos e aprovar

a realização do serviço.

A CT Pesca entende que o projeto pode ser reduzido, em virtude da dificuldade de captar investimentos na atual crise financeira, para finalmente sair do papel.

Um escopo das reduções de custo será elaborado para a próxima reunião da

Câmara Técnica, em data a ser marcada em junho. A nova proposta ainda deve tramitar e ser aprovada na plenária do Comitê, para ser enviada aos órgãos de análise.

Também foi deliberado na reunião online do dia 20 de maio que o Comitê dará

suporte às organizações pesqueiras da região, na elaboração de um projeto de ajuda financeira por parte da Prolagos. Se aprovado pela empresa, o recurso será destinado a Colônias e Associações de Pescadores do entorno da Lagoa de Araruama.

# Subcomitê Lagoa de Saquarema vai abrir debate sobre Canal Salgado, Barrinha e Barra Franca



## Reunião aprovou a destinação de verba do FUNDRHI para a implantação de rede de esgoto em Charqueado

O subcomitê Lagoa de Saquarema deu andamento no dia 19 de maio, em reunião online, aos projetos de saneamento, educação ambiental e monitoramento programados para a cidade.

Foi definido ainda que o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) será convidado para uma reunião com objetivo de tratar do projeto de dragagem do Canal Salgado. O Ministério Público também será convidado

para uma reunião sobre os projetos da Barrinha e da Barra Franca.

As datas para as reuniões por videoconferência serão marcadas com os órgãos convidados. No dia 13 de março, foi realizada uma reunião extraordinária do Subcomitê da Lagoa de Saquarema, em conjunto com a Câmara Técnica de Saneamento e Dragagem.

No encontro foi aprovada a destinação de verba do

Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI) para a implantação de rede de esgoto em Charqueado, no distrito de Sampaio Corrêa, com construção de biodigestor para tratamento do esgoto no próprio bairro.

A aprovação foi bastante comemorada pela comunidade local, pois se trata do primeiro projeto de captação de esgoto na localidade.

Além de membros do Comitê e do Consórcio Lagos

São João, estiveram presentes a secretária municipal de Obras, Priscilla Barroso Poubel, o secretário de Urbanismo, Danilo Goretti Villa Verde, e o diretor da concessionária Águas de Juturnaíba, Carlos Gontijo.

O encontro foi no Teatro Municipal Mário Lago. Após a aprovação, será feito um estudo em Charqueado para dimensionar a obra e realizar a captação do recurso.



## **RIO UNA É PATRIMÔNIO NATURAL DA REGIÃO**

O rio Una é um dos principais ecossistemas da Região Hidrográfica Lagos São João. Seu curso d'água, cujo uso predominante é a irrigação da agricultura familiar local, foi bastante modificado nos últimos anos por obras de retificação e pelo desmatamento, o que causou impacto sobre a quantidade de água disponível.

Desde 2005, são realizados estudos para avaliar a possibilidade de direcionar efluentes tratados, atualmente destinados à Lagoa de Araruama, para a bacia do Rio Una, aumentando sua vazão e possibilitando o reúso da água, devidamente tratada, nos padrões de qualidade estabelecidos para a finalidade de irrigação.

Com nascente no Morro de Igarapiapunha, no limite entre Iguaba Grande e Araruama, e foz na Praia de Unamar, em Tamoios, Distrito de Cabo Frio (foto), o rio Una tem, no total, 23 Km de extensão.



# Comitê na internet

Acesse o nosso site!

<http://cbhlagossaojoao.org.br/>




<https://www.facebook.com/CBHLSJ.Oficial/>



[@comitelagossaojoao](https://www.instagram.com/comitelagossaojoao)

# BOLETIM INFORMATIVO

— Informativo / CILSJ / CBH Lagos [Julho - 2020] —



**Defeso da Lagoa vai de  
1º de agosto a 31 de outubro**





# Agenda

## PRÓXIMAS REUNIÕES

ENCONTROS VIRTUAIS POR  
VIDEOCONFERÊNCIA

---

- **05/08/2020 - 10h**  
**Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro e Usos Múltiplos**
- **12/08/2020 - 14h**  
**Grupo de Trabalho para Análise de Estudos sobre Transposição (GT Transposição)**
- **19/08/2020 - 10h**  
**Grupo de Trabalho para Revisão dos Mecanismos e Valores de Cobrança (GT Cobrança)**

Inscrições para ouvinte por email:  
[cbhlagossaojoao@gmail.com](mailto:cbhlagossaojoao@gmail.com)



# CBH decide criar projeto de reflorestamento para recuperar áreas da bacia

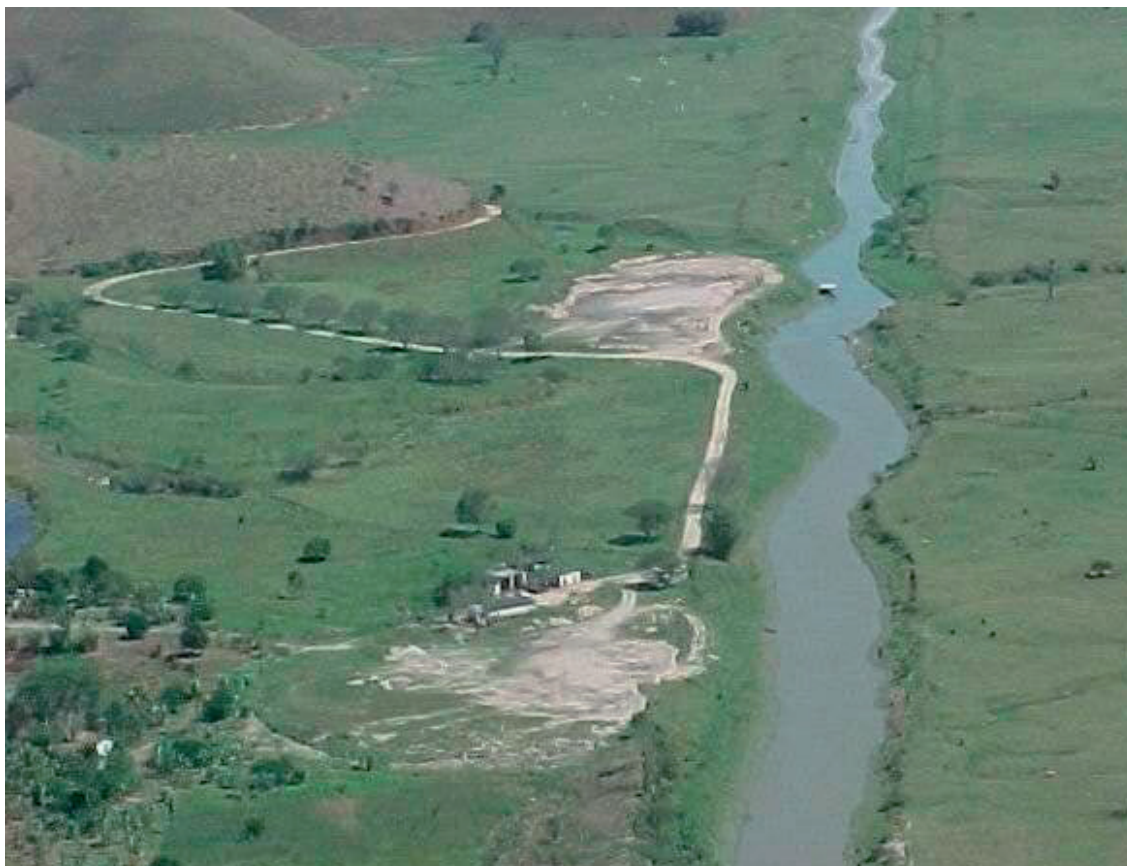
Objetivo é contemplar locais importantes para a produção de água no manancial de Juturnaíba

A Plenária do Comitê de Bacia Lagos São João aprovou, em reunião por videoconferência no dia 14 de julho, a realização de um projeto de reflorestamento em áreas degradadas da região hidrográfica.

O objetivo é garantir a recuperação de áreas importantes para a produção de água no manancial de Juturnaíba, que abastece a região.

Para a realização do projeto, será reservado um montante de R\$ 716,6 mil do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI).

As áreas serão selecionadas pela recém-criada Câmara Técnica de Restauração Florestal, tendo como base estudos técnicos como o realizado pelo projeto Revivendo Águas Claras, apoiado pelo Comitê, voltado para



**Afluentes da Represa de Juturnaíba poderão receber projeto de reflorestamento**

afluentes da Represa de Juturnaíba.

No encontro virtual

também foi marcada a primeira reunião da nova Câmara Técnica

de Gerenciamento de Recursos Costeiros, para o próximo dia 5 de agosto.

# Lagoa de Araruama entra em período de defeso

Proibição da pesca tem o objetivo de garantir a reprodução adequada das espécies



Segundo especialistas, o defeso promove equilíbrio ambiental na Lagoa de Araruama

Começa neste sábado, 1º de agosto, o defeso total da Lagoa de Araruama. Até o dia 31 de outubro, a pesca fica proibida no ecossistema. Segundo especialistas, o defeso é importante para proporcionar um período de reprodução adequada das espécies, garantindo o restabelecimento do estoque pesqueiro natural e evitando que a captura do pescado esteja acima da capacidade de reposição.

Para amenizar o impacto financeiro da proibição da pesca, mais de 600 pescadores profissionais de cinco cidades no entorno da Lagoa de Araruama recebem o Seguro Defeso, pago pelo INSS durante os três meses, no valor de um salário mínimo (R\$ 1.045) por mês.

Uma das novidades para o defeso deste ano é o andamento da proposta para a separação do defeso da Lagoa de Araruama em duas partes, sendo uma exclusivamente para a pesca do camarão, e outra para os peixes.

O debate ocorre no âmbito do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João, mais especificamente na Câmara Técnica de Pesca e na recém criada Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro. A solicitação está tramitando no Ministério da Agricultura e vem sendo tema de debates no processo de revisão do Marco Regulatório da Pesca do Camarão no Brasil, promovido pelo Projeto Manejo Sustentável da Fauna Acompanhante da Pesca de Arrasto na América Latina e Caribe



(REBYC II - LAC).

O presidente do Comitê Lagos São João, Leandro Coutinho, afirma que parte dos pescadores demonstrava resistência ao defeso quando ele foi implantado, em 2013, mas que, com os resultados positivos, atualmente a grande maioria é favorável.

“No começo, alguns pescadores eram contrários ao defeso. Acontece que, após o defeso, a quantidade e a qualidade do pescado melhoram muito. Então

os pescadores foram vendo essa melhora e agora a grande maioria é a favor e sabe que é importante. Temos essa demanda pela mudança a data do defeso do camarão, que é uma solicitação justa e que está sendo encaminhada pelo Comitê. Enquanto isso, é importante que todos continuem respeitando esse período, porque a lagoa se recupera muito bem”, defende Leandro.

Ele lembra que, pelo segundo ano consecutivo,

o Comitê dará suporte às equipes de fiscalização, fornecendo cotas de combustível para automóveis e embarcações, além de itens de segurança náutica e protetor solar, entre outros, com verba captada junto ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI).

Para o coordenador da Câmara Técnica de Pesca do Comitê Lagos São João, Francisco Guimarães (Chico Pescador), é importante que as prefeituras das cidades do entorno da lagoa

cumpram o acordo de cooperação firmado no ano passado, que estabeleceu a guarda integrada Sentinelas da Lagoa, formada por agentes da 8ª Unidade de Policiamento Ambiental (Upam) e das guardas ambientais de cada um dos cinco municípios: Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia.

Para fortalecer a integração, uma novidade deste ano foi a formação de uma



**Ecossistema terá três meses sem captura de pescado para a reprodução adequada das espécies**



força-tarefa, que, além do Comitê, da Upam e das Prefeituras, conta ainda com a participação do Ministério Público Federal (MPF), do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio (Fiperj).

“É muito importante termos a cooperação efetiva de todas as cidades, cumprindo o acordo de cooperação técnica. Quando todos fazem a sua parte, ninguém fica sobrecarregado e conseguimos atingir os objetivos de forma mais eficiente. Em todos os anos do defeso, sempre que a fiscalização foi eficiente, houve uma elevação muito grande na produção de pescado após o fim da proibição”, cobra

Chico.

Para ele, o defeso está diretamente ligado à conscientização sobre a importância da preservação ambiental.

“Nestes sete anos de defeso, podemos ver como a consciência da preservação ambiental cresceu nas comunidades. As pessoas estão denunciando cada vez mais a pesca predatória e a poluição. Então o saldo do defeso é bastante positivo”, considera.

De acordo com o biólogo Eduardo Pimenta, vice-presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João, a estratégia é de que a fiscalização siga ao longo de todo o ano, não apenas durante o defeso,

tendo como foco a orientação para o cumprimento das regras.

“O objetivo é que a fiscalização esteja presente o ano inteiro, muito embora no defeso essa presença tenha que aumentar. Mas, mesmo fora do defeso, a lagoa tem suas regras de pesca. Por isso a fiscalização deve ser permanente, sempre com olhar para a orientação e o respeito das regras, evitando a pesca predatória em qualquer época do ano”, considera ele.

Pimenta considera natural que as regras do defeso sejam revistas regularmente.

“O defeso é uma realidade, tanto é que está aí

há sete anos. Ele garante a reposição dos estoques e a empregabilidade da cadeia produtiva lagunar pesqueira, que oferta proteína de fácil digestibilidade para a população. É natural que, de tempos em tempos, ele seja revisto para a manutenção das ações e para corrigir o que é necessário. Agora está em curso essa revisão na data de captura do camarão. É uma demanda do setor pesqueiro, que a visão técnica e científica avaliam que procede, já que o período do defeso atual é justamente o de maior produtividade do camarão. Por isso, vemos com bons olhos essa possibilidade de mudança”, completa Eduardo Pimenta.



**Defeso é realizado na Lagoa de Araruama desde 2013 e vem trazendo bons resultados**



# Chegou a hora da lagoa se recuperar

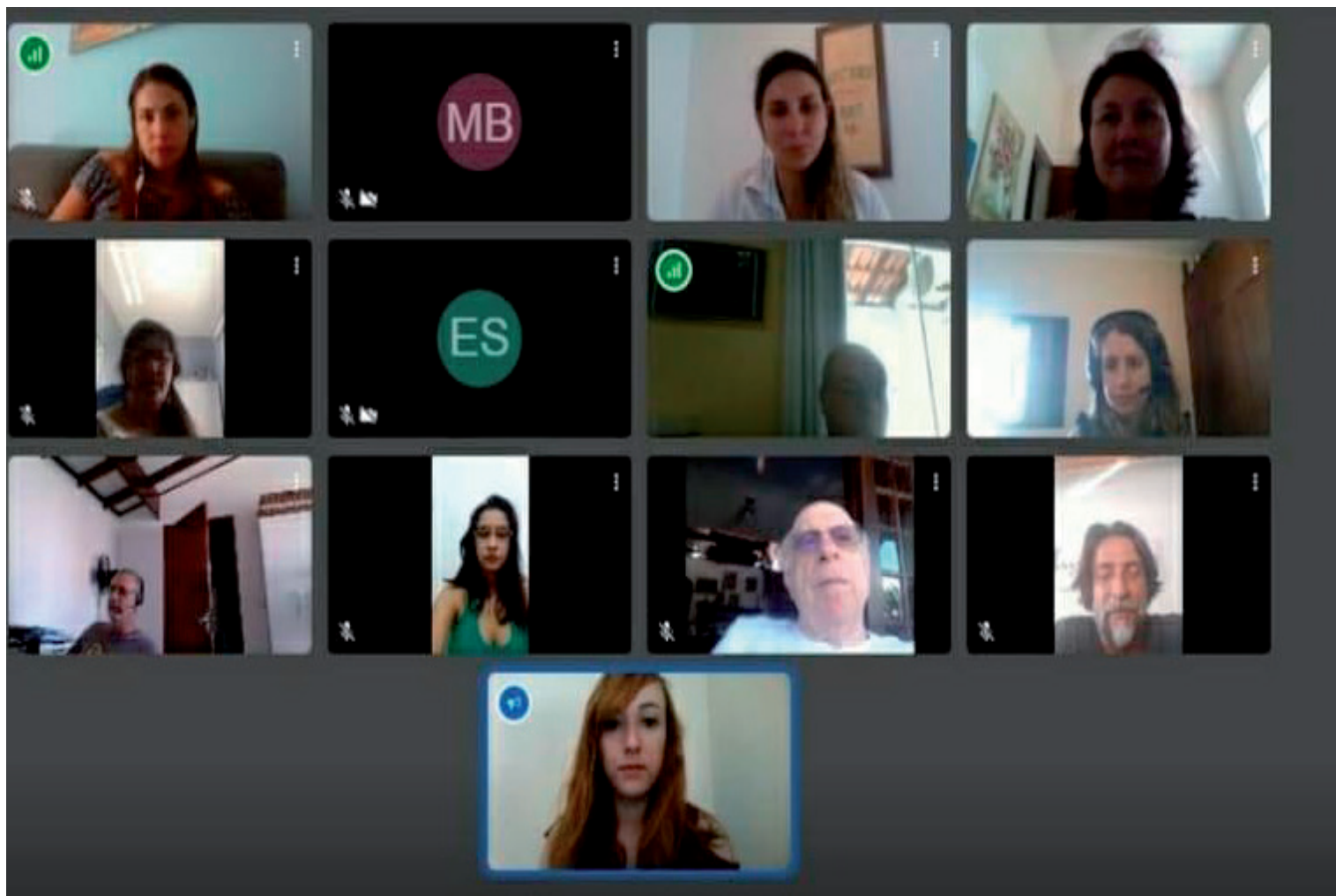
**Defeso total da Lagoa de Araruama  
1º de agosto a 31 de outubro**





# Dragagem é tema de debate no subcomitê Lagoa de Araruama

Objetivo é obter informações do Governo do Estado sobre a realização do trabalho de recuperação do ecossistema



Reunião virtual teve diversos temas acerca da Lagoa de Araruama em debate





**Objetivo é saber do Governo do Estado como está o processo de contratação do serviço de dragagem**

O Subcomitê da Lagoa de Araruama debateu, em reunião por videoconferência no dia 22 de julho, sobre a dragagem de trechos do Canal Itajuru e da lagoa. A dragagem é necessária para facilitar a renovação da água da Lagoa de Araruama e para evitar acidentes náuticos com embarcações encalhadas

em trechos assoreados.

O objetivo do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João é obter informações do Governo do Estado sobre a realização da dragagem.

A reunião também teve informes sobre o estudo hidrodinâmico da Lagoa de Araruama, contratado pela Prolagos. Uma

apresentação da engenheira Marilda Azevedo abordou os projetos contratados pela concessionária para a resolução de pontos ainda sem captação de esgoto no entorno da lagoa, com o objetivo de finalizar o cinturão de coleta.

A Prefeitura de Cabo Frio também forneceu dados a respeito do

monitoramento que vem sendo feito na lagoa.

O coordenador da Câmara Técnica de Pesca do Comitê Lagos São João, Francisco Guimarães (Chico Pescador), atualizou os membros sobre as ações de fiscalização que vêm sendo desenvolvidas em conjunto com os demais órgãos fiscalizadores.





Siga-nos nas redes sociais

 **comitelagossaojoao**

 **CBHLSJ.Oficial**

WWW.CBHLAGOSSAOJOAO.ORG

# BOLETIM INFORMATIVO

— Informativo / CILSJ / CBH Lagos [Agosto - 2020] —



**APA Pau Brasil:  
patrimônio  
natural da região**



# AGORA VOCÊ PODE ACOMPANHAR O COMITÊ TAMBÉM NO INSTAGRAM

*@comitelagossaojoao*





# ANA MARIA JARDIM

— ★ 1953 | 2020 † —



É com pesar que comunicamos o falecimento da querida professora Ana Maria Jardim, no dia 25 de agosto. Ela tinha 67 anos e era uma das representantes da Associação de Defesa da Lagoa de Araruama (Viva Lagoa) no Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João, com atuação na Plenária e nas Câmaras Técnicas de Saneamento, de Monitoramento e de Educação Ambiental e Comunicação. Teve importante participação em projetos de reflorestamento na Bacia, entre muitas outras ações pelo meio ambiente.



# Grupo de trabalho revisa mecanismos e valores de cobrança da água

Objetivo é discutir e propor alternativas aos mecanismos e valores praticados



## Novo Grupo de Trabalho foi formado para revisar valores de cobrança pelo uso da água

Foi realizada no dia 19 de agosto a primeira reunião do Grupo de Trabalho para Revisão dos Mecanismos e Valores de Cobrança (GT Cobrança). No encontro virtual, realizado por videoconferência, houve a eleição do coordenador do Grupo de Trabalho, sendo escolhido para a função o membro Luiz Teixeira, representante da Secretaria de Meio Ambiente de Cabo Frio, na categoria Poder

Público.

O objetivo do Grupo de Trabalho é discutir e propor, ao Comitê de Bacia Hidrográfica, alternativas aos mecanismos e valores praticados no que se refere à cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Também no encontro foi feita uma apresentação pela equipe técnica do Consórcio Intermunicipal Lagos São João, entidade delegatária do Comitê de Bacia

Lagos São João, para nivelamento dos membros sobre a cobrança, enquanto instrumento econômico para a gestão dos recursos hídricos.

Durante a videoconferência, a Gerência de Recursos Hídricos e Governança das Águas (GEAGUA), órgão da Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental (DISEQ) do Instituto Estadual do Ambiente

(INEA), tratou sobre os valores praticados atualmente na Cobrança pelo Uso da Água na Região Hidrográfica Lagos São João.

Ao fim da reunião, foram definidos os temas para o próximo encontro, marcado para o dia 30 de setembro, às 14h, a saber: “a defasagem inflacionária do preço por m<sup>3</sup> de água” e “cobrança sobre outros segmentos usuários que hoje não são cobrados”.





Praia de Tucuns, em Armação dos Búzios, faz parte da Proteção Ambiental (APA) do Pau Brasil

## APA Pau Brasil: patrimônio natural da região

Área engloba ambientes remanescentes de Mata Atlântica, manguezais, restingas, ilhas, dunas e aspectos geológicos

A Área de Proteção Ambiental (APA) do Pau Brasil é um dos principais patrimônios naturais do Estado do Rio de Janeiro. Localizada em uma faixa litorânea entre Cabo Frio e Armação dos Búzios, foi criada em 2002 e possui 10.564 hectares, sendo 80% desta área no Oceano Atlântico. Vai da Praia dos Tucuns, em Búzios, até a Boca da Barra do

Canal do Itajuru, em Cabo Frio.

A APA estende sua proteção à porção marinha, incluindo o fundo do mar, a lâmina d'água e a superfície. Engloba as ilhas do Papagaio, Dois Irmãos, Redonda, Comprida, Capões, dos Pargos, do Breu e as ilhotas das Emerenças.

Fazem parte ainda as praias das Conchas, do

Peró, de José Gonçalves, das Caravelas, Brava e de Tucuns. Outro grande destaque é o complexo de Dunas do Peró.

Tem uma rica fauna em diversos pontos, incluindo a presença de micos, bichos-preguiça e muitos outros. É, também, uma importante região pesqueira.

A APA Pau Brasil tem o objetivo de proteger os

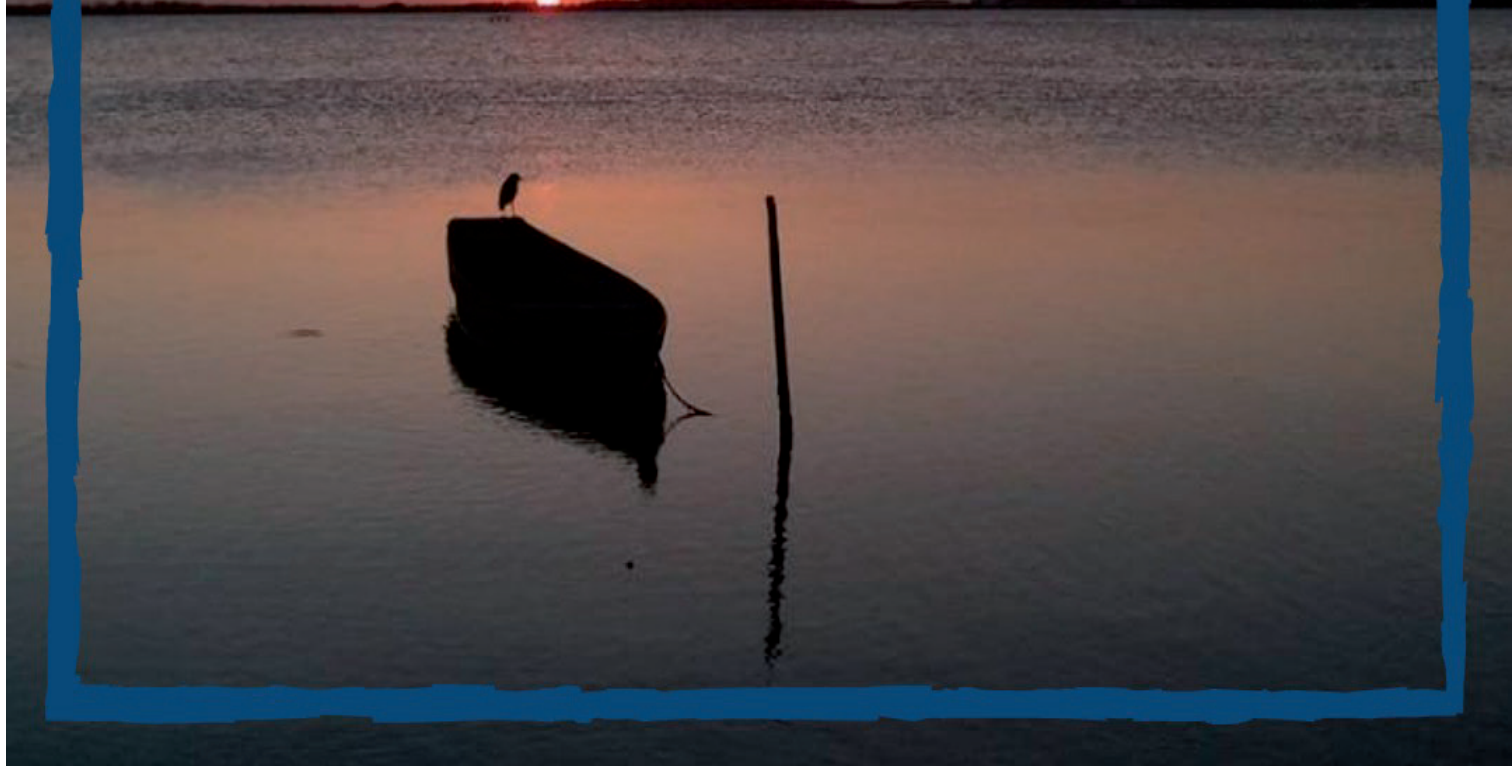
ambientes remanescentes de Mata Atlântica, manguezais, restingas, ilhas, dunas e aspectos geológicos.

O grande patrimônio arbóreo da área se caracteriza pela diversidade, formada por floresta típica coluvial, de substrato aluvionar, restinga de arbustos característicos e de vegetação intermediária assemelhada à estepe do nordeste brasileiro.



# Chegou a hora da lagoa se recuperar

**Defeso total da Lagoa de Araruama  
1º de agosto a 31 de outubro**





# Consórcio faz reunião de trabalho



**Equipe do Consórcio manteve as medidas de controle ao covid-19 durante reunião**

O Consórcio Intermunicipal Lagos São João, entidade delegatária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras, realizou no dia 6 de agosto a primeira reunião com toda a equipe após o período de

isolamento, em que os trabalhos foram executados, em sua maioria, a distância e por meio virtual.

O encontro foi na Associação Comercial de São Pedro da Aldeia (ACIAS-PA), e os funcionários foram

orientados ao cumprimento das normas sanitárias relacionadas ao covid-19.

No encontro foi realizado um nivelamento sobre o histórico da instituição, contextualizando os papéis do Consórcio e do Comitê

no Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRHI), além das atribuições de cada cargo e do planejamento das ações para a execução dos projetos definidos pelo Comitê nos próximos meses.





Siga-nos nas redes sociais

 **comitelagossaojoao**  
 **CBHLSJ.Oficial**

WWW.CBHLAGOSSAOJOAO.ORG



# BOLETIM INFORMATIVO

— Informativo / CILSJ / CBH Lagos [Setembro - 2020] —



**Fiscalização reforça proteção da Lagoa de Araruama durante o defeso**

# AGORA VOCÊ PODE ACOMPANHAR O COMITÊ TAMBÉM NO INSTAGRAM

*@comitelagossaojoao*







# Chegou a hora da lagoa se recuperar

**Defeso total da Lagoa de Araruama  
1º de agosto a 31 de outubro**



# Operação conjunta retira equipamentos de pesca irregular na Lagoa de Araruama

Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João acompanhou o trabalho e orienta a comunidade pesqueira



**Estacas retiradas da Lagoa podem colocar em perigo a segurança náutica**



A Capitania dos Portos deu apoio a uma grande operação de fiscalização na Lagoa de Araruama, realizada nos dias 28 e 29 de setembro. O objetivo foi observar o cumprimento das regras, garantindo a segurança náutica e evitando a pesca predatória, já que a Lagoa está em

período de defeso até o dia 31 de outubro.

Durante a fiscalização, estacas irregulares estão sendo retiradas no Canal Itajuru, em Cabo Frio (Área 1). As estacas podem ser um risco para o trânsito de embarcações. Os fiscais orientaram os pescadores a não deixarem

petrechos na água, principalmente no período do defeso. A proibição da pesca durante este período tem o objetivo de garantir a reprodução das espécies. O Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João acompanha o trabalho e orienta a comunidade pesqueira para o cumprimento

das regras.

Participaram da operação a 8ª Unidade de Policiamento Ambiental (Upam) e a guarda integrada da Lagoa composta por agentes ambientais de Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia.



**Canal Itajuru (Área 1) concentrou grande parte de equipamentos flagrados**



# Camarão pescado na Lagoa de Araruama é apreendido e doado para asilo

Pescado foi extraído irregularmente, já que a lagoa está no período de defeso

Uma operação no dia 20 de setembro resultou na apreensão de materiais de pesca e camarão na Lagoa de Araruama. O pescado foi extraído de forma irregular do ecossistema, por conta do período de defeso. Participaram da ação equipes das guardas ambientais de São Pedro da Aldeia, Araruama, Cabo Frio e Iguaba Grande. O flagrante de pesca irregular terminou com a apreensão de uma troia de aproximadamente 70 metros de comprimento e malhagem 8, além de três redes de arrasto de malhagem 8 e 10.

Também foram apreendidos cerca de 5 Kg de camarão, que foram doados para o asilo Xodó da Vovó, no balneário, em São Pedro da Aldeia, conforme termo de doação apresentado pela fiscalização.

Seguindo um acordo entre as cinco cidades do entorno da lagoa, Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio,



**Fiscais mostram comprovante de doação durante entrega do camarão em asilo**

Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia, formulado junto ao Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João, a

fiscalização é feita por uma guarda integrada, formada por agentes de todas as cidades. O Comitê de Bacia também

colabora com itens de suporte à fiscalização, como combustível e protetor solar para os fiscais, entre outros.





Guarda integrada, composta por agentes das cidades do entorno da Lagoa, faz a fiscalização

## Fiscalização atua na Área 3, em Araruama, e na Área 2, em São Pedro

Quem é flagrado pescando durante o período do defeso tem o material e o pescado apreendidos, e ainda pode responder por crime ambiental

No dia 17 de setembro, uma operação na Área 3, em Araruama, resultou na apreensão de duas redes de malha. No dia 16, na Área 2, no Baixo Grande, em São Pedro da Aldeia, foram apreendidas duas tarrafas, três redes de correnteza e dois covos. No dia 15, nas Áreas 1 e 2, em Cabo Frio, a fiscalização apreendeu cinco redes de correnteza e uma troia de aproximadamente 80 metros.

Para o coordenador da guarda integrada, Roselito Santos, agente da Guarda

Ambiental de São Pedro da Aldeia, o respeito às regras de pesca é importante para manter a organização e garantir que não falte pescado na lagoa.

“É um trabalho bastante cansativo, pois estamos ali com frio, chuva, mas que precisa ser feito para proteger a lagoa. Todos queremos ver a lagoa livre de poluição e rica em pescado. Então é importante respeitar as regras de pesca, o que é permitido em cada área, mantendo a organização. Importante destacar que não queremos



atrasar o lado de ninguém, mas é fundamental respeitar o defeso, que é a época de

reprodução de pescado, para que não falte este alimento no futuro”, afirma Roselito.



Siga-nos nas redes sociais

 **comitelagossaojoao**  
 **CBHLSJ.Oficial**

WWW.CBHLAGOSSAOJOAO.ORG



**Anexo III - Revista Água em Cena**

# ÁGUA EM CENA

---

Revista do Cenário Ambiental da Região Hidrográfica  
Lagos São João

## A REGIÃO HIDROGRÁFICA LAGOS SÃO JOÃO

Beleza que harmoniza floresta nativa e restinga, rios, lagos e mar.

---

## OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Saiba mais sobre os instrumentos para gestão desse recurso natural limitado que é a água.

---

## TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João se adapta ao isolamento e mantém trabalho por videoconferência.



1ª EDIÇÃO | DEZEMBRO 2020





# Sumário

---

|  |    |
|--|----|
| Apresentação .....   | 2  |
| Região Hidrográfica Lagos São João .....                                     | 3  |
| Caracterização e Localização da Região Hidrográfica Lagos São João .....     | 3  |
| Recursos Hídricos.....   | 7  |
| Balanço Quanti-Qualitativo .....   | 7  |
| Aspectos Quantitativos de Recursos Hídricos .....                            | 8  |
| Aspectos Qualitativos de Recursos Hídricos .....                             | 9  |
| Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos .....                            | 10 |
| Instrumentos de Gestão na Região Hidrográfica Lagos São João RH-VI.....      | 10 |
| Instrumento I - Plano de Bacia Hidrográfica .....                            | 11 |
| Instrumento II - Enquadramento dos Corpos de Água.....                       | 12 |
| Instrumento III - Cobrança Pelo Uso dos Recursos Hídricos .....              | 13 |
| Instrumento IV - Sistema de Informações Sobre Recursos Hídricos .....        | 13 |
| Outorga dos Direitos Pelo Uso de Recursos Hídricos na RH – VI.....           | 14 |
| Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.....                           | 17 |
| Investimentos na Bacia Hidrográfica .....                                    | 20 |
| O Comitê de Bacia Lagos São João nas Mídias Sociais.....                     | 24 |
| Comitê e Consórcio Conquistam Projeto de Turismo em São Pedro Da Aldeia....  | 25 |
| GT Juventude é Criado Para Envolver Jovens na Gestão dos Recursos Hídricos.. | 26 |
| CBH se Adapta ao Isolamento e Mantém Trabalho por Videoconferência.....      | 27 |
| Equipe CILSJ.....  | 28 |



# Apresentação

---

A gestão sustentável, democrática e participativa dos recursos hídricos é vital para o planeta. Na Região dos Lagos e Baixada Litorânea do Estado do Rio de Janeiro, o Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João tem participação fundamental para a conservação ambiental. Alguns bons exemplos são o processo de recuperação da Lagoa de Araruama e o monitoramento da Lagoa de Juturnaíba, que passam diretamente pela atuação do Comitê de Bacia, entre muitos outros.

O envolvimento social e o engajamento dos mais diversos atores têm sido essenciais para proteger os importantes ecossistemas de uma das regiões com o maior patrimônio natural do Brasil. O Comitê Lagos São João foi criado em 2004 e sua área de atuação abrange inteiramente os municípios de Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim, e parcialmente os municípios de Cachoeira de Macacu, Casimiro de Abreu, Maricá, Rio Bonito e Rio das Ostras.

Quando o Comitê foi criado, em 2004, era muito grave a situação da Lagoa de Araruama, presente em cinco cidades da Região Hidrográfica VI do Estado do Rio, em virtude do despejo desordenado de esgoto in natura. A situação mudou radicalmente nos últimos 15 anos. Os esforços realizados para a despoluição da lagoa, que começaram com ações emergenciais e que hoje permitem um planejamento a médio e longo prazo, são o exemplo concreto de que a gestão participativa e democrática dos recursos hídricos é o caminho para frear a degradação ambiental e promover a recuperação da biodiversidade.

Trata-se de uma linda história de envolvimento social, em que o engajamento dos mais diversos atores foi essencial para trazer a vida de volta para a lagoa, que tem enorme importância para a economia local, notadamente para a produção pesqueira e para o turismo.

Também é prioridade para o Comitê o monitoramento da Represa de Juturnaíba, de onde sai a água consumida pela população local, visando o cumprimento das normas de segurança da barragem e de qualidade da água fornecida.



# REGIÃO HIDROGRÁFICA LAGOS SÃO JOÃO

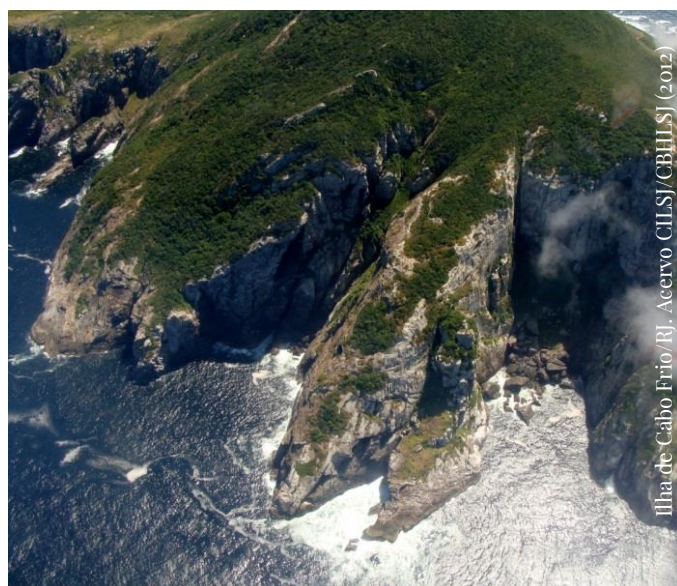
A Região Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema e dos Rios São João e Una, ou simplesmente Região Hidrográfica Lagos São João, está localizada na porção sudeste do estado do Rio de Janeiro, entre as coordenadas geográficas 22°25”e 23°57”S e 42°40” e 41°50”O.

A Região é reconhecida mundialmente por suas belezas naturais, que integram de forma harmônica as matas nativas e a zona costeira atlântica. Entretanto, apesar deste reconhecimento, os ecossistemas da Região hidrográfica são constantemente ameaçados, seja pelo desmatamento, ocupação de encostas, impermeabilização dos solos, ou pela contaminação de mananciais, entre outros.

As alterações do uso e ocupação do solo da região, resultante principalmente do crescimento urbano intensificado nas últimas décadas, somado as extensas áreas com pastagem sem manejo conservacionista do solo, ocasionaram um cenário de degradação ambiental dos recursos naturais, em especial nos recursos hídricos. Por outro lado, a região ainda apresenta extensas áreas onde os processos hidrológicos foram pouco alterados, por meio da compatibilização de usos dos recursos hídricos e sustentabilidade.

## CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA LAGOS SÃO JOÃO

O território do Estado do Rio de Janeiro, para fins de gestão de Recursos Hídricos, é dividido em nove Regiões Hidrográficas. No ano de 2013, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro estabeleceu os limites das regiões hidrográficas atualmente vigentes (Resolução CERHI-RJ nº 107, de 22 de maio de 2013). A atual classificação surgiu frente surgiu frente ao desenvolvimento do primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, que identificou a necessidade de correções e a oportunidade de ajustes nas Regiões Hidrográficas definidas anteriormente pela Resolução CERHI-RJ nº 18 de 08 de novembro de 2006, permitindo assim o aperfeiçoamento da gestão das águas no território fluminense, readequando a área de abrangência dos comitês de bacias hidrográficas.





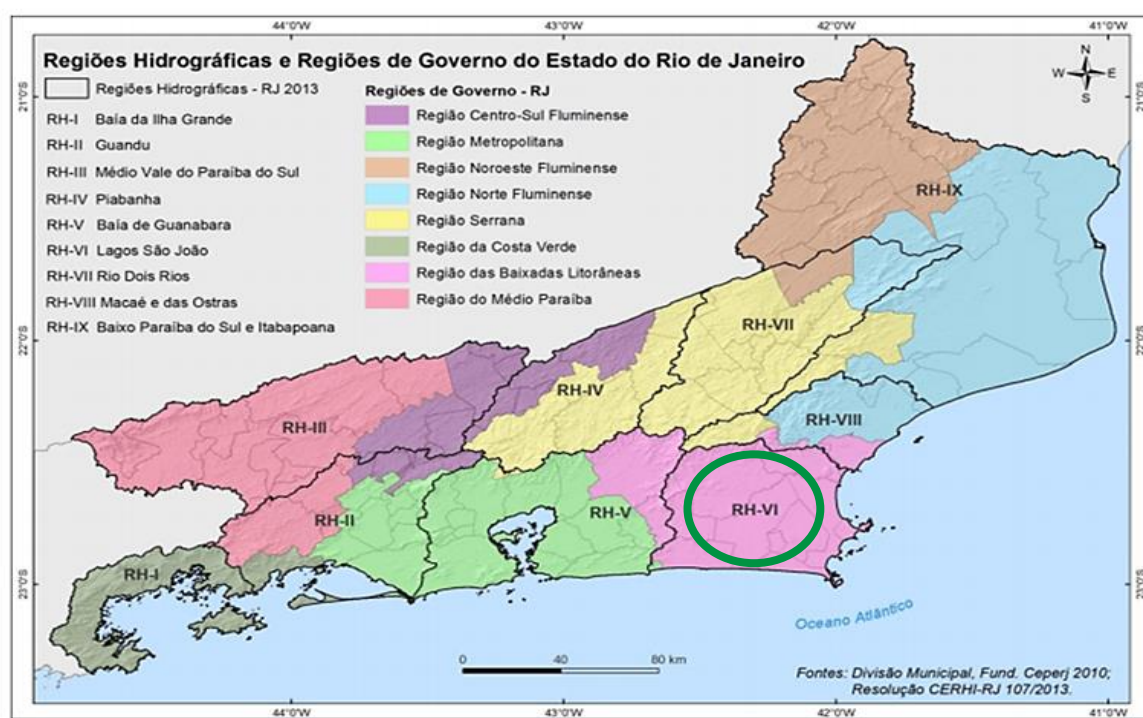


Figura 1: Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro, com destaque para RH-VI.  
Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos (2014).

Com uma área de 3.650 km<sup>2</sup>, a Região Hidrográfica Lagoas São João ocupa cerca de 8,3% da área do Estado do Rio de Janeiro, abrangendo os municípios de Silva Jardim, Araruama, Cabo Frio, Armação de Búzios, Saquarema, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Arraial do Cabo em sua totalidade, e os municípios de Rio Bonito, Cachoeira de Macacu, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Maricá de forma parcial.

Apresenta relevo majoritariamente formado por colinas e baixadas, mas também possui serras e maciços costeiros isolados. Os corpos hídricos são constituídos por centenas de rios e riachos e cerca de 38 lagoas, com destaque para as lagoas de Araruama (220 km<sup>2</sup>), Saquarema (24 km<sup>2</sup>), Jaconé (4 km<sup>2</sup>) e para os rios São João e Una. A região apresenta relevantes recursos naturais, sendo esses: água doce superficial e subterrânea, petróleo, gás natural, recursos minerais (areia, brita, argila, feldspato e granito ornamental), sal, terras aptas para agrosilvicultura, peixes, camarões, ostras, flora nativa diversificada, clima variados e excelentes para o turismo o ano inteiro, ventos com grande potencial para aproveitamento de energia eólica e abundante radiação solar, também apta para aproveitamento energético. As pastagens predominam ao lado das áreas urbanas, florestas, restingas e manguezais.

A Região Hidrográfica Lagoas São João reúne quatro bacias hidrográficas, sendo elas:

- Bacia Hidrográfica do Rio São João;
- Bacia Hidrográfica do Rio Una e do Cabo de Búzios;
- Bacia Hidrográfica da Lagoa de Araruama e do Cabo Frio;
- Bacia Hidrográfica das Lagoas de Saquarema, Jaconé e Jacarepiá.

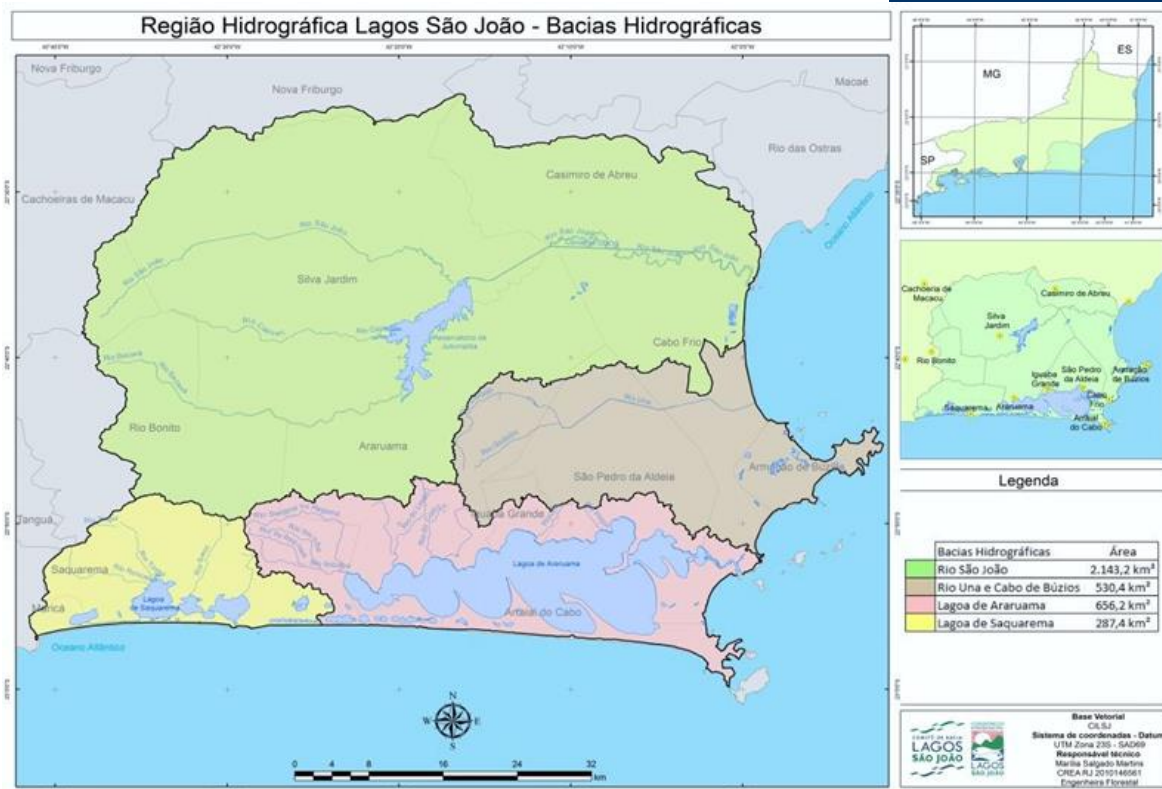


Figura 2: Mapa da Região Hidrográfica Lagos São João (RH-VI), destaque para as quatro Bacias Hidrográficas. Fonte: CBHLSJ/CILSJ.

A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOÃO, destacada em verde na figura acima, possui cerca de 2.160 km<sup>2</sup>, estando nela inseridos parcialmente os municípios de Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Casimiro de Abreu, Araruama, Cabo Frio e integralmente o município de Silva Jardim. O rio São João tem suas nascentes na serra de Sambê, no município de Cachoeira de Macacu, a uma altitude de 800 m e percorre aproximadamente 120 km até desaguar no oceano, junto às cidades de Barra de São João e Santo Antônio. Tem como principais afluentes, pela margem direita, os rios Gavião, do Ouro, Bacaxá, Capivari e Morto, os córregos Salto D'água e Cambucás, a vala do Consórcio e o rio Gargoá; e, pela margem esquerda, os rios Águas Claras, Pirineus, Taquaruçu, da Bananeira, Maratuã, Aldeia Velha, da Lontra, Dourado e a vala dos Medeiros. O rio São João foi objeto de grandes obras pelo extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS, incluindo retificação de seu leito, construção de valas de drenagem e grandes canais, que secaram as planícies inundadas, e a construção da represa de Juturnaíba, à jusante da confluência com o rio Bacaxá.

A formação da represa ocorreu entre 1982 e 1984, cobrindo a antiga lagoa de Juturnaíba, passando a área alagada de 8 km<sup>2</sup> para 30 km<sup>2</sup>, possibilitando o abastecimento de grande parte da população da região dos Lagos. As principais ameaças para os recursos hídricos da bacia são o barramento, canalização, invasão das margens, poluição agrícola, mineração e despejo de esgoto não tratado.



A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO UNA, área em marrom claro, possui área de 626 km<sup>2</sup>, abrangendo integralmente o município de Búzios e parte dos municípios de Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Iguaba Grande e Araruama. O rio Una, assim como seus afluentes, foram bastante modificados pelas obras do DNOS, em 1940. Seu formador é o rio Godinho, que nasce em Araruama. No seu trecho inicial, o rio Una recebe pela margem direita, os rios Conceição e Carijó, ingressando na baixada por 23 km até atingir a foz. Ao longo deste percurso, recebe pela margem esquerda, pequenos córregos e a vala do Marimbondo e, pela margem direita, os canais também retificados dos rios Papicu e Flecheiras. O rio Una deságua na praia de Unamar, dentro de propriedade marinha. As principais ameaças aos recursos hídricos da região são a canalização dos leitos, despejo de esgoto não tratado, poluição agrícola e invasão das margens.

A BACIA HIDROGRÁFICA DA LAGOA DE ARARUAMA<sup>1</sup> E DO CABO FRIO, destacada em rosa no mapa em destaque, abrange 572 km<sup>2</sup>, incluindo os municípios de Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Arraial do Cabo e Rio Bonito e inclui, além da própria bacia da lagoa, as restingas de Massambaba e de Cabo Frio. Agrupa dezenas de córregos e lagoas, como a lagoa de Araruama, e as lagoas de Jaconé Pequena, Vermelha, Pintanguinha, Pernambucana, Azul, Última Rasa, do Meio, Barra Nova, de Beber e Prainha ou Verde. A bacia hidrográfica da lagoa de Araruama é formada por um conjunto de pequenas sub-bacias onde quase todos os rios são intermitentes. Entre os cursos d'água que drenam para a lagoa, destacam-se o canal do Mossoró, o canal de Parati e o Canal da Companhia Nacional de Álcalis, outrora utilizado pelas barcaças como acesso ao porto de desembarque de conchas junto à indústria. A lagoa de Araruama possui área de 220 km<sup>2</sup>, onde a entrada de água do mar se dá através do canal de Itajurú. A troca de água, porém, é pequena devido ao processo de assoreamento. Como o volume de evaporação é maior que o volume de água doce pelas chuvas, a entrada da água salgada causa a hipersalinidade da lagoa. A mesma é habitat de peixes e aves marinhas, sendo utilizada para pesca, banho, iatismo, caiaque, transporte e produção de sal. As principais ameaças aos recursos hídricos da bacia são o despejo de esgotos não tratados e assoreamento.

A BACIA HIDROGRÁFICA DAS LAGOAS DE SAQUAREMA, JACONÉ E JACAREPIÁ, realçada em amarelo, abrange 310 km<sup>2</sup>, incluindo os municípios de Saquarema e Maricá, dezenas de córregos e as lagoas de Saquarema, Jaconé, Jacarepiá, Nova, Marrecas e Pitangas. O principal ecossistema desta bacia, o Ecossistema Lagunar de Saquarema, é formado por quatro lagoas: Mombaça, Jardim, Boqueirão e Saquarema, cujos principais usos são de recreação, iatismo, pesca e manutenção da biodiversidade.

<sup>1</sup>Embora seja comumente chamada de lagoa de Araruama, este corpo hídrico consiste em uma laguna, devido a sua conexão com o mar.

# RECURSOS HÍDRICOS: BALANÇO QUANTI-QUALITATIVO

Para uma boa gestão dos recursos hídricos é fundamental o conhecimento dos mananciais de uma região hidrográfica, em especial no que diz respeito à disponibilidade, consumo e demanda hídrica. Essa relação, denominada de balanço hídrico, pode ser explicada em termos genéricos como a vazão que resta no corpo hídrico após as retiradas de água, superficial ou subterrânea, para o consumo de setores como o industrial, mineração, agropecuário, abastecimento humano, entre outros; e deve ser considerada para fins de planejamento regional de médio e longo prazo e, em especial, para a Política de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

Segundo a Agência Nacional de Águas, o balanço hídrico é de fundamental importância para o diagnóstico de uma bacia hidrográfica, sendo realizado por trecho de rio e por microbacia. O balanço quantitativo é a relação entre as demandas consuntivas estimadas (vazões de retirada) e a disponibilidade hídrica. Já o balanço qualitativo considera a capacidade de assimilação de cargas orgânicas domésticas pelos corpos d'água. O balanço quanti-qualitativo é uma análise integrada da criticidade sob o ponto de vista qualitativo e quantitativo.

Para fins de informação, a disponibilidade hídrica no estado do Rio de Janeiro, é estimada com base nos estudos de regionalização de vazões mínimas e por análise de série histórica de um trecho específico do manancial avaliado. O cálculo da disponibilidade hídrica é realizado delimitando a bacia de contribuição para o estabelecimento da vazão. A partir dessa vazão, verificam-se os usuários na bacia, a montante e a jusante do curso d'água, para incluir no balanço hídrico e determinar a disponibilidade hídrica. Assim, se a vazão solicitada for inferior à vazão disponível, poderá ser outorgada pelo órgão gestor.



Cabo Frio. Acervo CILSJ/CBHLSJ (2012)

Outra importante variável no processo de avaliação do estoque hídrico disponível em uma bacia hidrográfica é a vazão de referência. É utilizada como base para as avaliações dos processos de outorgas pelo órgão gestor do Estado do Rio de Janeiro, sendo aplicados dois valores de referência: a vazão  $Q_{95\%}$ , obtida da curva de permanência, que relaciona a vazão e a porcentagem do tempo em que ela é superada ou igualada ao longo do período histórico, ou a va



vazão  $Q_{7,10}$ , que é a menor vazão média em 7 dias consecutivos com 10 anos de permanência (período de estiagem). A vazão de referência utilizada no Estado do Rio de Janeiro é a  $Q_{7,10}$ . A vazão máxima outorgável corresponde a 50% da  $Q_{7,10}$ , e a disponibilidade hídrica é a vazão máxima outorgável menos a vazão outorgada.

O Plano de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, publicado em 2014 (PERHI/RJ), que apresentou sete temas estratégicos para a gestão das águas no Estado, com horizonte de planejamento até 2030; trouxe, em seu relatório sobre Estudos Hidrológicos e Vazões Extremas, a disponibilidade hídrica na Região Hidrográfica Lagos São João (RH-VI). O principal objetivo do estudo foi a determinação de vazões mínimas  $Q_{7,10}$ ,  $Q_{90\%}$ ,  $Q_{95\%}$ , e vazões médias de longo termo,  $Q_{MLT}$ . O Quadro a seguir apresenta a disponibilidade hídrica nos principais mananciais da RH-VI para o período avaliado com os respectivos cálculos de vazões  $Q_{7,10}$ ,  $Q_{95\%}$  e  $Q_{MLT}$ . As vazões foram calculadas por relação de área de drenagem, com o posto de correntezas no Rio São João (área de 404 km<sup>2</sup>).

Quadro 1: Disponibilidade Hídrica na Região Hidrográfica Lagos de São João - RH-VI

| REGIÃO HIDROGRÁFICA LAGOS DE SÃO JOÃO - RH-VI |                         |                              |            |           |
|---|-------------------------|------------------------------|------------|-----------|
| Corpo Hídrico                                 | Área em km <sup>2</sup> | Vazões em m <sup>3</sup> /s* |            |           |
|   |                         | $Q_{7,10}$                   | $Q_{95\%}$ | $Q_{MLT}$ |
| Rio São João (montante Juturnaíba)            | 1.341,0                 | 9,1                          | 16,0       | 64,4      |
| Rio São João (jusante Juturnaíba)             | 817,5                   | 5,5                          | 9,8        | 39,3      |
| Rio Una                                       | 451,0                   | 3,1                          | 5,4        | 21,7      |
| Búzios, Lagoas Saquarema, Jaconé e Araruama   | 1.030,3                 | 7,0                          | 12,3       | 49,5      |

\* Vazões calculadas por relação de área de drenagem com o posto de correntezas no rio São Paulo (A=404 km<sup>2</sup>).

Fonte: Adaptado de PERHI/RJ, 2014.

De acordo com o quadro acima, nota-se que as maiores vazões se encontram nas camadas superiores do reservatório de Juturnaíba, dada sua característica de reservatório de montante. Esta análise se encontra no relatório "Cenários de Demandas e Balanço Hídrico", do PERHI/RJ, que considerou a situação em 2013 e as estimativas de demandas futuras para o horizonte máximo de 2030, do planejamento para as RHs do Estado, incluindo a RH-VI.

Dado este cenário, infere-se que a gestão de recursos hídricos na RH-VI deve priorizar a região de montante do reservatório de Juturnaíba, a fim de garantir de forma eficiente água em qualidade e quantidade para a presente e futuras gerações da Região Lagos São João.

## ASPECTOS QUANTITATIVOS DE RECURSOS HÍDRICOS

O Balanço hídrico na RH-VI, ainda nos moldes do PERHI/RJ, caracterizou a principal demanda quantitativa na região, indicando que o abastecimento de água para a população atua como a principal fonte consumidora, com mais de 90% de demanda de toda região, seguida pelos setores agrícolas e industrial, conforme Quadro presente na próxima página.

É importante destacar que a disponibilidade hídrica calculada reflete as informações

Quadro 2: Demandas atuais de recursos hídricos por setor, na RH-VI, em litros por segundo (l/s)

| DEMANDAS DE RECURSOS HÍDRICOS RH-VI |                 |
|-------------------------------------|-----------------|
| Sector                              | Vazão (l/s)     |
| Abastecimento Humano                | 2.162,57        |
| Criação Animal                      | 110,31          |
| Agricultura                         | 71,01           |
| Indústria                           | 6,73            |
| Minação                             | 1,13            |
| <b>Total</b>                        | <b>2.351,75</b> |

Fonte: Adaptado de PERHI/RJ, 2014.

contidas na base de dados utilizados referentes até o ano de 2014. À medida que novos dados estejam disponíveis, os estudos de regionalização de vazões e de disponibilidade hídrica devem ser reavaliados para melhoria das estimativas de vazões na Região Hidrográfica Lagos São João.

## ASPECTOS QUALITATIVOS DE RECURSOS HÍDRICOS

No Balanço hídrico na RH-VI, conforme a demanda qualitativa, o PERHI/RJ identificou as vazões necessárias para diluição da carga remanescente de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO)\*. A Figura abaixo indica o balanço hídrico qualitativo em faixas de percentuais da demanda em relação à disponibilidade para o consumo, somado à diluição. Quando se soma à demanda dos usos consuntivos, a vazão para diluição dos esgotos piora na VI-c (na região costeira, em especial nos complexos lagunares de Saquarema e Araruama), devido à elevada taxa de lançamento de esgotos e densidade demográfica. Os valores percentuais da demanda em relação à disponibilidade para as demais regiões da RH-VI, entre 0 a 50%, indicam que as vazões atuais dos corpos hídricos são suficientes para diluir as cargas orgânicas lançadas. Os valores de 100 a 500% verificados na VI-c, conforme a figura abaixo, indicam que, para atender às demandas e diluir a carga orgânica lançada nesta, seria necessário que seus corpos hídricos, no caso a Lagoa de Araruama, tivessem uma vazão até 5 vezes superior à atual. O que caracteriza o estado crítico dos complexos lagunares da Região Hidrográfica Lagos São João.

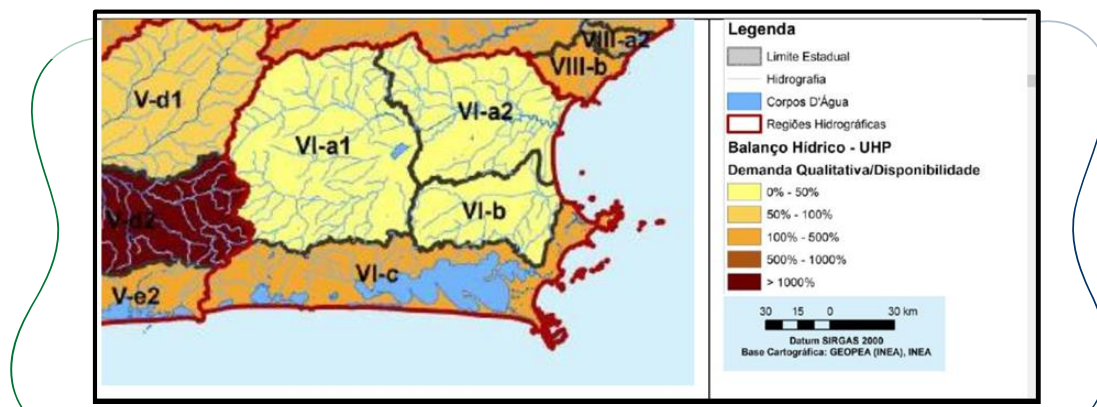


Figura 3: Mapa da demanda atual de consumo mais a diluição de esgotos, versus disponibilidade hídrica, em intervalos percentuais, destaque para região costeira da RH-VI. Fonte: adaptado de PERHI (2014).

\*Demanda bioquímica de oxigênio corresponde à quantidade de oxigênio consumido na degradação da matéria orgânica no meio aquático por processos biológicos, sendo expressa em miligramas por litro.



# INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Os diversos tipos de usos da água e a dependência que se tem dela em uma bacia hidrográfica têm modificado significativamente esse recurso natural. E, para garantir o uso sustentável deste valioso bem público, a Política de Recursos Hídricos instituiu alguns mecanismos para viabilizar seus objetivos: os instrumentos de gestão.

Os instrumentos de Gestão da Política de Recursos Hídricos no Estado do Rio de Janeiro estão fundamentados no artigo quinto da Lei 3.239, de 2 de agosto de 1999. Esses instrumentos são mecanismos legais que interagem de forma interdependente e complementar, visando sempre proteger e recuperar as águas de uma bacia hidrográfica. A implantação desses instrumentos demanda capacidades técnicas, políticas e institucionais, requerendo também a participação e aceitação de todos os atores envolvidos.

A Política de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro instituiu sete instrumentos, sendo eles: I - O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERHI); II - O Programa Estadual de Conservação e Revitalização de Recursos Hídricos (PROHIDRO); III - Os planos de Bacia Hidrográfica (PBH's); IV - O enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes dos mesmos; V - A outorga de direito de usos de recursos hídricos; VI - A cobrança aos usuários pelo uso dos recursos hídricos; e VII - O Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos (SEIRHI).

## INSTRUMENTOS DE GESTÃO NA REGIÃO HIDROGRÁFICA LAGOS SÃO JOÃO RH-VI

Atualmente o Plenário do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João vem discutindo a relevância do tema para a RH-VI e, conseqüentemente, aprovando recursos financeiros, por meio de suas resoluções, para projetos voltados especificamente aos instrumentos de Gestão na Bacia Lagos São João, a fim de promover os objetivos da Política Estadual Fluminense de recursos hídricos. Dentre eles, destacam-se o abastecimento da população humana e dos animais, a recuperação e preservação dos ecossistemas aquáticos, bem como a conservação da biodiversidade, a prevenção e defesa contra eventos hidrológicos críticos e, por fim, o investimento em disponibilidade hídrica de qualidade e quantidade para as presentes e futuras gerações na região.





Entre os anos de 2019 a 2020 foram aprovados, na jurisdição do CBHLSJ, projetos e atividades em quatro tipos de Instrumentos de gestão de recursos Hídricos, onde se destacam:

### **INSTRUMENTO I - PLANO DE BACIA HIDROGRÁFICA**

Nos moldes da Lei 3.239/99, os Planos de Bacia Hidrográfica servem para subsidiar a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, e devem contemplar elementos que tenham como base relacionar as características sociais, econômicas e ambientais da bacia e da zona estuarina; devem também considerar alternativas para o crescimento demográfico, incluindo atividades produtivas e de alterações nos padrões de ocupação do solo; fazer o diagnóstico dos recursos hídricos e os ecossistemas aquáticos; fomentar o cadastro de usuários, inclusive de poços tubulares; fazer o mapeamento dos municípios no tocante as suas capacidades econômico-financeiras e, em especial, dos setores de saneamento básico e de resíduos sólidos; realizar projeções de demanda e de disponibilidade de água para a região, incluindo o balanço hídrico global de cada sub-bacia; conjecturar alternativas de tratamento de efluentes para atendimento de objetivos de qualidade da água, entre outros.

O Plano de Bacia da RH-VI foi publicado em 2005, sendo uns dos pioneiros no Estado, servindo de referência para construção de diversos outros planos de bacias hidrográficas na federação. Contudo, devido sua temporalidade, encontra-se desatualizado e necessita de modernização. Com isso, o Plenário do CBHLSJ vem aprovando resoluções específicas e complementares desde 2019 para atualização do Plano de Bacia do CBHLSJ. Atualmente os recursos aprovados estão em fase de repasse do órgão gestor (INEA) à entidade Delegatária (CILSJ) para os trâmites de contratação dos projetos.

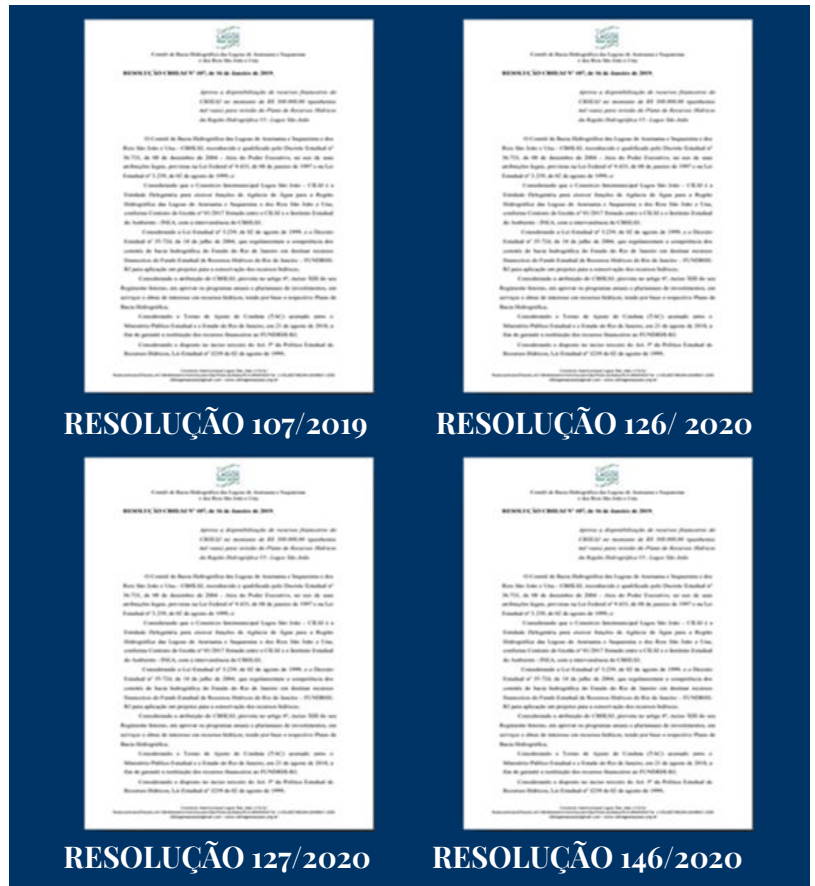


**RESOLUÇÃO 107/2019:** Tratou da revisão do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica VI – Lagos São João;

**RESOLUÇÃO 126/ 2020:** Abordou a implementação do Plano de Ordenamento de Usos Múltiplos da Laguna de Araruama;

**RESOLUÇÃO 127/2020:** Visou execução do Plano de Abordagem Ecosistêmica na Gestão Costeira da Bacia Hidrográfica Lagos São João;

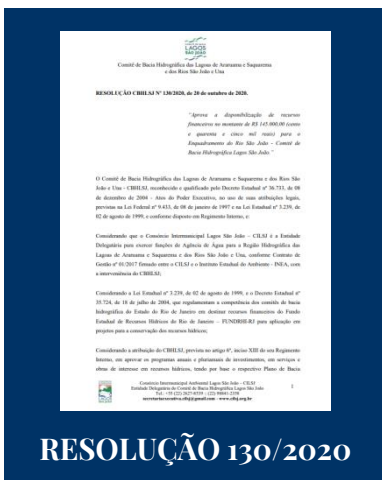
**RESOLUÇÃO 146/2020:** criou o Grupo de Trabalho para revisão do Plano de Recursos Hídricos no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica Lagos São João.



**INSTRUMENTO II - ENQUADRAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUA**

O enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes dos mesmos, visa assegurar às águas qualidade compatível com os usos prioritários a que forem destinadas; diminuir os custos de combate à poluição das águas, mediante ações preventivas permanentes; e estabelecer as metas de qualidade da água a serem atingidas. Sendo essas as diretrizes elencadas na política Estadual. Vale salientar que o enquadramento de classes de uso em um corpo hídrico deve ser feito nos moldes da legislação (pelo Comitê de Bacia Hidrográfica) e homologado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, após avaliação técnica pelo órgão competente do Poder Executivo. Seu objetivo é assegurar que a qualidade da água seja compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas.

No tocante as atividades deste instrumento, o Plenário do CBHLSJ aprovou a **RESOLUÇÃO 130/2020**, a qual destinou recursos financeiros para o Enquadramento do Rio São João, um dos mais importantes mananciais da Bacia Lagos São João. E, após o repasse financeiro do Órgão gestor, a Entidade Delegatária dará início aos trâmites de contratação, de acordo com a lei.



## INSTRUMENTO III - COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

A cobrança aos usuários de recursos hídricos em uma região hidrográfica tem como principal característica a valoração da água bruta, reconhecendo-a como bem econômico, incentivando seu uso consciente. Além disso, a cobrança visa também obter recursos financeiros para financiar programas e intervenções contempladas no plano de recursos hídricos de uma bacia hidrográfica.

No Estado do Rio de Janeiro, em 16 de dezembro 2003, foi regulamentada a cobrança pelo uso da água nas bacias Fluminenses, através da Lei Estadual nº 4.247, sendo esta posteriormente alterada pela Lei 5.234, de 4 de outubro de 2008. A execução da cobrança pela água no Estado é realizada pelo INEA, que também executa a administração financeira dos recursos arrecadados que são recolhidos ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI) e aplicados de acordo com o estabelecido pelos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica.

O Plenário do CBHLSJ vem discutindo a importância do tema para a RH-VI e, tendo isto em vista, criou, por meio da **RESOLUÇÃO 119/ 2020**, o Grupo de Trabalho para Revisão dos Mecanismos e Valores de Cobrança na Região Hidrográfica Lagos São João. O Grupo de Trabalho formado tem prazo estabelecido de 12 meses para estudar e promover discussões sobre a cobrança pelo uso de recursos hídricos abrangendo a necessidade e disponibilidade de recursos financeiros para a bacia, mensurando os impactos sobre os usuários. O Grupo de trabalho busca, também, revisar os mecanismos e os valores de cobrança; elaborar propostas sobre a cobrança; comunicar à Diretoria Colegiada do Comitê dados, informações e problemas relevantes, referentes às suas discussões e atribuições; e, ao final do período de vigência do GT, encaminhar à Plenária do Comitê Lagos São João, proposta(s) e relatório Final contendo as conclusões tomadas pelo Grupo de Trabalho.



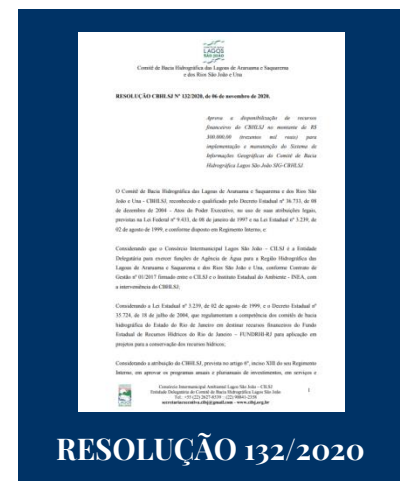
## INSTRUMENTO IV - SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS

O Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos (SEIRHI) tem por objetivo coletar, tratar, armazenar e recuperar informações sobre recursos hídricos, em uma região hidrográfica específica. O SEIRHI precisa estar integrado na esfera federal, sendo os dados gerados por uma região fornecidos ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, visando a facilitação da disponibilidade de informações e permitindo a interpretação holística dos dados.

O SEIRHI possibilita, ainda, que a obtenção e produção dos dados e informações sejam descentralizados, garantindo a coordenação unificada do sistema e o acesso às informações para toda a sociedade.

Além disso, o SEIRHI permite ainda reunir, de forma consistente, e divulgar os dados e informações sobre as situações qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos no Estado, bem como os demais informes relacionados. Além disso, permite a atualização permanentemente das informações sobre disponibilidade e demanda de recursos hídricos em todo o território estadual, fornecendo subsídios à elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos e dos Planos de Bacia Hidrográfica.

Com o propósito de disponibilizar as informações da qualidade ambiental da RH-VI, o Plenário do CBHLSJ aprovou a **RESOLUÇÃO 132/2020**, para implementação e manutenção do Sistema de Informações Geográficas no âmbito do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João SIG-CBHLSJ.



## OUTORGA DOS DIREITOS PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS NA RH – VI

Outro ato administrativo da gestão de recursos hídricos é o instrumento de Outorga, fornecido pelo órgão Gestor aos usuários que utilizam uma vazão específica de água bruta, podendo ser superficial ou subterrânea. Seu objetivo primordial é assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso aos recursos hídricos.

Segundo a Política Estadual de recursos hídricos do Estado do Rio de Janeiro, Lei nº 3.239/99, as águas de domínio do Estado, superficiais ou subterrâneas, somente poderão ser objeto de uso após a emissão de outorga pelo poder público, representado pelo INEA. A Outorga de recursos hídricos no Estado Fluminense, seja em rios estaduais ou águas subterrâneas, é emitida pela Gerência de Licenciamento de Recursos hídricos – GELIRH, da Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILAM/INEA. Já nos rios de domínio federal, é emitida pela Agência Nacional de Águas – ANA. Vale salientar, ainda, que a competência do licenciamento das águas subterrâneas é do respectivo Estado no qual a água é extraída.



Entre os usos sujeitos à outorga, em solo fluminense, nos moldes da Lei Estadual 3.239/99, estão: derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água, para consumo; extração de água de aquífero; lançamento de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos em corpos d'água, sendo estes tratados ou não, visando sua diluição, transporte ou disposição final; aproveitamento dos potenciais hidrelétricos; e outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo hídrico.

Na RH-VI, até o mês de novembro de 2020, 32 (trinta e dois) empreendimentos estavam cadastrados, regulamentados e cobrados pelo uso da água, ou seja, usuários regularizados segundo o sistema estadual de recursos hídricos. No Quadro abaixo, estão elencados esses usuários da RH-VI, de acordo com a Razão Social, município sede do empreendimento, finalidade do uso e valor arrecadado ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos:

Quadro 3: Empreendimentos outorgados na Região Hidrográfica Lagos São João – RH-VI\*

| Razão Social do Empreendimento                           | Município Sede do Empreendimento | Finalidade        | Valor (R\$)         |
|--|----------------------------------|-------------------|---------------------|
| Concessionária Águas de Juturnaíba S/A                   | Araruama                         | Saneamento        | 791.332,45          |
| Prefeitura Municipal Casimiro de Abreu                   | Casimiro de Abreu                | Aquicultura       | 178,92              |
| PROLAGOS S/A CONCESSIONARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS DE ÁGUA | São Pedro da Aldeia              | Saneamento        | 1.470.244,38        |
| SAAE CASEMIRO DE ABREU                                   | Casimiro de Abreu                | Saneamento        | 120.463,35          |
| SÃO LÁZARO MINERAÇÃO LTDA                                | Casimiro de Abreu                | Mineração         | 2.709,87            |
| Renato de Souza Barbalho                                 | Rio de Janeiro                   | Irrigação         | 126,19              |
| Serafin Domingo P. Q. Cespo                              | Silva Jardim                     | Aquicultura       | 1.770,04            |
| Fazenda Santa Helena Agropecuária Ltda                   | Silva Jardim                     | Aquicultura       | 18,98               |
| G. F. BORGES LAVANDERIA ME                               | Rio Bonito                       | Outras            | 199,74              |
| Posto Nunes e Costa Ltda                                 | Squarema                         | Outras            | 52,27               |
| Retono Fácil Empreendimentos e Participações LTDA        | Maricá                           | Outras            | 753,54              |
| Artelagos Artefatos de Concreto Ltda.                    | Araruama                         | Indústria         | 135,64              |
| Guaralagos Distribuidora de Produtos Alimentícios Ltda.  | Squarema                         | Indústria         | 640,72              |
| Sartori Árvores Nativas e Reflorestamento LTDA. - ME     | Rio de Janeiro                   | Irrigação         | 104,85              |
| Autopista Fluminense S/A                                 | São Gonçalo                      | Outras            | 14.802,13           |
| CEDAE RIO BONITO - RH VI                                 | Rio de Janeiro                   | Saneamento        | 107.655,85          |
| Marcelo Lara Matte                                       | Maricá                           | Irrigação         | 573,24              |
| TOSANA AGROPECUARIA LTDA                                 | Cabo Frio                        | Outras            | 166,4               |
| AGRISA - Agro Industrial São João S/A                    | Cabo Frio                        | Indústria         | 11.650,55           |
| TALCEP Mineradora Indústria e Comércio Ltda - ME         | Silva Jardim                     | Indústria         | 3.225,96            |
| King Grass Agrícola Ltda.                                | Squarema                         | Irrigação         | 610,05              |
| Biovert Florestal e Agrícola Ltda                        | Rio de Janeiro                   | Irrigação         | 21,3                |
| ÁGUA DE CANAÃ - COMERCIO E TRANSPORTE LTDA               | Squarema                         | Outras            | 5.255,91            |
| ITOGRASS AGRICOLA LTDA                                   | Squarema                         | Outras            | 7.998,78            |
| PASSAGEM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GELO EIRELI             | Cabo Frio                        | Indústria         | 1.185,80            |
| PAPER BOX SAQ INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA               | Squarema                         | Outras            | 569,8               |
| JOSÉ CARLOS SCARAMBONE - ALMTE AMORIM DO VALE            | São Gonçalo                      | Consumo Humano    | 168,29              |
| JOSÉ CARLOS SCARAMBONE - ITAPERUNA                       | São Gonçalo                      | Consumo Humano    | 218,4               |
| JOSÉ CARLOS SCARAMBONE - JARDIM BOM RETIRO               | São Gonçalo                      | Consumo Humano    | 234,22              |
| ARMANDO FAVORETO 07130350725                             | Squarema                         | Outras            | 2.472,54            |
| BEBA BRASIL INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA                    | Squarema                         | Outras            | 3.822,44            |
| RANCHO AGUAS VIVAS LTDA                                  | Casimiro de Abreu                | Outras Carro-pipa | 819,98              |
| <b>total de empreendimentos: 32</b>                      |                                  |                   | <b>2.550.182,58</b> |

Fonte: Serviço de Regulação de Recursos Hídricos

\* alguns empreendimentos estão registrados conforme o município sede da empresa e não pelo ponto de interferência declarado na licença ambiental de outorga de recursos hídricos do INEA.

Conforme anteriormente abordado, os empreendimentos outorgados na RH-VI totalizam, até a presente data, 32 negócios regulares, dispostos em diferentes finalidades, sendo elas: Aquicultura, Mineração, Irrigação, Indústria, Saneamento, Consumo Humano e Outras. A Figura abaixo apresenta o número e a porcentagem de usuários outorgados na RH-VI, conforme sua finalidade:

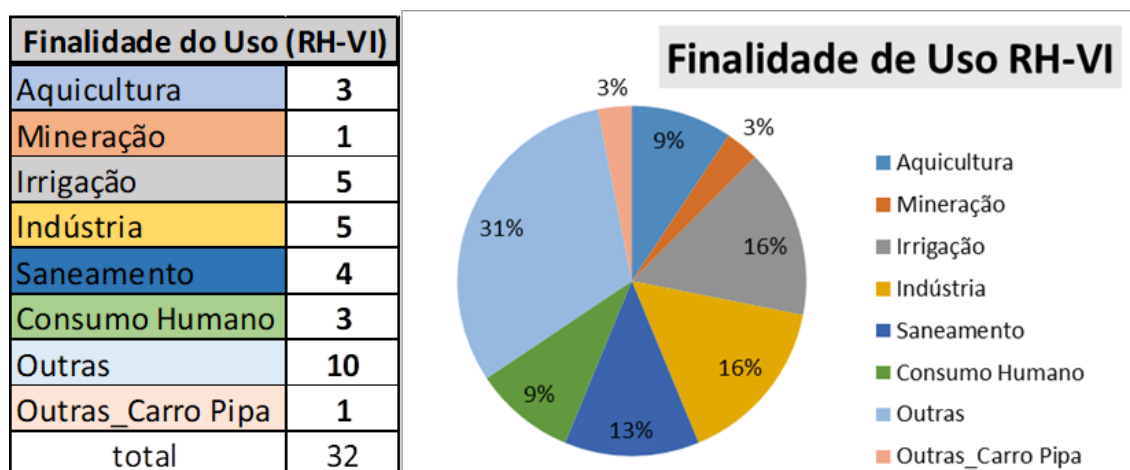


Figura 4: Distribuição dos outorgados por tipo de interferência, conforme o número e a porcentagem de empreendimentos Fonte: SEREG/INEA, 2020.

Em relação à arrecadação proveniente do Instrumento de cobrança pelo uso da água bruta na RH-VI, o Quadro abaixo apresenta os detalhes por tipo de finalidade, com dados atualizados até 2020, conforme as informações oriundas do Serviço de Regulação de Recursos Hídricos do Instituto Estadual do Ambiente (SEREG/INEA).

Quadro 4: Valores arrecadados para RH-VI, de acordo com a finalidade de uso da água (valores atualizados em novembro de 2020).

| Arrecadação por Finalidade do Uso (RH-VI) |                         |
|---|-------------------------|
| Aquicultura                               | R\$ 1.967,94            |
| Mineração                                 | R\$ 2.709,87            |
| Irrigação                                 | R\$ 1.435,63            |
| Indústria                                 | R\$ 16.838,67           |
| Saneamento                                | R\$ 2.489.696,03        |
| Consumo Humano                            | R\$ 620,91              |
| Outras                                    | R\$ 36.093,55           |
| Outras_Carro Pipa                         | R\$ 819,98              |
| <b>Total</b>                              | <b>R\$ 2.550.182,58</b> |

Fonte: (SEREG/INEA).

Nota-se que, na RH-VI, a expressividade na arrecadação vem quase que exclusivamente do setor de Saneamento, com aproximadamente 98% de toda arrecadação da Região Lagos São João; seguido pelo setor “Outras”, com 1,4% do total arrecadado para o Fundo Estadual de Recursos Hídricos.

# ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Em 1996, o Governo Federal criou o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). O SNIS é, atualmente, a base de dados mais completa sobre o setor no Brasil, reunindo informações e indicadores dos prestadores de serviços que fornecem estes dados ao SNIS, em cada ano de referência. Para os serviços de água e esgoto, os dados são atualizados anualmente.

Os dados que serão apresentados a seguir são relativos ao ano de 2018, conforme a vigésima quarta edição do “Diagnóstico dos Serviços de água e Esgoto”, sendo esta a edição mais recente disponível até a data desta revista.

O sistema de abastecimento de água dos municípios de Cabo Frio, Armação de Búzios, São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo e Iguaba Grande são de responsabilidade da empresa privada PROLAGOS S/A – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, com término de concessão previsto para o ano de 2041. Já nos municípios de Araruama, Saquarema e Silva Jardim, o abastecimento é realizado pela empresa privada Águas de Juturnaíba, do grupo Águas do Brasil, com término de concessão no ano de 2048. A CEDAE opera nos municípios de Rio Bonito e Cachoeira de Macacu. O município de Casimiro de Abreu é atendido pelo Sistema Autônomo de Águas e Esgoto – SAAE.

O principal manancial de abastecimento de água, inserido na bacia do rio São João, é o Reservatório de Juturnaíba, localizado no município de Silva Jardim, sendo esta cidade a responsável pela regularização da vazão do rio São João, do rio Capivari, do rio Bacaxá e de seus afluentes.

Quadro 5: Números de habitantes total e urbano atendidos pelas concessionárias PROLAGOS e Águas de Juturnaíba (CAJ), com abastecimento de água e esgoto, por município.

| Município           | Prestador de Serviço                   | População Residente              |                            | População Atendida                                 |   | Quantidade de Ligações    |         |                     | Quantidade de Economias Ativas |              |              |                           |
|---------------------|--|----------------------------------|----------------------------|--|---|---------------------------|---------|---------------------|--------------------------------|--------------|--------------|---------------------------|
|                     |  | Municípios                       |                            | População Total Atendida com Abastecimento de Água | População Urbana Atendida com Abastecimento de Água | Total (Ativas + inativas) | Ativas  | Ativas Micromedidas | Total (ativas)                 | Micromedidas | Residenciais | Residenciais Micromedidas |
|                     |  | População Residente Total (IBGE) | População Residente Urbana |  |   |                           |         |                     |                                |              |              |                           |
| -                   | -                                      | habitante                        | habitante                  | habitante  | habitante   | ligação                   | ligação | ligação             | economia                       | economia     | economia     | economia                  |
| -                   | -                                      | GE12a                            | GE06a                      | AG001  | AG026   | AG021                     | AG002   | AG004               | AG003                          | AG014        | AG013        | AG022                     |
| Araruama            | Concessionária Águas de Juturnaíba S/A | 130.439                          | 124.008                    | 124.649  | 123.444   | 58.343                    | 45.820  | 45.697              | 54.388                         | 54.170       | 52.020       | 51.802                    |
| Armação de Búzios   | Concessionária Prolagos S/A            | 33.240                           | 33.240                     | 32.472   | 32.472  | 16.244                    | 14.633  | 14.505              | 25.935                         | 25.716       | 22.139       | 21.981                    |
| Arraial do Cabo     | Concessionária Prolagos S/A            | 30.096                           | 30.096                     | 29.401   | 29.401  | 14.181                    | 12.980  | 12.909              | 19.043                         | 18.898       | 17.858       | 17.833                    |
| Cabo Frio           | Concessionária Prolagos S/A            | 222.528                          | 167.871                    | 163.993  | 163.993   | 87.000                    | 78.417  | 76.722              | 119.659                        | 117.626      | 112.592      | 111.514                   |
| Iguaba Grande       | Concessionária Prolagos S/A            | 27.762                           | 27.762                     | 27.121   | 27.121  | 16.636                    | 15.120  | 14.747              | 18.507                         | 18.060       | 17.751       | 17.380                    |
| São Pedro da Aldeia | Concessionária Prolagos S/A            | 102.846                          | 96.143                     | 93.922   | 93.922  | 43.586                    | 39.782  | 39.482              | 49.843                         | 49.275       | 47.432       | 47.160                    |
| Saquarema           | Concessionária Águas de Juturnaíba S/A | 87.704                           | 83.240                     | 82.074   | 79.981  | 16.883                    | 13.623  | 13.585              | 16.170                         | 16.104       | 15.465       | 15.400                    |
| Silva Jardim        | Concessionária Águas de Juturnaíba S/A | 21.773                           | 16.441                     | 17.377   | 16.341  | 3.827                     | 2.477   | 2.470               | 2.940                          | 2.928        | 2.811        | 2.800                     |

Fonte: SNIS (2019).



Em relação aos dados sobre abastecimento de água para os municípios da RH-VI (constante no Quadro 5), o diagnóstico do SNIS informa que os índices são superiores a 70% para todos, com os menores índices observados em Cabo Frio (73,70%) e Silva Jardim (79,81%). E, quando se avalia os índices de atendimento urbano, o cenário é satisfatório para os nove municípios (valores superiores a 96%).

Quadro 6: Percentuais de atendimento da população total e urbana e índices operacionais.

| Município           | Prestador de Serviço                   | Consumo médio de água por economia | Consumo micromedido por economia | Consumo de água faturado por economia | Consumo Médio Per Capita de Água | Índice de Consumo de Energia Elétrica em Sistemas de abastecimento de água | Extensão de Rede de Água por Ligação | Índice de Faturamento de Água | Índice de Perdas de Faturamento | Índice de Perdas na Distribuição | Índice Bruto de Perdas Lineares | Índice de Perdas por Ligação | Índice de consumo de água |
|---------------------|--|------------------------------------|----------------------------------|---------------------------------------|----------------------------------|--|--------------------------------------|-------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|---------------------------------|------------------------------|---------------------------|
|                     |  | m³/mês/eco                         | m³/mês/eco                       | m³/mês/eco                            | l/hab./dia                       | kWh/m³   | m/lig                                | percentual                    | percentual                      | percentual                       | m³/dia/km                       | l/dia/lig.                   | percentual                |
| -                   | -                                      | IN053                              | IN014                            | IN017                                 | IN022                            | IN058  | IN020                                | IN028                         | IN013                           | IN049                            | IN050                           | IN051                        | IN052                     |
| Araruama            | Concessionária Águas de Juturnaíba S/A | 15,17                              | 12,30                            | 8,84                                  | 218,94                           | 1,01   | 14,78                                | 55,77                         | 44,23                           | 22,90                            | 14,18                           | 265,67                       | 77,10                     |
| Armação de Búzios   | Concessionária Prolagos S/A            | 10,26                              | 10,31                            | 12,66                                 | 269,23                           | 0,87   | 18,54                                | 74,99                         | 25,01                           | 39,22                            | 18,86                           | 388,97                       | 60,78                     |
| Arraial do Cabo     | Concessionária Prolagos S/A            | 7,63                               | 7,65                             | 11,13                                 | 161,28                           | 1,01   | 11,32                                | 105,15                        | -5,15                           | 27,90                            | 11,50                           | 142,45                       | 72,10                     |
| Cabo Frio           | Concessionária Prolagos S/A            | 6,94                               | 7,02                             | 10,14                                 | 165,94                           | 0,97   | 14,29                                | 96,07                         | 3,93                            | 34,29                            | 11,59                           | 183,76                       | 65,71                     |
| Iguaba Grande       | Concessionária Prolagos S/A            | 6,36                               | 6,46                             | 9,95                                  | 142,64                           | 0,92   | 17,35                                | 102,30                        | -2,30                           | 34,76                            | 7,10                            | 136,15                       | 65,24                     |
| São Pedro da Aldeia | Concessionária Prolagos S/A            | 7,41                               | 7,47                             | 10,48                                 | 129,74                           | 1,40   | 12,99                                | 92,79                         | 7,21                            | 34,39                            | 11,32                           | 161,37                       | 65,61                     |
| Saquarema           | Concessionária Águas de Juturnaíba S/A | 15,17                              | 12,30                            | 17,54                                 | 99,11                            | 0,29   | 25,44                                | 76,80                         | 23,20                           | 33,60                            | 9,55                            | 299,95                       | 66,40                     |
| Silva Jardim        | Concessionária Águas de Juturnaíba S/A | 15,17                              | 12,30                            | 16,78                                 | 84,76                            | 0,53   | 19,06                                | 97,95                         | 2,05                            | 11,46                            | 2,62                            | 76,75                        | 88,54                     |

Fonte: SNIS (2019).

Considerando-se o número de habitantes atendidos por esgotamento sanitário, os índices são, geralmente, consideravelmente menores, se comparados ao abastecimento de água. O município de Silva Jardim apresenta o menor índice, com 46,81%; e os municípios de Armação de Búzios, Arraial do Cabo e Iguaba Grande os maiores, com 79,19%.

Quando se avalia o índice de coleta, os municípios de Arraial do Cabo, Cabo Frio e Iguaba Grande apresentam 100% de coleta, enquanto Araruama apresenta índice de 64,68%, São Pedro da Aldeia p 79,58%, Saquarema com 77,70% e Silva Jardim com 85,47%, estando esses, ainda, aquém da universalização.

Quadro 7: Números de habitantes total e urbano, e número de habitantes atendidos pelas concessionárias, com esgotamento sanitário, por município, e quantidade de ligações e de economias ativas.

| Município           | Prestador de Serviço                   | População Residente              |                            | POPULAÇÃO A TENDIDA                                |   | QUANTIDADE DE             |         | QUANTIDADE DE  |              | VOLUMES DE ESGOTO |              |                 |   |                 |   |              | Extensão da rede de esgoto |
|---------------------|--|----------------------------------|----------------------------|--|---|---------------------------|---------|----------------|--------------|-------------------|--------------|-----------------|---|-----------------|---|--------------|----------------------------|
|                     |  | População Residente Total (IBGE) | População Residente Urbana | População total atendida com esgotamento sanitário | População urbana atendida com esgotamento | Total (ativas + inativas) | Ativas  | Total (ativas) | Residenciais | Coletado          | Tratado      | Bruto exportado | Bruto exportado tratado nas instalações | Bruto importado | Bruto importado tratado nas instalações | Faturado     |                            |
| -                   | -                                      | habitante                        | habitante                  | habitante  | habitante                                 | ligação                   | ligação | economia       | economia     | 1.000 m³/ano      | 1.000 m³/ano | 1.000 kWh/ano   | 1.000 kWh/ano                           | 1.000 m³/ano    | 1.000 m³/ano                            | 1.000 m³/ano |                            |
| -                   | -                                      | GE12a                            | GE06a                      | ES001  | ES026                                     | ES009                     | ES002   | ES003          | ES008        | ES005             | ES006        | ES012           | ES015                                   | ES013           | ES014                                   | ES007        | ES004                      |
| Araruama            | Concessionária Águas de Juturnaíba S/A | 130.439                          | 124.008                    | 87.249   | 86.833                                    | 39.995                    | 30.738  | 40.975         | 40.135       | 6.356,70          | 6.356,70     | 0,00            | 0,00                                    | 0,00            | 0,00                                    | 0,00         | 129,70                     |
| Armação de Búzios   | Concessionária Prolagos S/A            | 33.240                           | 33.240                     | 26.323   | 26.323                                    | 16.244                    | 14.633  | 25.935         | 22.139       | 2.741,00          | 2.741,00     | 0,00            | 0,00                                    | 0,00            | 0,00                                    | 3.879,00     | 54,00                      |
| Arraial do Cabo     | Concessionária Prolagos S/A            | 30.096                           | 30.096                     | 23.833   | 23.833                                    | 14.181                    | 12.980  | 19.043         | 17.858       | 2.695,00          | 2.695,00     | 0,00            | 0,00                                    | 0,00            | 0,00                                    | 2.491,00     | 28,00                      |
| Cabo Frio           | Concessionária Prolagos S/A            | 222.528                          | 167.871                    | 132.937  | 132.937                                   | 87.000                    | 78.417  | 119.659        | 112.592      | 10.291,00         | 10.291,00    | 0,00            | 0,00                                    | 0,00            | 0,00                                    | 14.316,00    | 38,00                      |
| Iguaba Grande       | Concessionária Prolagos S/A            | 27.762                           | 27.762                     | 21.985   | 21.985                                    | 16.636                    | 15.120  | 18.507         | 17.751       | 2.224,00          | 2.224,00     | 0,00            | 0,00                                    | 0,00            | 0,00                                    | 2.181,00     | 9,00                       |
| São Pedro da Aldeia | Concessionária Prolagos S/A            | 102.846                          | 96.143                     | 76.136   | 76.136                                    | 43.586                    | 39.782  | 49.843         | 47.432       | 3.489,00          | 3.489,00     | 0,00            | 0,00                                    | 0,00            | 0,00                                    | 6.200,00     | 56,00                      |
| Saquarema           | Concessionária Águas de Juturnaíba S/A | 87.704                           | 83.240                     | 64.855   | 64.447                                    | 11.934                    | 9.850   | 13.240         | 12.276       | 2.270,26          | 2.270,26     | 0,00            | 0,00                                    | 0,00            | 0,00                                    | 0,00         | 60,10                      |
| Silva Jardim        | Concessionária Águas de Juturnaíba S/A | 21.773                           | 16.441                     | 10.191   | 9.753                                     | 2.804                     | 2.420   | 2.597          | 2.128        | 454,06            | 454,06       | 0,00            | 0,00                                    | 0,00            | 0,00                                    | 0,00         | 24,20                      |

Fonte: SNIS (2019).

Quadro 8: Indicadores operacionais em 2018.

| Município           | Prestador de Serviço                   | Índice de atendimento total de esgoto referido aos municípios atendidos com água | Índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com água | Índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com esgoto | Índice de coleta de esgoto | Índice de tratamento de esgoto | Índice de esgoto tratado referido à água consumida | Extensão da rede de esgoto por ligação | Índice de consumo de energia elétrica em sistemas de esgotamento sanitário | Economias atingidas por paralisações | Duração média das paralisações | Economias atingidas por intermitências | Duração média das intermitências |
|---------------------|--|--|---|---|----------------------------|--------------------------------|--|--|--|--------------------------------------|--------------------------------|--|----------------------------------|
|                     | Fonte: SNIS (2019).                    | percentual   | percentual  | percentual  | percentual                 | percentual                     | percentual   | m/lig.                                 | kWh/m <sup>3</sup>   | econ./paralis.                       | horas/paralis.                 | econ./interrup.                        | horas/interrup.                  |
|                     |  | IN056  | IN024   | IN047   | IN015                      | IN016                          | IN046  | IN021                                  | IN059  | IN071                                | IN072                          | IN073                                  | IN074                            |
| Araucama            | Concessionária Águas de Juturnaíba S/A | 66,89  | 69,86   | 69,86   | 64,68                      | 100,00                         | 64,68  | 3,20                                   | 0,21   | 3.092,86                             | 7,71                           | 1.657,50                               | 8,50                             |
| Armação de Búzios   | Concessionária Prolagos S/A            | 79,19  | 79,19   | 79,19   | 87,18                      | 100,00                         | 87,18  | 3,40                                   | 0,62   |                                      |                                |  |                                  |
| Arraial do Cabo     | Concessionária Prolagos S/A            | 79,19  | 79,19   | 79,19   | 100,00                     | 100,00                         | 100,00   | 1,76                                   | 0,46   |                                      |                                |  |                                  |
| Cabo Frio           | Concessionária Prolagos S/A            | 59,74  | 79,19   | 79,19   | 100,00                     | 100,00                         | 100,00   | 0,45                                   | 0,19   |                                      |                                |  |                                  |
| Iguaba Grande       | Concessionária Prolagos S/A            | 79,19  | 79,19   | 79,19   | 100,00                     | 100,00                         | 100,00   | 0,56                                   | 0,25   |                                      |                                |  |                                  |
| São Pedro da Aldeia | Concessionária Prolagos S/A            | 74,03  | 79,19   | 79,19   | 79,58                      | 100,00                         | 79,58  | 1,31                                   | 0,59   |                                      |                                |  |                                  |
| Saquarema           | Concessionária Águas de Juturnaíba S/A | 73,95  | 77,42   | 77,42   | 77,70                      | 100,00                         | 77,70  | 4,97                                   | 0,17   |                                      |                                |  |                                  |
| Silva Jardim        | Concessionária Águas de Juturnaíba S/A | 46,81  | 59,32   | 59,32   | 85,47                      | 100,00                         | 85,47  | 8,53                                   | 0,43   |                                      |                                |  |                                  |

Fonte: SNIS (2019).

Segundo dados referentes ao ano de 2019, fornecidos pela concessionária, os cinco municípios atendidos pela concessionária PROLAGOS superam, hoje, 80% de índice de coleta de esgoto, sendo que o seu índice de tratamento é de 100%.

Quadro 9: Informações sobre abastecimento de água e esgotamento sanitário para os municípios atendidos pela concessionária PROLAGOS

| PROLAGOS                                  |        |
|---|--------|
| DADOS 2019                                |        |
| Abastecimento de água                     |        |
| População total atendida                  | 413,75 |
| Volume de água tratada                    | 37.312 |
| Volume de água consumida                  | 21.152 |
| Consumo per capita                        | 140,06 |
| Índice de perda                           | 26,40% |
| Esgotamento Sanitário                     |        |
| População atendida com a coleta de esgoto | 339,33 |
| Volume de esgoto tratado                  | 23.001 |
| Índice de coleta                          | 80,12% |
| Índice de tratamento                      | 100%   |

Fonte: PROLAGOS

Quadro 10: Informações sobre abastecimento de água e esgotamento sanitário para os municípios atendidos pela Concessionária Águas de Juturnaíba.

| Concessionária Águas de Juturnaíba CAJ    |                                |
|---|--------------------------------|
| Dados 2019                                |                                |
| Abastecimento de água                     |                                |
| População total atendida                  | 227.653                        |
| Volume de água tratada                    | 19.670.500 m <sup>3</sup> /ano |
| Volume de água consumida                  | 12.244,57 m <sup>3</sup> /ano  |
| Consumo per capita                        | 148,32                         |
| Índice de perda                           | 32,67%                         |
| Esgotamento Sanitário                     |                                |
| População atendida com a coleta de esgoto | 178.111                        |
| Volume de esgoto tratado                  | 9.110.000                      |
| Índice de coleta                          | 72%                            |
| Índice de tratamento                      | 100%                           |

Fonte: Concessionária Águas de Juturnaíba

Cenário semelhante é verificado para os municípios atendidos pela Águas de Juturnaíba, segundo dados fornecidos pela mesma referentes ao ano de 2019, com índices de 72% e 100% de coleta e tratamento, respectivamente.

# INVESTIMENTOS NA BACIA HIDROGRÁFICA

O Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João destinou para o seu Plano Plurianual referente ao período de 2019-2022, através da Resolução CBH-Lagos São João n.º 102/2020, de 26 de agosto de 2019, aprovada pela Resolução CERHI n.º 219 de 16 de outubro de 2019, o valor de R\$ 20.363.671,79 (vinte milhões, trezentos e sessenta e três mil, seiscentos e setenta e um reais e setenta e nove centavos).

O montante acima mencionado é resultante da previsão de arrecadação da RH VI para o período de 2019 a 2022, que totaliza R\$ 9.514.773,18 (nove milhões, quinhentos e quatorze mil, setecentos e setenta e três reais e dezoito centavos), somada ao saldo remanescente dos anos anteriores, que totaliza R\$ 10.848.898,61 (dez milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e noventa e oito reais e sessenta e um centavos), cuja aplicação está detalhada nas tabelas abaixo.

Quadro 11: Plano Plurianual de Investimentos da Região Hidrográfica Lagos São João para o período de 2019-2022.

| Plano de Aplicação Plurianual do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João - 2019 a 2022 |                   |
|--|-------------------|
| RUBRICA  | TOTAL ATUAL (R\$) |
| 70% Saneamento <sup>2</sup> (líquido)  | 10.251.919,46     |
| Contrato de Gestão   | 2.584.451,25      |
| Ações de diretoria   | 439.198,14        |
| Monitoramento de Corpos Hídricos   | 1.914.631,78      |
| Revisão do plano de recursos hídricos  | 500.000,00        |
| Ordenamento dos usos múltiplos da lagoa de Araruama  | 462.362,00        |
| Monitoramento Estatístico Pesqueiro dos ambientes costeiros da RHVI                        | 628.550,86        |
| Auxílio à Pesquisa   | 77.451,81         |
| Auxílio à Pesca  | 221.315,88        |
| Educação Ambiental   | 485.315,89        |
| Replântio  | 636.605,51        |
| Ações emergenciais   | 248.050,41        |



|   |                      |
|---|----------------------|
| Estudos de Hidrodinâmica do Rio São João, balanço hídrico, qualidade da água, assoreamento                  | 230.000,00           |
| Manutenção do banco de dados geográficos da bacia Lagos São João - SIG - Sistema de Informações Geográficas | 300.000,00           |
| Recuperação de matas ciliares   | 280.000,00           |
| Enquadramento do rio São João   | 145.000,00           |
| Avaliação Ambiental da lagoa de Saquarema e entorno   | 450.000,00           |
| Limpeza do leito do rio UNA   | 62.000,00            |
| Fundo de Boas Práticas Socioambientais em Microbacias Hidrográficas - FUNBOAS                               | 44.215,17            |
| Ações de Comunicação Social   | 402.603,63           |
| <b>TOTAL</b>  | <b>20.363.671,79</b> |

Quadro 12: Demonstrativo da execução dos repasses de programas e projetos anteriores ao ano de 2020 (Contrato de Gestão 01/2017).

| OBJETO   | SITUAÇÃO   | VALOR (R\$)  | % EXECUÇÃO |
|--|--|--------------|------------|
| <b>Contrato de Gestão 01/2017</b>  |  |              |            |
| <b>Ações de Diretoria</b>  | Em execução  | 107.238,97   | 73%        |
| <b>Educação Ambiental de Tamoios</b>   | Em execução  | 26.000,00    | 100%       |
| <b>Ordenamento Múltiplo da Lagoa de Araruama</b>   | Em execução  | 35.592,00    | 75%        |
| <b>Fiscalização Integrada da Lagoa de Araruama</b>   | Previsão da entrega do produto fev/2021                                      | 35.521,28    | 30%        |
| <b>Monitoramento da Lagoa de Saquarema</b>   | Em execução  | 71.113,28    | 26%        |
| <b>Projeto de saneamento básico de São Pedro da Aldeia</b>   | Previsão licitação da obra janeiro/2021                                      | 1.478.282,48 | 4%         |
| <b>Estudos sobre a segurança da barragem de Jurtunaíba</b>   | Elaboração de TR   | 230.000,00   | 0%         |
| <b>Revisão do manual de operação da Barragem de Jurtunaíba</b>   | Elaboração de TR   | 40.000,00    | 0%         |
| <b>Impressão de material didático sobre reservatório de Juturnaíba</b>                                       | Prazo de entrega do produto – jan/2021                                       | 42.000,00    | 0%         |
| <b>Instalação de sistema de esgotamento sanitário na comunidade quilombola Sobara, município de Araruama</b> | Contratado empresa p/ elaboração de projeto – previsão de entrega maio/2021  | 980.000,00   | 0%         |
| <b>Instalação de sistema de esgotamento sanitário no bairro Cidade Nova, município de Iguaba Grande</b>      | Contratado empresa p/ elaboração de projeto – previsão de entrega junho/2021 | 1.053.574,85 | 0%         |

Quadro 13: Demonstrativo da execução dos repasses realizados no ano de 2020 (Contrato de Gestão 01/2017)

| <b>OBJETO</b>   | <b>SITUAÇÃO</b>   | <b>VALOR (R\$)</b> | <b>% EXECUÇÃO</b> |
|---|---|--------------------|-------------------|
| <b>Contrato de Gestão 01/2017</b>   |   |                    |                   |
| <b>Custeio Contrato de Gestão – Ano II</b>  | Em execução –<br>Recurso repassado em<br><b>28/08/2020</b>      | 938.667,62         | 68%               |
| <b>Monitoramento da qualidade da água da lagoa de Jacarepiá</b>                         | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>02/11/2020</b> | 70.000,00          | 0%                |
| <b>Monitoramento da qualidade da água da lagoa de Araruama</b>                          | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>02/11/2020</b> | 150.000,00         | 0%                |
| <b>Monitoramento da qualidade da água da lagoa de Jaconé</b>                            | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>02/11/2020</b> | 70.000,00          | 0%                |
| <b>Curso de capacitação em RH Lagos São João – Região Hidrográfica VI</b>               | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>02/11/2020</b> | 172.000,00         | 0%                |
| <b>Elaboração do Plano de ordenamento dos usos múltiplos da lagoa de Araruama</b>       | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>02/11/2020</b> | 300.000,00         | 0%                |
| <b>Implementação do Plano de ordenamento dos usos múltiplos da laguna de Araruama</b>   | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>02/11/2020</b> | 162.362,00         | 0%                |
| <b>Obra de esgotamento sanitário em Monte Alto, Arraial do Cabo</b>                     | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>02/11/2020</b> | 957.261,02         | 0%                |
| <b>Projeto de esgotamento sanitário de Saquarema</b>                                    | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>02/11/2020</b> | 768.026,93         | 0%                |
| <b>Reflorestamento de mananciais na RH VI</b>   | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>02/11/2020</b> | 716.605,51         | 0%                |
| <b>Monit. da qualidade da água do Rio São João e da lagoa de Juturnaíba</b>             | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>02/11/2020</b> | 230.000,00         | 0%                |
| <b>Extensão de rede coletora de esgoto – Nova Aliança – Bairro B, Rio das Ostras/RJ</b> | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>02/11/2020</b> | 414.251,72         | 0%                |
| <b>Monitoramento da qualidade da água da lagoa de Saquarema</b>                         | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>02/11/2020</b> | 150.000,00         | 0%                |
| <b>Monitoramento estatístico pesqueiro nas lagunas de Araruama e Saquarema</b>          | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>02/11/2020</b> | 124.000,00         | 0%                |

|  |   |            |    |
|--|---|------------|----|
| <b>Monitoramento da qualidade da água do Rio Roncador</b>                                      | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>02/11/2020</b> | 60.000,00  | 0% |
| <b>Revisão do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica VI</b>                         | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>02/11/2020</b> | 500.000,00 | 0% |
| <b>Esgotamento doméstico na comunidade Caxito no município de Silva Jardim,</b>                | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>02/11/2020</b> | 927.572,15 | 0% |
| <b>Fiscalização integrada da laguna de Araruama</b>  | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>02/11/2020</b> | 28.736,97  | 0% |
| <b>Gênero, Água e Saneamento na Bacia Hidrográfica Lagos São João</b>                          | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>02/11/2020</b> | 30.000,00  | 0% |
| <b>Monitoramento estatístico pesqueiro do rio São João</b>                                     | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>02/11/2020</b> | 100.000,00 | 0% |
| <b>Obra de esgotamento sanitário no município de Armação de Búzios</b>                         | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>02/11/2020</b> | 980.000,00 | 0% |
| <b>Dragagem dos trechos críticos do rio Una</b>  | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>11/12/2020</b> | 62.000,00  | 0% |
| <b>Ações de comunicação social do CBHLSJ</b>   | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>11/12/2020</b> | 102.603,63 | 0% |
| <b>Ações de Diretoria</b>  | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>11/12/2020</b> | 112.360,11 | 0% |
| <b>Estudos Hidrológicos do Rio Capivari</b>  | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>11/12/2020</b> | 230.000,00 | 0% |
| <b>Sistema de Informações de Recursos Hídricos da RH VI</b>                                    | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>11/12/2020</b> | 300.000,00 | 0% |
| <b>Plano de abordagem ecossistêmica na gestão costeira da bacia hidrográfica Lagos S. João</b> | Elaboração do TR –<br>Recurso repassado em<br><b>11/12/2020</b> | 394.877,26 | 0% |



# O COMITÊ DE BACIA LAGOS SÃO JOÃO NAS MÍDIAS SOCIAIS

A cada dia a era digital se torna mais indispensável para a vida das pessoas. Estamos no período das informações, as quais podem ser facilmente obtidas através de uma simples consulta à internet. Com a evolução das plataformas digitais, surgiram as mídias sociais, permitindo a interação instantânea entre diversos usuários pelo mundo, transpondo distâncias em questão de segundos. O crescimento acelerado das redes sociais vem possibilitando estratégias de marketing digital, principalmente para atingir os consumidores de conteúdo online, que utilizam a internet como fonte de informação, comunicação, expressão, construção de relacionamentos, entre outros.

A fim de promover maior visibilidade aos trabalhos desenvolvidos em prol da qualidade ambiental da Região Hidrográfica Lagos São João, o Plenário do Comitê de Bacia Lagos São João deliberou a criação de contas em mídias sociais de ampla visibilidade.

**Acompanhe as atividades e entre em contato com o CBHLSJ através de suas Plataformas Digitais:**



**INSTAGRAM**

@comitelagossaojoao



**FACEBOOK**

@CBHLSJ.Oficial



**E-MAIL**

cbhlagossaojoao@gmail.com



**SITE**

www.cbhlagossaojoao.org.br

# COMITÊ E CONSÓRCIO CONQUISTAM PROJETO DE TURISMO EM SÃO PEDRO DA ALDEIA

*A comunidade de pesca artesanal da Praia da Pitória, em São Pedro da Aldeia, irá receber um projeto de turismo através de uma parceria entre o Comitê de Bacia e o Consórcio Lagos São João, com a Associação de Pescadores e o Governo do Estado.*

Representantes do Comitê e do Consórcio estiveram em uma reunião, no dia 19 de novembro, com o secretário estadual do Ambiente, Thiago Pampolha, e a secretária estadual de Cultura, Danielle Barros.

O encontro foi realizado para tratar do projeto de turismo na Pitória, além de melhorias no saneamento nas cidades da região e da dragagem de trechos da Lagoa de Araruama e do Canal Itajuru.



CILSJ, CBHLSJ e Secretários Estaduais reunidos para tratar do projeto de turismo na Pitória, por Tomás Baggio (2020)

O Comitê de Bacia Lagos São João foi representado pelo presidente Leandro Coutinho e pelo coordenador da Câmara Técnica de Pesca, Francisco Guimarães (Chico Pescador). Pelo Consórcio Intermunicipal Lagos São João, participou a secretária-executiva Adriana Saad.

Na ocasião, foi abordado o projeto de criação de um ponto de cultura na Associação de Pescadores da Praia da Pitória, em São Pedro da Aldeia, que irá se tornar uma base de turismo comunitário voltada para a pesca artesanal, em parceria com a Secretaria Estadual de Cultura. O objetivo é ampliar o projeto para outras comunidades de pesca no entorno da Lagoa.

Também foi reforçada, por parte do Comitê e do Consórcio, a importância da ampliação de redes de captação de esgoto e da transposição dos efluentes para fora da Lagoa de Araruama.

Em relação à dragagem da Lagoa, o objetivo é que o Governo do Estado possa finalizar o processo de contratação de empresa para a realização do serviço.



Representantes da Associação de Pescadores da Praia da Pitória foram contemplados com projeto de turismo comunitário, por Tomás Baggio. (2020)

A dragagem é importante para o desassoreamento de locais com acúmulo de sedimentos, promovendo uma melhor troca da água da Lagoa com o mar, através do Canal Itajuru, e também para aumentar a segurança náutica no trânsito de embarcações.

# GT JUVENTUDE É CRIADO PARA ENVOLVER OS JOVENS NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

*Decisão foi considerada um importante passo para fomentar o envolvimento de jovens com a gestão de recursos hídricos*

O Comitê Lagos São João deu um importante passo em relação ao envolvimento da juventude com a gestão dos recursos hídricos, no dia 20 de outubro, durante reunião Plenária realizada por videoconferência. Foi aprovada a resolução que cria o Grupo de Trabalho para Inclusão do Jovem no Comitê (GT Juventude). A aprovação foi bastante celebrada pelo presidente interino do Comitê, Eduardo Pimenta.

"Esta é uma demanda muito importante, para a qual já vínhamos a algum tempo buscando a melhor maneira de atender. Precisamos envolver a juventude neste tema relacionado aos recursos hídricos, e também é muito importante renovar os quadros do Comitê de Bacia, trazendo novas pessoas que poderão agregar e dar seguimento a este importante trabalho", disse Pimenta, após a aprovação da Plenária.

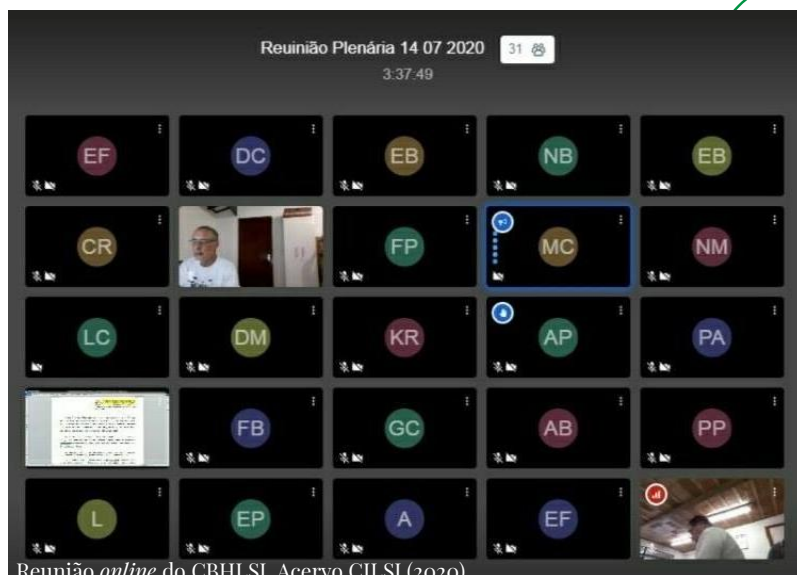
A criação do Grupo de Trabalho irá proporcionar a elaboração de projetos específicos voltados para o engajamento de jovens da Região Hidrográfica nas políticas ambientais e na atuação do Comitê de Bacia.





# CBH SE ADAPTA AO ISOLAMENTO E MANTÉM TRABALHO POR VIDEOCONFERÊNCIA

O Comitê Lagos São João se adaptou à necessidade de isolamento social em virtude da pandemia do Covid-19, e manteve o trabalho sem interrupções durante todo o ano de 2020. A primeira reunião online foi realizada no dia 17 de abril, quando foi feito o planejamento administrativo para os meses seguintes.



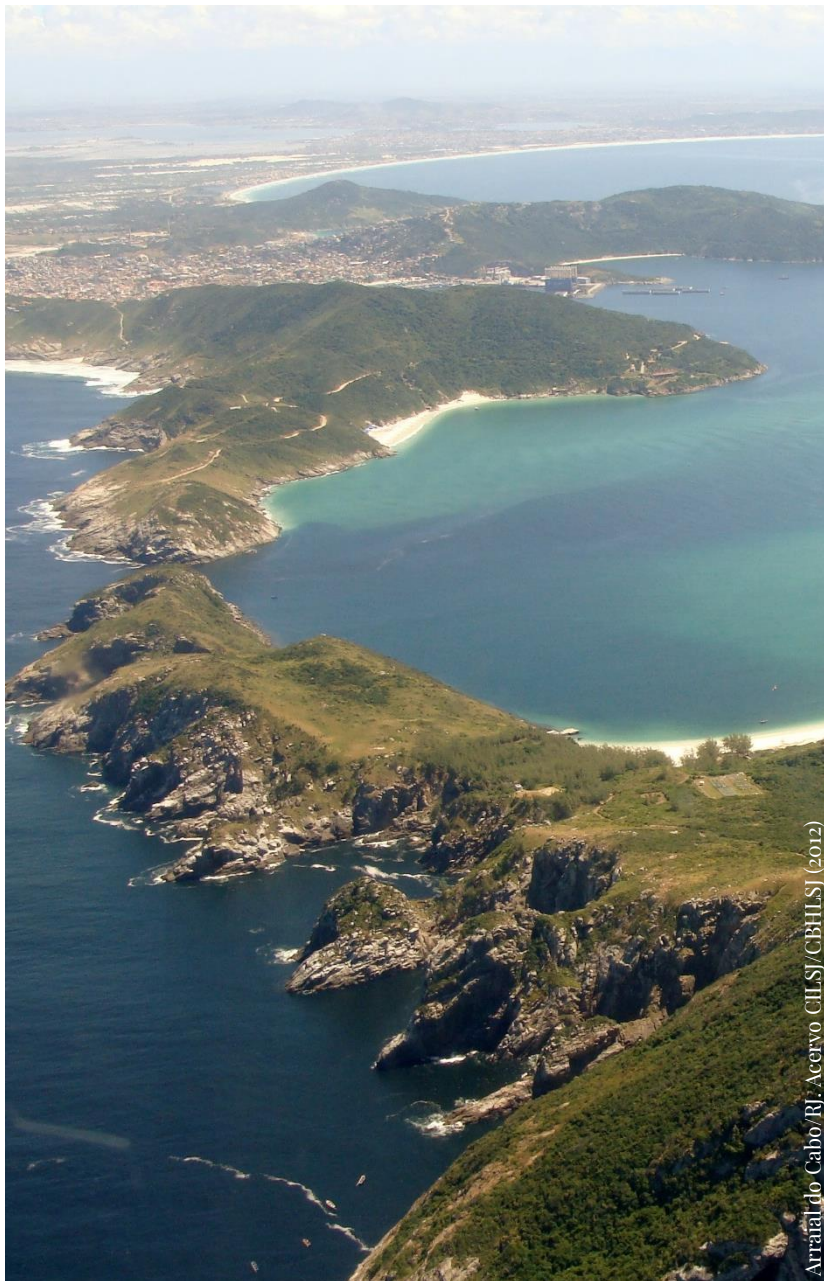
Desde então, diversos projetos foram aprovados em reuniões online, como, por exemplo, uma ação de reflorestamento ambiental em áreas degradadas da região hidrográfica, com o objetivo de garantir a recuperação de áreas importantes para a produção de água no manancial de Juturnaíba, que abastece a região.

Para a realização do projeto, foi destinado um montante de R\$ 716,6 mil do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI). As áreas serão selecionadas pela recém-criada Câmara Técnica de Restauração Florestal, tendo como base estudos técnicos como o realizado pelo projeto Revivendo Águas Claras, do próprio Comitê, voltado para afluentes da Represa de Juturnaíba.

Também por videoconferência, a Câmara Técnica de Pesca do CBHLSJ decidiu reformular o projeto de balizamento e sinalização de trechos da Lagoa de Araruama, em São Pedro da Aldeia e Cabo Frio, e do Canal Itajuru, em Cabo Frio, com o objetivo de reduzir custos e aprovar a realização do serviço. A CT Pesca entende que o projeto pode ser reduzido, em virtude da dificuldade de captar investimentos na atual crise financeira, para finalmente sair do papel. Já o subcomitê Lagoa de Saquarema deu andamento, em reunião online, aos projetos de saneamento, educação ambiental e monitoramentos programados para a cidade.

Outra resolução aprovada foi à disponibilização de verba na ordem de R\$ 62 mil para ações de limpeza no leito do Rio Una. Houve, ainda, deliberação para o início do processo de enquadramento do Rio São João, que é a classificação dos trechos do ecossistema em categorias de uso.

## EQUIPE CILSJ



**Adriana Saad**  
Secretária Executiva

**Cláudia Magalhães**  
Coordenadora Administrativa

**Marianna Cavalcante**  
Coordenadora de Projetos

**Luís Fernando Faulstich**  
Analista Técnico

**Jéssica Berbat**  
Assistente Administrativa

**Tomás Baggio**  
Assessor de Comunicação

**Samara Miranda**  
Estagiária





Mico Leão Dourado (*Leontopithecus rosalia*) encontrado na região. Acervo CILSJ/CBHLSJ.





**Anexo IV - Sinopses das reuniões do GT Cobrança realizadas em 2020**

## SINOPSE DE REUNIÃO

### ***“Reunião do Grupo de Trabalho para Revisão dos Mecanismos e Valores de Cobrança”***

**Documento convocatório:** Ofício CBHLSJ n.º 160/2020 de 04 de julho de 2020

**Data:** 19/08/2020

**Hora:** 10h

**Local:** Videoconferência (plataforma *JitsiMeet*)

**Presentes:**

**Membros:** Luiz Carlos Teixeira (P.M.C.F); Gabriela Coutinho (PROLAGOS); Evanildo (P.M.A.B).

**Convidados:** Mirian Branco (INEA); Elisabete (INEA); Moema Versiani (INEA); Márcia Chaves(INEA); Marianna Cavalcante (CILSJ); Jéssica Berbat (CILSJ); Luís Fernando Faulstich (CILSJ); Samara Miranda (CILSJ).

**Pauta:**

- 1 – Eleição do(a) Coordenador(a) do GT Cobrança;**
- 2 – Apresentação sobre as Leis 4.247/2003 e 5.234/2008;**
- 3 – Assuntos gerais.**

**Resumo:**

O Sr. Luiz Teixeira, da Prefeitura Municipal de Cabo Frio, iniciou a reunião fazendo a leitura dos itens de pauta e elucidou o motivo da criação do Grupo de Trabalho. Como sugestão da Sra. Moema, do INEA, foi feita uma rodada de apresentação. Logo após, foi definido que o Sr. Luiz Teixeira seria o Coordenador do Grupo de Trabalho, não havendo manifestações contrárias. Prosseguiu-se para o item 2 - Apresentação sobre as Leis 4.247/2003 e 5.234/2008, onde a Sra. Marianna Cavalcante, do Consórcio Intermunicipal Lagos São João, fez uma breve apresentação de nivelamento sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, a fim de fomentar as discussões, destacando as Leis Estaduais 4.247/2003 e 5.234/2008, que determinavam suas diretrizes e seus objetivos, esclareceu que a cobrança não era um imposto e sim um preço público, e os seus mecanismos e valores eram negociados a partir de debates públicos no âmbito dos Comitês de Bacia Hidrográfica, esclareceu também que 90% (noventa por cento) do valor arrecadado eram aplicados na bacia arrecadadora e 10% (dez por cento) iriam para o órgão gestor dos recursos hídricos, e apresentou os valores do Preço Público Unitário – PPU para o setor usuário agropecuário, de aquicultura e demais setores, aplicados na RH Lagos São João, segundo a Resolução CBHLSJ n° 68/2017, complementou que em 2017 os valores do PPU foram reajustados com retroativo desde 2004, e a partir 2019 os reajustes eram feitos anualmente, pelo IPCA, em seguida, exibiu a fórmula base de cobrança, estipulado na Lei, elucidando suas variáveis, e concluiu a apresentação exprimindo que a motivação do Grupo de Trabalho era verificar se o valor aplicado, atualmente, correspondia ao corpo receptor. A Sra. Márcia, do INEA, apresentou os valores do PPU de 2020. O Sr. Luiz Teixeira afirmou que nos seus cálculos feito com a Calculadora do Cidadão do Banco Central, identificou que os valores do PPU, para a RH Lagos São João, poderiam estar defasados e sugeriu que fosse analisado. A Sra. Moema informou que até 2016 os valores do PPU eram os mesmos para todos os comitês, porém, a partir de 2017,

todos os comitês, exceto o CBHLSJ, reajustaram os valores em 100% (cem por cento), contudo, em 2018, foi percebido que a defasagem não era somente 100% (cem por cento), pois, anteriormente, não haviam considerado a perda inflacionária, e, por isso, fizeram um novo reajuste. Por fim, desde 2019 os valores vêm sendo reajustados anualmente, considerando a inflação, evitando defasagens. A Sra. Marianna Cavalcante complementou que alguns comitês, em 2018, padronizaram os valores do PPU para todos os usos, enquanto o CBHLSJ manteve a distinção dos valores para os setores usuários. A Sra. Moema ressaltou que cada comitê estaria analisando os valores do PPU levando em consideração suas particularidades e prioridades, e exemplificou o caso da Baía da Ilha Grande, na qual estabeleceu a cobrança para a mineração de areia, em 2019, e acrescentou que ainda havia alguns usos que não eram cobrados e deveria ser estudada a possibilidade de cobrança destes. Foi informado que seria disponibilizado aos membros do Grupo de Trabalho, a apresentação feita pela Sra. Marianna Cavalcante, a tabela com os valores do PPU, de 2004 até 2020, o caderno de capacitação sobre a cobrança da ANA e a relação de usuários cadastrados e cobrados na RH Lagos São João, com os valores pagos por eles, subsidiando as discussões da próxima reunião. A Sra. Gabriela Coutinho sugeriu que fosse reavaliado os valores de cobrança para os setores de agricultura e indústrias de grama de Saquarema, lembrando as discussões sobre o assunto na última revisão dos valores de cobrança, e acrescentou que deveria ser feito um novo mapeamento, com levantamento dos usuários isentos da outorga, a fim de apurar se continuavam isentos. Sendo assim, ficou definido que os seguintes temas seriam estudados pelo grupo de trabalho, a defasagem inflacionária do PPU, por conta do atraso do CBHLSJ, no aumento de 100% (cem por cento) em 2017, iniciação da cobrança sobre outros segmentos usuários, padronização do PPU para todos os usos e proposta da alteração da parcela de lançamento da fórmula da cobrança, com intuito de refletir as particularidades do corpo receptor, ficando a cargo do grupo a definição da ordem de prioridade. Como sugestão do Sr. Luiz Teixeira, ficou decidido que a prioridade de estudo seria a defasagem inflacionária e a cobrança sobre outros segmentos usuários, não havendo manifestações contrárias. As Sras. Moema e Márcia disponibilizaram, via *chat*, os *link's* de acesso da relação dos usuários pagantes e os valores arrecadados na RH IV, e a tabela dos valores de PPU de 2020. Não havendo mais colocações, prosseguiu-se para o item 3 – Assuntos Gerais, o Sr. Luiz Teixeira sugeriu que a próxima reunião fosse marcada para o dia 30/09/2020, às 14h, sendo aprovado pelos membros. A Sra. Marianna Cavalcante solicitou que a Sra. Mirian Branco, caso fosse possível, enviasse um ofício formalizando a participação do INEA/SUPLAJ no Grupo de Trabalho sobre Cobrança. Não havendo mais assuntos a serem discutidos, a reunião foi encerrada.

**Registro Fotográfico:**





**Relator:** Samara Miranda - CILSJ

São Pedro da Aldeia, 19 de agosto de 2020.

**LUIZ CARLOS TEIXEIRA JUNIOR**

Coordenador do Grupo de Trabalho para Revisão dos Mecanismos e  
Valores de Cobrança do CBHLSJ

## SINOPSE DE REUNIÃO

### ***“Reunião do Grupo de Trabalho para Revisão dos Mecanismos e Valores de Cobrança (GT Cobrança)”***

**Documento convocatório:** Ofício CBHLSJ n.º 242/2020 de 05 de novembro de 2020

**Data:** 18/11/2020

**Hora:** 10h

**Local:** Videoconferência (plataforma *JitsiMeet*)

**Presentes:**

**Membros:** Luiz Carlos Teixeira (P.M. Cabo Frio); Gabriela Coutinho (PROLAGOS).

**Convidados:** Caio Andrade (Diseq/INEA); Elisabete (INEA); Marianna Cavalcante (CILSJ); Luís Fernando Faulstich (CILSJ); Samara Miranda (CILSJ).

**Pauta:**

- 1 – Aprovação da minuta de Sinopse de Reunião Anterior (19/08/2020);**
- 2 – Defasagem inflacionária do preço por m<sup>3</sup> de água;**
- 3 – Cobrança sobre outros segmentos de usuários que atualmente estão dispensados;**
- 4 – Assuntos Gerais.**

**Resumo:**

O Coordenador Luiz Teixeira iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, em seguida, fez a leitura dos itens de pauta. Prosseguiu-se para a aprovação da minuta de Sinopse de Reunião do dia 19/08/2020. A mesma foi aprovada, sem ressalvas. Passou-se, então, para o segundo item de pauta, sobre a defasagem inflacionária do preço por m<sup>3</sup> de água. O Sr. Luiz Teixeira ressaltou sobre a resolução do CERHI que apontava que os índices iriam ser corrigidos pelo IPCA/IBGE. Logo após, foram apresentados os Preços Públicos Unitários (PPU's) praticados pelos Comitês de Bacias Hidrográficas do estado do Rio de Janeiro, desde 2004 até agosto de 2020, para apreciação dos membros. O Sr. Luiz Teixeira destacou que alguns comitês padronizaram os valores para cada segmento, e, por isso, sugeriu fazer o mesmo com os valores do CBHLSJ, tendo como referência o maior preço. A Sra. Marianna Cavalcante, do CILSJ, sugeriu fazer um levantamento preliminar, trazendo em números, qual seria o impacto na arrecadação e qual seria o impacto econômico sobre o setor, caso fosse efetivado a padronização dos valores pelo maior preço, para subsidiar a decisão do grupo, usando como exemplo o que foi feito no Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras (CBHMO). O Sr. Luiz Teixeira externou que era favorável à sugestão da Sra. Marianna Cavalcante, além disso, propôs fazer um diagnóstico para explicar o motivo da diferença do PPU entre o CBHLSJ e CBHMO, e com isso, tentar aproximar ou igualar esses valores, em 2021. A Sra. Marianna Cavalcante elucidou que essa diferença era devido à decisão do CBHMO em reajustar o PPU em 117% (cento e dezessete por cento),

inclusive com a padronização para todos os setores, enquanto que o reajuste do CBHLSJ foi de 100% (cem por cento), além do mais, havia uma diferença de um ano de reajuste, entre os mesmos. A Sra. Marianna Cavalcante apresentou os valores de PPU praticados pela Região Hidrográfica VI, atualmente, e os valores que deveriam ser cobrados caso não sofresse a defasagem, contudo, haja vista a observação do Sr. Caio Andrade, no que tange ao manuseio da calculadora do Banco Central, ponderou que tais valores poderiam sofrer alteração. O Sr. Caio Andrade informou que qualquer proposta de reajuste deveria ser encaminhado antes do dia 30/06/2021, para entrar em vigor em 2022. Em seguida, analisando os valores cobrados as instituições dos segmentos de irrigação e aquicultura, concluiu-se que esses usuários não teriam impactos econômicos significativos com a padronização do PPU. Visto isso, ficou deliberado, pelos membros presentes, encaminhar a proposta de padronização do PPU para todos os setores de usuários, levando em conta o maior preço, para aprovação da Plenária. Foi informado que no momento da aprovação da proposta, seria apresentado o impacto, em montantes, que tal ação traria para o comitê. Em relação ao reajuste do PPU, ficou decidido trazer a luz, na próxima reunião, a estimativa de reajuste do PPU, corrigidos pelo IPCA até 2021, para não haver, novamente, o atraso de um ano na cobrança, conforme observado pela Sr. Marianna Cavalcante e pelo Sr. Caio Andrade. Não havendo mais considerações por parte dos membros, avançou-se para o terceiro item de pauta, sobre a cobrança sobre outros segmentos de usuários que atualmente estão dispensados. A Sra. Marianna Cavalcante contextualizou que a proposta do estudo surgiu na reunião realizada no dia 19/08/2020, como sugestão da Sra. Moema, do INEA, contudo, devido à falta de tempo, não foi possível executar tal estudo. Porém, comprometeu-se trazer o estudo na próxima reunião. O Sr. Caio Andrade dispôs-se levantar a informação se havia algum modelo de estudo adotado pela RH I, para servir de orientação, uma vez que a mesma, recentemente, incluiu o setor de mineração na sua lista de usuários a serem cobrados. Sendo assim, ficou definido aguardar a elaboração do estudo em questão, para auxiliar na decisão do grupo de trabalho. Passando para “Assuntos Gerais”, o Sr. Luís Fernando Faulstich sugeriu discutir, também, sobre a possibilidade de fiscalizar os possíveis usuários de serem outorgados, mas não licenciaram suas atividades, ainda, pois, a partir disso, o Órgão Gestor conseguiria fazer uma melhor gestão dos recursos hídricos. O Sr. Luiz Teixeira externou que poderiam discutir tal assunto na próxima reunião. Em relação à data da próxima reunião, ficou resolvido que aguardariam o envio das propostas de calendário de reunião das instâncias do CBHLSJ, para estabelecer uma data. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Sr. Luiz Teixeira agradeceu a participação de todos e finalizou a reunião.



**Registro Fotográfico:**



**Relator:** Samara Miranda, revisado por Luís Faulstich (CILSJ).

**Elaborado em:** 04/12/2020

**LUIZ CARLOS TEIXEIRA JUNIOR**  
Coordenador do Grupo de Trabalho para Revisão dos  
Mecanismos e Valores de Cobrança do CBHLSJ

**Anexo V - Distribuição Estatística das Respostas ao Formulário de Avaliação do Trabalho Desempenhado pelo CILSJ ao Longo de 2020**

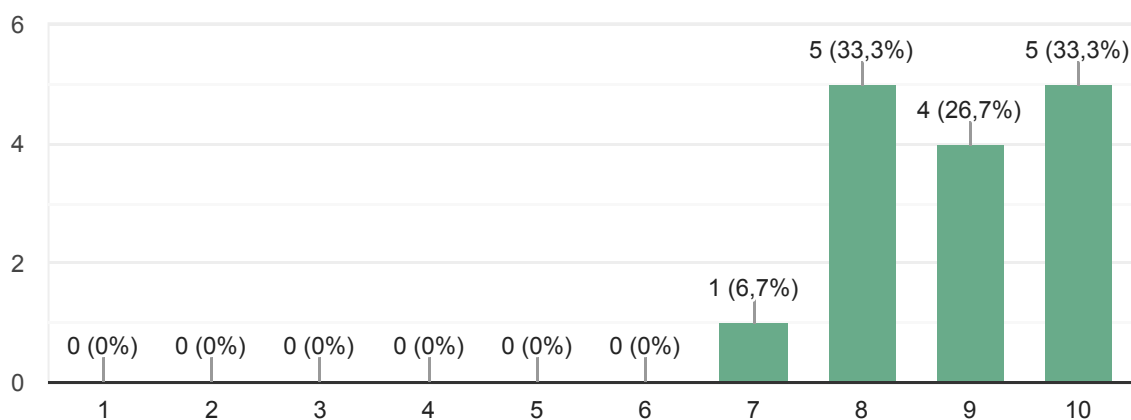
# Questionário de Avaliação do CILSJ pelo Comitê Lagos São João 2020

15 respostas

[Publicar análise](#)

1. As solicitações do CBH Lagos São João são atendidas de forma satisfatória pelo CILSJ?

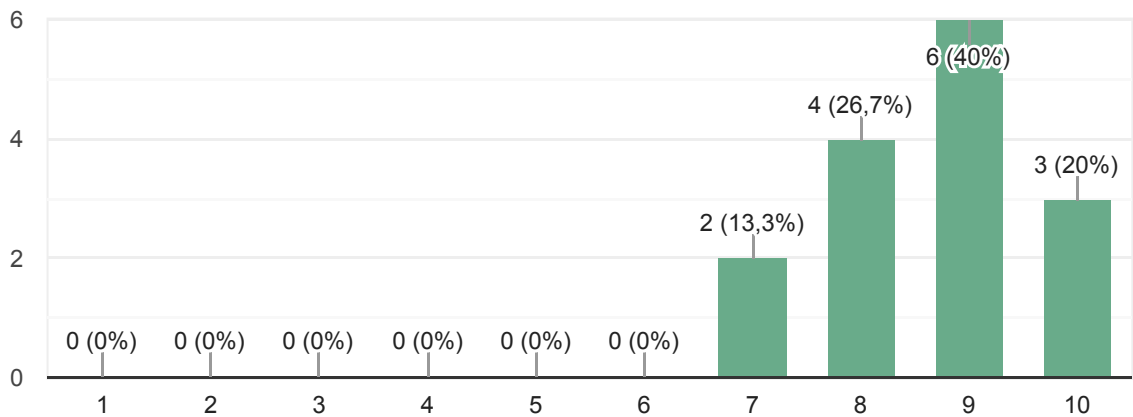
15 respostas





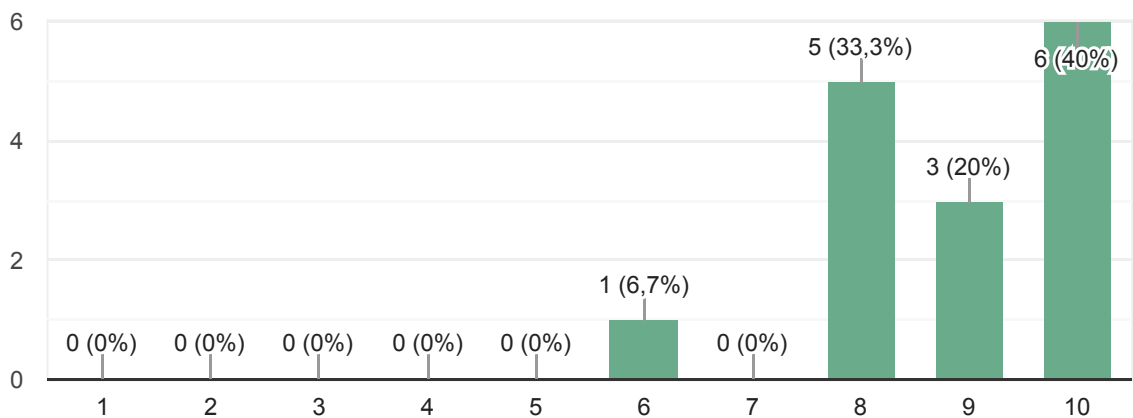
## 2. A estrutura organizacional do CILSJ favorece a resposta adequada ao CBH Lagos São João?

15 respostas



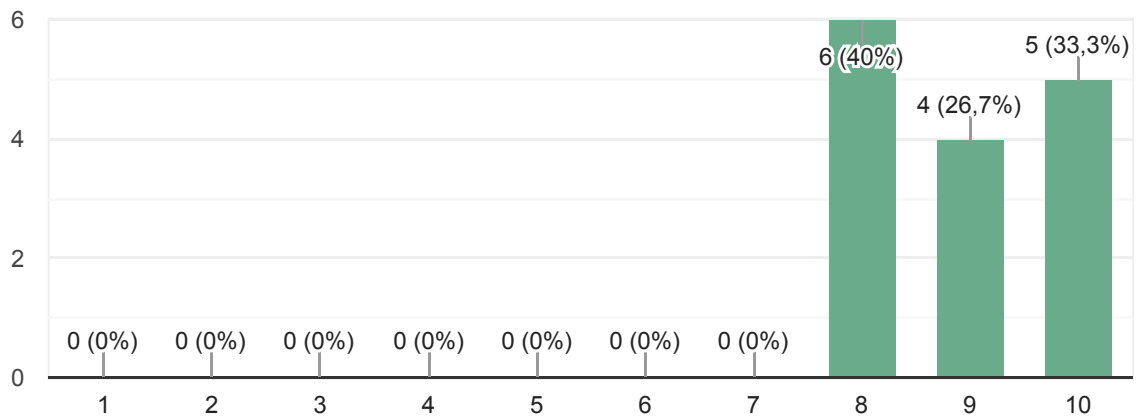
## 3. As convocações e a documentação referente às reuniões são enviadas com a antecedência satisfatória?

15 respostas



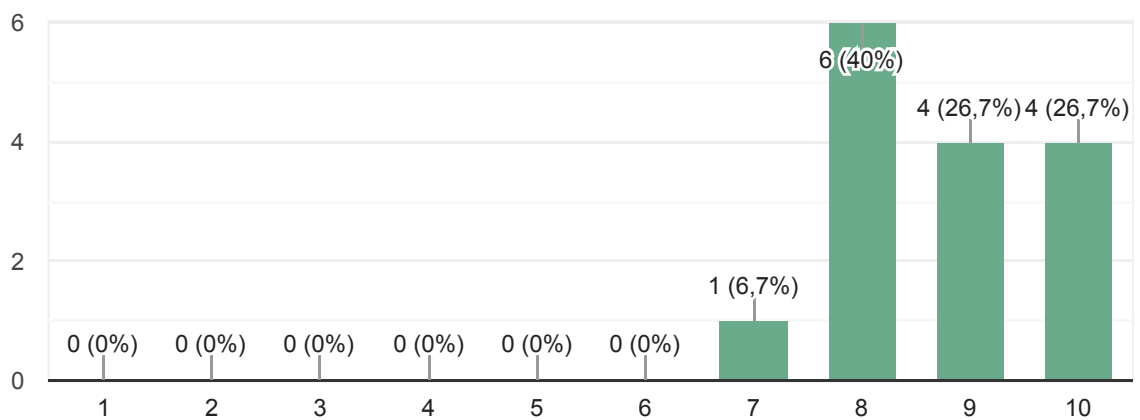
4. O trabalho de mobilização social para as reuniões (Plenárias, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho, etc.) tem ocorrido de forma satisfatória?

15 respostas



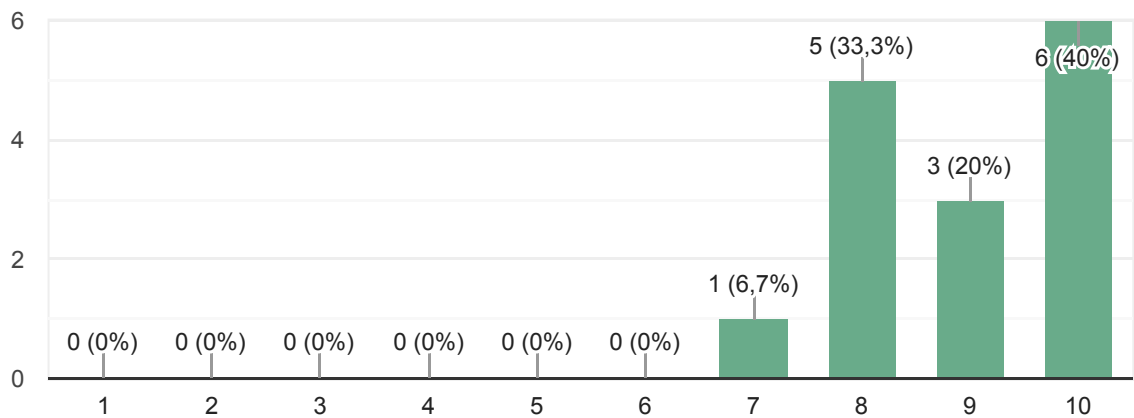
5. Os documentos são tecnicamente bem elaborados e de fácil compreensão?

15 respostas



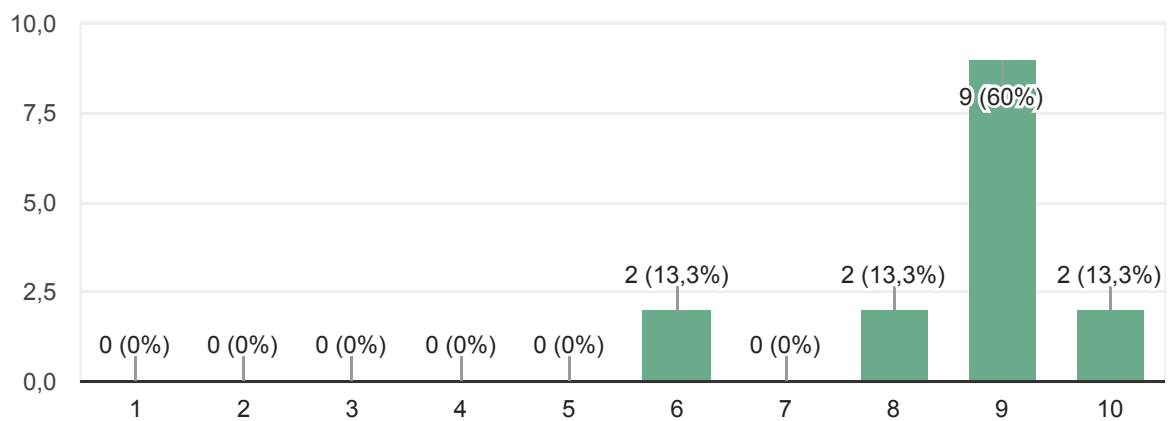
## 6. Os documentos são produzidos e distribuídos nos prazos adequados?

15 respostas



## 7. O CILSJ demonstra capacidade técnica para resolver os problemas demandados e de superar os obstáculos?

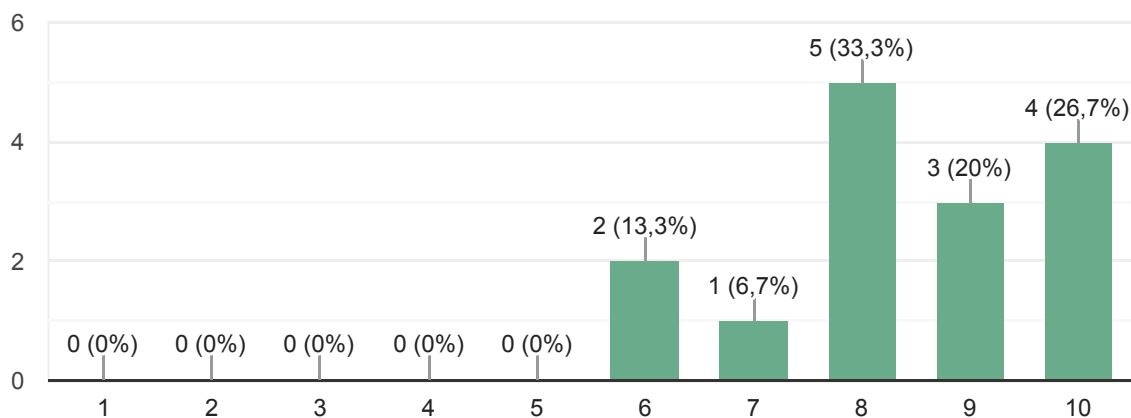
15 respostas





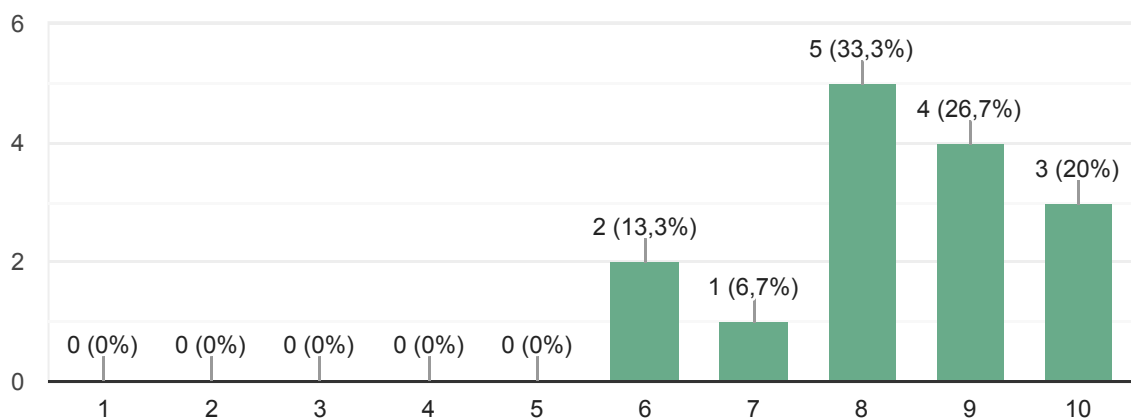
### 8. Os recursos da cobrança são administrados com transparência?

15 respostas



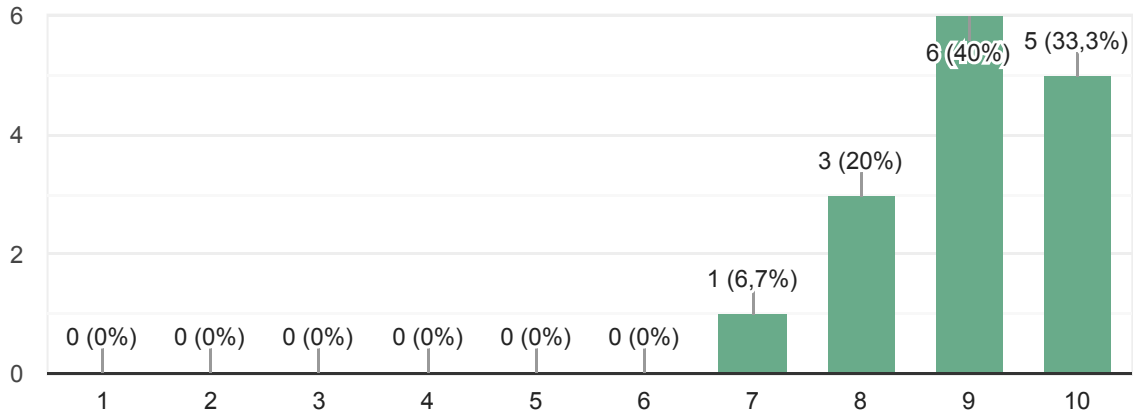
### 9. Os recursos da cobrança são investidos na bacia com eficiência pelo CILSJ?

15 respostas



10. A equipe do CILSJ demonstra confiança e habilidade para resolver os problemas e orientar tecnicamente os membros do Comitê e os tomadores de recursos em geral?

15 respostas



Caso queira, você também pode expressar de forma dissertativa suas sugestões para melhorar a atuação do CILSJ como entidade delegatária.

5 respostas

Continue agindo sempre de forma tecnicamente e profissionalismo.

Boa tarde! Gostaríamos de sinalizar que o envio da convocações das reuniões são feitas em um bom tempo, mas as documentações poderiam se enviadas em um tempo mais hábil para análise.

Com relação aos investimentos realizados na bacia, apesar de haver bastante resoluções disponibilizando recursos para projetos é necessário fazer uma análise com relação ao entrave na parte da licitação e contrato, para que de fato os projetos possam ser realizados.

Sobre o acesso as informações financeiras referente a região do CBHLSJ, gostaríamos de pontuar que o portal da transparência não fornece nenhum dado, ao contrario do Comitê Macaé e Ostras.

Adoro esse consórcio e trabalhar junto a ele .

O desafio da busca da maturidade dos membros em atender a demanda de buscar soluções para não mais lancas os efluentes na Lagoa de Araruama.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)



# Google Formulários

